

Ponderação do parecer da DGADR


QUADRO 1



DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)




Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (Reunião Setorial realizada no dia 16.09.2024)



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REGULAMENTO						
REG.01	1-2	<p>1. Relativamente ao documento REGULAMENTO, considera-se importante que sejam alterados os artigos infra, pelo que propomos as seguintes correções:</p> <p>Secção III – Espaços agrícolas – Subsecção I – Espaços agrícolas de Produção - Artigo 44.º Usos e Atividades</p> <p>Deve ser acrescentado um número novo, entre o n.º 2 e 3, com o seguinte texto: (a negrito e sublinhado)</p> <p><u>“2A - O Aproveitamento Hidroagrícola de Cova da Beira (AHCB) é uma obra do Grupo II - Obras de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região - da competência da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Encontra-se sujeito ao estabelecido no regime jurídico que tutela as obras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho (RJOAH), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril (RJOAH) e respetiva legislação complementar. A área beneficiada do AHCB e as suas infraestruturas constituem condicionantes ao uso do solo.</u></p>	<p>A redação sugerida pela entidade não pode ser integrada no Regulamento do Plano uma vez que não está conforme com o determinado pelas regras gerais de legística constantes da RCM n.º 77/2010, de 11 de outubro, cujo cumprimento é obrigatório na elaboração de regulamentos e atos normativos da Assembleia da República. A disposição sugerida deverá obrigatoriamente apresentar uma redação agregada num parágrafo único, o que não se verifica.</p> <p>Acresce que a redação proposta assume, em grande medida, um carácter informativo, não traduzindo um normativo claro, como se pretende num regulamento de PDM.</p> <p>De relevar que o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB) é já identificado e assumido no Regulamento do Plano como uma servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor (Vd. subalínea ii) da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º), salvaguardando-se, assim, a sua sujeição ao regime jurídico que tutela as obras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.</p> <p>De evidenciar, ainda, que o Regulamento do Plano integra um artigo que agrega um conjunto de disposições especificamente associadas aos aproveitamentos hidroagrícolas (Vd. art.º 38.º), nele se interditando quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que forem admitidas como complementares da atividade agrícola, após parecer vinculativo da entidade com competência em matéria de regadio.</p>	Recomendação não acolhida	<p>A CMC reiterou o seu posicionamento e reforça que o teor desta disposição é meramente informativo e assume um carácter redundante, uma vez que a salvaguarda da servidão está já assegurada no art.º 6.º do Regulamento e na Planta de Condicionantes. Como tal, não se procederá à alteração da regulamentação de cada uma das subcategorias de “espaços agrícolas” para acrescentar o texto sugerido pela Entidade. O princípio do cumprimento cumulativo das regras definidas de forma autónoma pelo Plano e das regras que resultam da existência de servidões ou restrições de utilidade pública (como é o caso dos aproveitamentos hidroagrícolas), que é devidamente sublinhada/reforçada no articulado, será suficiente para assegurar o cumprimento do previsto no RJ das Obras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.</p>	Recomendação não acolhida


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.02	2	<i>b) Em conformidade com o regime jurídico da RAN e do RJOAH, deve ser retirado o número 4, pois apresenta usos e atividades incompatíveis com as atividades complementares permitidas por estes regimes.</i>	<p>Reconhece-se a pertinência do contributo assumido pela entidade e o seu teor quando estritamente orientado para os solos abrangidos pelos regimes jurídicos da Reserva Agrícola Nacional e das Obras de Aproveitamentos Hidroagrícolas.</p> <p>Não obstante, importa assumir o lapso ocorrido na identificação dos Espaços Agrícolas de Produção (Vd. art.º 43.º do Regulamento), cuja redação seguidamente se transcreve: “Os Espaços Agrícolas de Produção correspondem aos espaços com uso agrícola dominante e incluem os solos integrados na RAN e as áreas abrangidas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira”. Em rigor, os EAP não integram apenas os solos abrangidos pelo RJRAN e RJOAH, compreendendo, igualmente, para além dos solos incluídos na RAN, as respetivas áreas limítrofes com elevado potencial agrícola.</p> <p>Neste pressuposto, será de assumir a alteração da redação do artigo 43.º do Regulamento, de modo a integrar na definição dos EAP as áreas limítrofes com elevado potencial agrícola não abrangidas pelo RJRAN e RJOAH, validando, assim, apenas nestas áreas limítrofes, as atividades consideradas como incompatíveis pela entidade.</p> <p>De relevar que nos EAP sujeitos aos regimes supramencionados se aplicam os respetivos regimes, apenas sendo admitidos os usos e atividades que com eles se apresentem compatíveis.</p>	Recomendação não acolhida	<p>A DGADR entende que o regime de edificabilidade estabelecido no Regulamento para os Espaços Agrícolas de Produção é incompatível com a RAN e com o RJAH, e condiciona a emissão do seu parecer favorável em função da alteração da redação dos artigos 44.º e 45.º do Regulamento, sugerindo</p> <p>A Entidade refere que os usos e atividades descritos no artigo 44.º, n.º 3 (alíneas b, c, d, e) e no n.º 4 (alíneas a), c), d), e e) são incompatíveis com as áreas de Aproveitamento Hidroagrícola.</p> <p>A Entidade considera, ainda, que o Artigo 45º - Regime de Edificabilidade, também não é adequado, se tratando de EAP.</p> <p>A DGADR apresentou três opções para ajuste do articulado no sentido de se garantir que os usos e atividades aqui admitidos como compatíveis/complementares não ponham em causa o cumprimento do RJ dos Aproveitamentos Hidroagrícolas:</p> <p>Opção 1 - Integrar uma nova disposição, entre o n.º 2 e 3, que destaca o regime jurídico que tutela os AH e a necessidade de se garantir o respetivo cumprimento sempre que a área de EAP coincide com Perímetro Hidroagrícola.</p> <p>Opção 2 - No artigo 44.º, n.º 3 e n.º 4, integrar a redação “com exceção dos AH” e especificar quais as tipologias de empreendimento turístico que são admitidas.</p> <p>Opção 3 - No artigo 44.º n.º 3, alíneas b), c), e e), acrescentar “com exceção dos AH” e retirar integralmente a redação do disposto no n.º 4.</p> <p>A CMC reforçou o facto de se encontrarem incluídas em Espaços Agrícolas de Produção (EAP) algumas áreas não abrangidas por RAN ou pelo AHCB. E, por essa razão, não se afigura uma boa opção condicionar totalmente o regime de usos e de edificabilidade da subcategoria às regras do RJ dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.</p> <p>Por conseguinte, adotar-se-á a opção 1 indicada pela Entidade, que se traduzirá na inclusão de um novo n.º no artigo 44.º, que reforçará o cumprimento imperativo do RJ dos Aproveitamentos Hidroagrícolas sempre que a pretensão em causa se sobreponha com RAN ou AHCB.</p>	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.03	2	<p>1.2. Secção III – Espaços agrícolas – Subsecção I – Espaços agrícolas de Produção - Artigo 45.º Regime de edificabilidade</p> <p><i>Deve ser retirado o artigo 45.º, pois a edificabilidade em áreas de RAN e nas áreas beneficiadas pelo AHCB é regida pelo regime jurídico da RAN e pelo RJOAH, não sendo permitido outro tipo de edificabilidade.</i></p>	Vide ponderação relativa ao contributo REG.02.	<p>Recomendação não acolhida</p>	<p>Foi a assumido o lapso na redação do n.º 1 do artigo 45.º e reconhecida a necessidade de integrar a referência ao RJA, para além da referência ao RJRAN.</p> <p>A DGADR mantém o seu posicionamento, apesar da CMC ter mencionado que os EAP não integram as áreas de RAN e integradas no AHCB, referindo que o próprio n.º 2 deste artigo é discricionário.</p> <p>Em síntese, a preocupação manifestada pela Entidade será atendida com uma alteração do art.º 45.º análoga à que se descreve no contributo anterior.</p>	Recomendação acolhida
PEÇAS DESENHADAS						
PLANTA DE ORDENAMENTO – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO						
ORD.01	2	<p>2.1. Quanto ao ORDENAMENTO: (ver ficheiro kmz em anexo)</p> <p>• Carta: 02.1_rpdmc_ef_po_cqs - Classificação e Qualificação do Solo</p> <p>- A totalidade do regadio deve ficar classificada como “Solo Rústico – Espaços Agrícolas de produção”;</p> <p>- Áreas de Edificação Dispersa: Amieiro, Lameiro e Rasas; uma pequena parte do regadio encontra-se em Solo Rústico.</p> <p>- Solo Urbano: Castanheira de Cima e Ferro; 2 pequenas áreas de regadio encontram-se inseridas em Solo Urbano;</p> <p>- Não há Planos de Pormenor previstos no AH;</p>	<p>Ajustar os limites dos PU e das AED aos limites do AH, com a subsequente qualificação dos solos como EAP, ou promover procedimento de exclusão dos prédios ou parcelas em conflito com o perímetro do AH.</p> <p>A exclusão de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas por Aproveitamentos Hidroagrícolas segue o estabelecido no RJOAH e comporta um ónus designado montante compensatório, com o qual se pretende compensar o Estado pelos investimentos efetuados no Aproveitamento Hidroagrícola.</p> <p>Nos termos do disposto no RJOAH, o despacho de exclusão determina o montante compensatório a pagar pelo requerente da exclusão, cujo efetivo pagamento à DGADR constitui condição da sua eficácia legal.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	<p>Ajustar os limites das AED e dos perímetros urbanos referidos pela Entidade, de forma a integrar a totalidade das áreas do AHCB em solo rústico, a qualificar como EAP.</p>	Recomendação acolhida
ORD.02	2-3	<p>- Destacam-se as seguintes situações em conflito com o RJOAH:</p> <p>a) PU Ferro - CATEGORIA Espaços Urbanos de Baixa Densidade – CLASSIFICAÇÃO Solo Urbano</p>  <p>Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</p>	Ver ponderação ao contributo ORD.01, sendo justificável a redelimitação do perímetro urbano.	Questão a abordar em reunião setorial	<p>Retirar do PU Ferro as áreas identificadas pela Entidade, a qualificar como EAP (solo rústico).</p>	Recomendação acolhida


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.03	3	<p>b) PU Castanheira de Cima – CATEGORIA: Espaços Habitacionais – CLASSIFICAÇÃO Solo Urbano</p>  <p>Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</p>	<p>Ver ponderação do contributo ORD.01, sendo justificável a redelimitação do perímetro urbano.</p>	<p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Excluir do PU Castanheira de Cima a parte (não edificada) do polígono assinalado, no extrato, a norte, bem como o polígono sobrance a sul. Essas áreas, sendo excluídas do solo urbano, passam a ser qualificadas como Espaços Agrícolas de Produção.</p> <p>De qualquer forma, de acordo com o exposto de seguida, não se considera ser necessária a desafetação do Aproveitamento Hidroagrícola, do polígono coincidente com o solo urbano, nos termos do art.º 101.º.</p> <p>Nesta ponderação não pode deixar de ser considerado o que se refere no Guia de Orientação Técnica – Avaliação de Áreas Beneficiadas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas (DGADR, 2024) sobre as formas de exclusão de áreas dos AH:</p> <p>“O art.º 101.º do RJOAH (exclusão de prédios) prevê que se possa pedir a exclusão de prédios, ou suas parcelas, das áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola. Esta pretensão, e consequente desafetação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), só pode ser efetuada por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, na sequência de proposta da DGADR, instruída com parecer da respetiva Comissão Regional de Reserva Agrícola. De notar que tal exclusão só é admissível desde que, além do cumprimento dos requisitos estabelecidos para a desafetação da RAN, não seja posta em causa a viabilidade técnica e económica ou o interesse público, nacional ou regional, conforme os casos, que determinou a realização da obra hidroagrícola.</p> <p>De salientar que a exclusão acima referida deverá ser acompanhada de pagamento de montante compensatório à DGADR (...). Contudo, no mesmo artigo do RJOAH, é permitido efetuar ajustes ou acertos dos limites do AH/RAN/Perímetros urbanos, por erros dos projeto e/ou razões técnicas ou de regularização de zonas urbanas, situações essas que são submetidas pela DGADR para a aprovação da tutela no âmbito da aprovação de exclusão (sem necessidade de pagamento de montante compensatório).”</p> <p>Depreende-se, do exposto, que haverá situações em que a efetiva ocupação edificada, sobretudo se anterior à aprovação do AHCB, poderá ser motivo para ajuste do AH aos limites dos perímetros urbanos ou AED sem pagamento de montante compensatório.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p>
ORD.04	3-4	<p>c) PU Quinta da Raposa - CATEGORIA: Espaços de Uso Especial - CLASSIFICAÇÃO: Solo Urbano</p>  <p>Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</p>	<p>Ver ponderação do contributo ORD.01, sendo justificável a redelimitação do perímetro urbano.</p>	<p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Retirar do PU Quinta da Raposa a área identificada pela Entidade, a qualificar como EAP (solo rústico).</p>	<p>Recomendação acolhida</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO								
ORD.05	4	<p>d) PU Ferro - CATEGORIA: <i>Espaços Habitacionais</i> - CLASSIFICAÇÃO: <i>Solo Urbano</i></p>  <p>Posição DGADR: <i>desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</i></p>	Ver ponderação do contributo ORD.01, sendo justificável a redelimitação do perímetro urbano.	Questão a abordar em reunião setorial	Retirar do PU Ferro a área identificada pela Entidade, a qualificar como EAP (solo rústico).	Recomendação acolhida								
ORD.06	4-5	<p>e) Solo Rústico - Áreas de Edificação Dispersa</p> <p>e)1) Rasas</p> <table><tr><td>CLASS</td><td>Solo Rústico</td></tr><tr><td>AGLOMERADO</td><td>Rasas</td></tr><tr><td>AREA</td><td>6,349068</td></tr><tr><td>CATEGORIA</td><td>Área de Edificação Dispersa</td></tr></table>  <p>Posição DGADR: <i>desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</i></p>	CLASS	Solo Rústico	AGLOMERADO	Rasas	AREA	6,349068	CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa	Redelimitar a AED, de acordo com os limites do AH. A ponderar.	Questão a abordar em reunião setorial	Retirar da AED Rasas a área identificada pela Entidade, a qualificar como EAP (solo rústico).	Recomendação acolhida
CLASS	Solo Rústico													
AGLOMERADO	Rasas													
AREA	6,349068													
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa													
ORD.07	5	<p>e) 2) Lameiros</p> <table><tr><td>CLASS</td><td>Solo Rústico</td></tr><tr><td>AGLOMERADO</td><td>Lameiros</td></tr><tr><td>AREA</td><td>15,294878</td></tr><tr><td>CATEGORIA</td><td>Área de Edificação Dispersa</td></tr></table>  <p>Posição DGADR: <i>desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</i></p>	CLASS	Solo Rústico	AGLOMERADO	Lameiros	AREA	15,294878	CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa	Redelimitar a AED, de acordo com os limites do AH. A ponderar.	Questão a abordar em reunião setorial	Retirar da AED Lameiros as áreas identificadas pela Entidade, a qualificar como EAP (solo rústico).	Recomendação acolhida
CLASS	Solo Rústico													
AGLOMERADO	Lameiros													
AREA	15,294878													
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa													

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO								
ORD.08	5	<p>e) 3) Aranhas</p> <div><p>e) 3) Aranhas</p><table><tr><td>CLASS</td><td>Solo Rústico</td></tr><tr><td>AGLOMERADO</td><td>Aranhas</td></tr><tr><td>AREA</td><td>12,025968</td></tr><tr><td>CATEGORIA</td><td>Área de Edificação Dispersa</td></tr></table></div>  <p><i>Posição DGADR: Desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”. Acertar pelo limite do AH.</i></p>	CLASS	Solo Rústico	AGLOMERADO	Aranhas	AREA	12,025968	CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa	Ver ponderação do contributo ORD.01 e considerar o acerto pelos limites do Aproveitamento Hidroagrícola.	Recomendação acolhida	Retirar da AED Aranhas a área identificada pela Entidade, a qualificar como EAP (solo rústico).	Recomendação acolhida
CLASS	Solo Rústico													
AGLOMERADO	Aranhas													
AREA	12,025968													
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa													
ORD.09	5	<p>e) 4) Amieiro</p> <div><p>e) 4) Amieiro</p><table><tr><td>CLASS</td><td>Solo Rústico</td></tr><tr><td>AGLOMERADO</td><td>Amieiro</td></tr><tr><td>AREA</td><td>3,690994</td></tr><tr><td>CATEGORIA</td><td>Área de Edificação Dispersa</td></tr></table></div>  <p><i>Posição DGADR: Desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.</i></p>	CLASS	Solo Rústico	AGLOMERADO	Amieiro	AREA	3,690994	CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa	Eliminar AED e qualificar como EAP. A ponderar.	Questão a abordar em reunião setorial	Eliminar a AED Amieiro e qualificar a área como EAP (solo rústico).	Recomendação acolhida
CLASS	Solo Rústico													
AGLOMERADO	Amieiro													
AREA	3,690994													
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa													

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO								
RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL – PROPOSTA DE EXCLUSÕES														
RAN.01	6	<div>2.3. Quanto à RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (...)</div> <div>- Relativamente às propostas de exclusão da RAN na área beneficiada pelo AHIN, verificam-se 15 situações que se referem (ver ficheiro kmz em anexo):</div> <table><tr><th>ID DGADR</th><th>Extrato</th><th>análise</th><th>Posição DGADR</th></tr><tr><td>1,2,3,4,6,7,8,10,14 e 15</td><td>-</td><td>Rede viária</td><td>Situações diversas a ser retificadas com a CCDR C.</td></tr></table>	ID DGADR	Extrato	análise	Posição DGADR	1,2,3,4,6,7,8,10,14 e 15	-	Rede viária	Situações diversas a ser retificadas com a CCDR C.	<div>As áreas identificadas correspondem a propostas de exclusão da RAN, por incompatibilidade com a rede viária, ou seja, correspondem a áreas efetivamente ocupadas pela infraestrutura viária.</div> <div>Propostas de exclusão validadas pela CCDRC (ex. DRAPC).</div>	<div>Questão a abordar em reunião setorial</div>	<div>A generalidade das situações identificadas está relacionada com incompatibilidades com infraestruturas viárias, designadamente:</div> <div>1 - A23 2 - A23 3 - Linha da Beira Baixa 4 - A23 6 - N18 7 - A23 8 - C1204 (mínimo 5 m de plataforma) 10 - Sem nome (acerto de parcela; +/- 4,5 m de largura) 14 - M 506-1 (mínimo 6/7 m de plataforma) 15 - M 506 (mínimo 6/7 m de plataforma)</div> <div>Uma das incompatibilidades identificada (3) está relacionada com rede ferroviária.</div> <div>Apenas numa das situações (10) se verifica que a dimensão da plataforma da via é inferior a 5m, tendo sido efetuado o acerto pelo limite da parcela.</div> <div>Todas as infraestruturas viárias com as quais se pretende compatibilizar a delimitação do AH são anteriores à aprovação do mesmo.</div> <div>Remete-se para as notas relativas ao comentário ORD.03, recordando a existência de orientações da DGADR (Guia de Orientação Técnica) para a possibilidade de se proceder a ajustes/acertos dos limites de AH por razões que se prendam com erros dos projetos (nas situações em apreço, erros cartográficos) e para regularização de zonas urbanas, através de procedimento que não implica pagamento de montante compensatório.</div> <div>Considera-se, portanto, que todas as áreas identificadas pela Entidade deverão ser “desafetadas” do AH por mero ajuste/correção cartográfica, não implicando quaisquer compensações pecuniárias nos termos do art.º 101.º do RJOAH.</div>	Recomendação não acolhida
ID DGADR	Extrato	análise	Posição DGADR											
1,2,3,4,6,7,8,10,14 e 15	-	Rede viária	Situações diversas a ser retificadas com a CCDR C.											
RAN.02	7	<div>5</div> <div></div> <div>Solo agrícola</div> <div>Permanecer AH e RAN Desfavorável</div>	<div>Proposta de exclusão validada pela CCDRC (ex. DRAPC).</div>	<div>Questão a abordar em reunião setorial</div>	<div>Reintegrar a área identificada pela Entidade em RAN, mantendo a qualificação como EAP (solo rústico).</div>	Recomendação acolhida								

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER		NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO	
RAN.03	7	9		Area de apoio à habitação, relvado e piscina Favorável, a pedido de exclusão do AH e pagamento de montante compensatório.	A área identificada corresponde a uma proposta de exclusão da RAN, por ajuste cartográfico. Proposta de exclusão validada pela CCDRC (ex. DRAPC).	Questão a abordar em reunião setorial	A CMC tem de fundamentar e solicitar exclusão da área do AHCB, considerando o já referido no comentário ao contributo ORD.03. Isto é, tratando-se de um erro cartográfico (já validado em sede de procedimento de delimitação da RAN), deverá ser possível fazer a exclusão do AHCB sem pagamento de montante compensatório.	Recomendação não acolhida
RAN.04	8	13		Situação a retificar com a CCDR C	A área identificada corresponde a uma proposta de exclusão da RAN, por ajuste cartográfico. Proposta de exclusão validada pela CCDRC (ex. DRAPC).	Questão a abordar em reunião setorial	A DGADR vai analisar a situação e pronunciar-se: vai questionar a Associação de Beneficiários e verificar a eventual ocorrência de erro cartográfico/cadastral para realização de acerto pelos limites do prédio.	Recomendação acolhida
COMPROMISSOS URBANÍSTICOS								

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
COMP.01	9	<p>2.4. COMPROMISSOS URBANÍSTICOS</p> <p>Verificam-se diversas situações de compromissos urbanísticos no AHCB, conforme apresentados na imagem abaixo e destacados a cor “amarela”. (ver ficheiro kmz em anexo)</p>  <p>A posição da DGADR face a estas situações é desfavorável, carecendo de melhor explicação.</p>	<p>De facto, há compromissos urbanísticos em área do aproveitamento hidroagrícola, contudo, a existência de compromissos urbanísticos não implica, por si só, qualquer alteração ao limite ou exclusão destas áreas do aproveitamento hidroagrícola.</p> <p>A planta e o relatório dos compromissos urbanísticos são elementos complementares, que acompanham o plano, mas não o constituem (integram), conforme instituído no ponto 3 do artigo 97.º do RJIGT.</p> <p>Nestes termos, e sem prejuízo da informação sobre os compromissos urbanísticos ter servido de base à proposta de plano, concretamente na aferição do cumprimento dos critérios de classificação do solo estabelecidos pelo DR 15/2015, de 19 de agosto, importa considerar ao resultado – elementos que constituem o PDM, nos termos do ponto 2 do artigo 97.º do RJIGT.</p> <p>Acresce que eventuais conflitos com áreas do aproveitamento hidroagrícola, que resultam da proposta de plano, foram já ponderados em resposta aos pontos anteriores, pelo que se considera esclarecida a situação reportada, não sendo necessária mais qualquer ação da Câmara Municipal.</p>	Recomendação acolhida	<p>De facto, há compromissos urbanísticos em área do AHCB. No entanto, a análise destes elementos não implica, por si só e enquanto elementos que acompanham a Proposta de Plano, qualquer necessidade de alteração do limite ou exclusões de área do AHCB.</p> <p>Importa, assim, considerar a Proposta de Plano enquanto resultado das opções do Planeamento (reconhecidas à Camara Municipal) instituídas pelo RJIGT e cuja apreciação compete à CCDR-C, sem prejuízo da pronúncia da DGADR em matéria de Servidões Administrativas ou Restrições de Utilidade Pública (SRUP).</p> <p>Acresce que eventuais conflitos da proposta de Plano com áreas do AHCB, enquanto SRUP, foram já atrás ponderados. Face ao exposto, entende-se que, no âmbito do procedimento de revisão do PDM, em apreço, não é devido qualquer esclarecimento adicional à DGADR sobre os compromissos urbanísticos (decorrentes de procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas nos termos do RJUE, anteriores ao momento de aprovação do Plano) cartografados e listados na proposta de Plano, por força da aplicação do RJIGT.</p> <p>Contudo, de forma a esclarecer a Entidade, informa-se que, conforme listagem apresentada no QUADRO 2, alguns processos não são abrangidos pelo AHCB, outros têm pré-existências anteriores à publicação do Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro, e outros obtiveram pronúncia da DGADR no âmbito do controlo prévio das operações urbanísticas.</p>	Recomendação não acolhida

QUADRO 2

DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)

Compromissos Urbanísticos no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira

PROCESSO	SITUAÇÃO
52/18	Com pré-existência anterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro
102/16	Com pré-existência anterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro
56/18	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
48266	Com pré-existência anterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro
105/15	Com pré-existência anterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro
55/16	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
324/16	Posterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro Parecer favorável da DGADR (Referência PAR_DSTAR_DOER_DOC00010716_2018 de 26-10-2018)
516/98	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
142/15	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
96/09	Com pré-existência anterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro.
229/07	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
41/22	Posterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro Parecer favorável condicionado da DGADR (Referência PAR_DSTAR_DOER_DOC00000285_2023 – Processo 7028/2022 de 04-01-2023)
54/21	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
67/22	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira
134/22	Com pré-existência anterior ao Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro
146/22	Fora do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira

Ponderação do parecer do Património Cultural - PC

QUADRO 1

PATRIMÓNIO CULTURAL (PC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva (Reunião Setorial realizada no dia 25.09.2024)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
GERAL						
GER.01	11	<p>3.3. Desta forma, foi dado cumprimento ao disposto na legislação em vigor referida infra, verificando-se ainda que a informação relativa ao recurso territorial Património Cultural, carece de revisão, correção e atualização conforme assinalado no presente parecer:</p> <p>- N.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.</p> <p>- Alínea h) do Artigo 2.º, alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.</p> <p>- Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.</p> <p>- N.º 6 do Artigo 3.º e alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio.</p>	<p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências ao “Património Cultural” nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência, tendo em consideração os diversos contributos formulados pela entidade.</p>	Recomendação acolhida	-	-
GER.02	11	<p>3.3.1. Não foi dado cumprimento à alínea b) do n.º 1 do Artigo 4º e Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio visto não terem sido listados na Proposta de Plano os elementos do património arqueológico, situação que deve ser corrigida através da integração da respetiva listagem neste documento.</p>	<p>Os elementos do património arqueológico estão listados no Regulamento e encontram-se representados na Planta de Ordenamento, pelo que devem ser solicitados esclarecimentos à Entidade.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	<p>Atualizar e corrigir a lista final dos elementos do património arqueológico (no Regulamento, no Relatório e na Planta de Ordenamento) em função das indicações da Entidade.</p>	Recomendação acolhida
REGULAMENTO						
REG.01	4	<p>2.1. No artigo 2º estão definidos os objetivos e estratégias do PDM onde se encontra a “proteção e valorização do património construído”, expressão que referindo “património cultural” seria mais abrangente.</p>	<p>Não obstante os objetivos estratégicos subjacentes à revisão do PDM observarem uma correspondência efetiva com o estabelecido nos termos de referência do Plano, concorda-se com a sugestão da entidade, uma vez que a expressão “património cultural” é efetivamente mais abrangente.</p> <p>No sentido de reforçar o alcance deste objetivo, será de alterar a redação da alínea a), assumindo, no entanto, apenas uma referência ao património, entendendo-se, assim, orientar a proteção e valorização pretendida a todo o património, independentemente da sua natureza, incluindo-se, para além do património construído, o património cultural, o património arqueológico e o património natural.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.02	4	<p>2.2. No artigo 6º, identifica-se as servidões e restrições de utilidade pública, onde se inclui na alínea f) o “Património edificado”, expressão que deveria igualmente ser substituída por “Património Cultural”. Refere-se ainda que uma vez que no ponto i. já se indica “Imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção”, considera-se não ser necessário o ponto ii. “Zona Geral de Proteção em Vias de Classificação”.</p>	<p>No contexto em presença, o recurso à expressão “Património edificado” observa relação direta com a terminologia utilizada pela Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) na sua publicação “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”, pelo que a mesma será de manter.</p> <p>Suprimir o disposto na subalínea ii) da alínea f), por ser desnecessário, uma vez que as zonas gerais de proteção em vias de classificação são já mencionadas na subalínea i).</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Substituir, na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º, a expressão “património edificado” por “património cultural”, procedendo em conformidade noutros artigos com referências ao património.</p>	Recomendação acolhida
REG.03	4	<p>2.4. Conforme artigo 75º, são criados Espaços Culturais, que correspondem a áreas de valor patrimonial, seja ele histórico, arquitetónico, arqueológico, paisagístico, ou outro, para que sejam objeto de proteção e valorização, o que se considera positivo.</p>	<p>A recomendação não carece de qualquer ação da Câmara Municipal. Sem prejuízo, será corrigida a remissão para a planta correta.</p>	N.A.	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.04	5	<p>2.6. No Anexo I - Património Cultural, tabelas 1.1 e 1.2, com a listagem do património classificado e em vias de classificação, refere-se o seguinte, tendo como referência os números dos imóveis identificados na presente informação na Servidão Administrativa:</p> <p>a) As designações dos imóveis classificados deverá ser a que consta nos respetivos decretos de classificação, devendo assim ser ajustada/retificada a de alguns imóveis, nomeadamente as dos números 5, 6, 12 e 17.</p>	<p>No Anexo I do Regulamento, adequar as designações dos imóveis identificados pela entidade, em conformidade com o constante dos respetivos diplomas de classificação.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.05	5	<p>b) Havendo diplomas antigos de classificação que no seu número não incluem o ano, a data deverá ser complementada com o ano. Estão neste caso os imóveis identificados com os números 1, 2, 3 e 11.</p>	<p>No Anexo I do Regulamento, integrar a identificação da data de classificação dos imóveis identificados pela entidade.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados identificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.06	5	<p>c) O número do Decreto de classificação do imóvel 2 deverá ser completado (apenas consta 43 em vez de 43073).</p>	<p>Corrigir o lapso identificado relativamente à Capela de Santo Cristo, classificada como IIP pelo Decreto n.º 43 073, DG n.º 162 de 14 julho 1960.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados identificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.07	5	<p>d) Existem imóveis que dispõem de zona especial de proteção, situação que deveria ser referenciada. No caso dos imóveis que dispõem dessa ZEP, imóveis 13, 14, 16 e 25, a mesma foi publicada no mesmo diploma da classificação. Assim, sugere-se que a seguir ao diploma se indique “(inclui ZEP)”.</p>	<p>Assegurar a identificação da ZEP nos imóveis identificados e compatibilizar a introdução desta informação complementar relativa a estes imóveis no Regulamento com as referências em outros elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.08	5	<p>e) Os últimos 4 imóveis da tabela 1.1, em vez de “Imóvel de Interesse Público”, dever-se-ia querer dizer “Monumento de Interesse Público”.</p>	<p>Corrigir o lapso identificado na tabela 1.1 do Anexo I do Regulamento e assumir o estatuto de “Monumento de Interesse Público” relativamente aos imóveis mencionados, designadamente: Palacete Jardim; Capela de São Sebastião; Igreja da Nossa Senhora da Assunção, Matriz do Paul; Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.09	5	<p>f) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 25 - Castro da Argemela, classificado como Sítio de Interesse Municipal, através do Edital n.º 701/2021 de 22/06 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão), que inclui ZEP publicada no mesmo diploma.</p>	<p>Incluir na Tabela 1.1 do Anexo I do Regulamento a referência ao imóvel “Castro da Argemela”, classificado como Sítio de Interesse Municipal, e incluir a informação relativa à respetiva legislação habilitante (Edital n.º 701/2021 de 22/06 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão) e a menção à respetiva ZEP (publicada no mesmo diploma).</p> <p>Realizar uma revisão sistemática em torno das referências aos imóveis classificados nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência e assegurar a integração da informação relativa a este imóvel classificado como Sítio de Interesse Municipal.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.10	5	<i>g) Os imóveis 23 e 24 já se encontram classificados como Monumento de Interesse Municipal, conforme Editais n.º 464/2017 e 463/2017 de 30/06, respetivamente.</i>	<p>Em razão da sua recente classificação, incluir na Tabela 1.1 (Património classificado) do Anexo I do Regulamento a referência ao imóvel “Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo” e “edifício do Club União da Covilhã”, ambos classificados como Monumento de Interesse Municipal, e incluir a informação relativa à respetiva legislação habilitante (Editais n.º 464/2017 e 463/2017 de 30/06, respetivamente, publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2017.</p> <p>Suprimir a informação relativa a estes imóveis da Tabela 1.2 (Património em vias de classificação) do Anexo I do Regulamento e realizar uma revisão sistemática em torno das referências a estes imóveis nos diversos elementos escritos e desenhados do Plano que lhes façam referência, de modo a assegurar a conformidade da informação com as alterações introduzidas no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.11	5	<i>h) O imóvel 27, Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira, em vias de classificação, aparece indicado 3 vezes na tabela 1.2, duas no campo de classificação de âmbito nacional e outra no de interesse municipal. Trata-se de uma única proposta de classificação do conjunto, conforme Anúncio n.º 241/2021, de 22/10, para Conjunto de Interesse Público.</i>	<p>Corrigir a informação constante da Tabela 1.2. do Anexo I do Regulamento, uma vez que o Anúncio n.º 241/2021 releva a pretensão de classificação do Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira como conjunto de interesse público e a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP). Será, assim, de assumir uma referência única a este elemento patrimonial em vias de classificação, considerando o seu âmbito nacional.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.12	5	<i>i) Os imóveis deveriam ser numerados e com correspondência com a sua marcação na Planta de Condicionantes e de Ordenamento.</i>	<p>Assumir no Regulamento a numeração dos imóveis, em articulação e em conformidade com a numeração estabelecida na Planta de Condicionantes - Património e com a numeração a estabelecer na Plante de Ordenamento -- Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REG.13	5	<p>2.7. No Anexo I, tabela 1.3 com a listagem do património inventariado - património arquitetónico, regista-se a identificação de diversos imóveis, com diferentes tipologias, demonstrando o interesse de salvaguardar o património cultural, elemento fundamental na identidade própria do território, conforme disposto na Lei de Bases do Património Cultural (salientando-se os artigos 3º.3, 6º.a) e c)) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (salientando-se os artigos 4º.1b), 10º.g), 17º. 2, 75º.f), 173º.b)).</p> <p><i>Estes imóveis deveriam ser numerados e ter correspondência com a sua marcação na Planta de Ordenamento (conforme efetuado na planta do Património Cultural constante nos Estudos de Caracterização).</i></p>	<p>Articular com ponderação relativa ao contributo anterior e assumir o estabelecimento da numeração dos imóveis constantes da tabela 1.3 (Património inventariado – Património arquitetónico) do Anexo I do Regulamento, com a correspondente numeração na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.14	11	<p>4.2. O PROF CI estabelece no Anexo I ao Regulamento nas normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização a paisagem, a norma RECR 1 que tem como um dos objetivos da gestão e intervenções florestais a “Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico”;</p> <p>4.3. Uma vez que no PDM da Covilhã existe a categoria “Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato”, a mesma deve passar a fazer menção ao objetivo referido em 4.2., para ficar em conformidade com o PROF CI.</p>	<p>O Anexo II do Regulamento integra as Orientações e Determinações do PROF CI, estando estas sobretudo associadas aos modelos gerais de silvicultura, gestão florestal e de organização territorial e às funções dos espaços florestais estabelecidos para as diversas sub-regiões homogéneas com incidência no território da Covilhã, sendo de evidenciar que as normas de silvicultura a aplicar nestas sub-regiões homogéneas correspondem às normas das funções definidas no Anexo I do Regulamento do PROF CI, entre elas se incluindo as normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem.</p> <p>Entende-se, nesta perspetiva que a integração do objetivo associado à “salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico” que decorre das normas do PROF-CI nas salvaguardas associadas à Albufeira da Cova do Viriato, sob pena de se desvirtuar a transposição das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato. De relevar, contudo, que a salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico estão devidamente asseguradas no capítulo do Regulamento relativo às “Áreas de Salvaguarda” (Vd. capítulo V do Título III do Regulamento).</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património cultural já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do PDM, bem como no Anexo II do Regulamento relativo ao PROF-CI.	Recomendação não acolhida
REG.15	15-16	<p>Apesar do Regulamento apresentar normas para a salvaguarda e proteção do Património arqueológico, as mesmas carecem de revisão, correção ou completamento, conforme indicado infra. Para facilitar as alterações, correções e contributos, os mesmos encontram-se a sublinhado no texto.</p> <p>Título I – Das Disposições Gerais</p> <p>7.1. Artigo 2.º - Estratégia e objetivos – em conformidade com o proposto no ponto 5.1.1. do presente parecer propõe-se a seguinte redação para a alínea a) do n.º 1:</p> <p>“Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e do património arqueológico;</p>	<p>A redação sugerida conflitua com o anteriormente sugerido (Vd. contributo REG.01) ao assumir uma referência ao património construído. Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.01. De relevar que os âmbitos elencados são manifestamente distintos, não fazendo sentido assumir a sua agregação num objetivo único.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Substituir a expressão “património construído” por “património cultural”, de carácter mais abrangente.	Recomendação acolhida
REG.16	16	<p>Título II –Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública</p> <p>7.2. Artigo 6.º - Identificação – indicam-se os vários elementos que integram as servidões administrativas, referindo-se na alínea “f) Património edificado”; <u>abrangendo o património classificado e em vias de classificação sítios arqueológicos, talvez a designação devesse ser antes património cultural; contudo, dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre esta matéria;</u></p>	<p>No contexto em presença, o recurso à expressão “Património edificado” observa relação direta com a terminologia utilizada pela Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) na sua publicação “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”, entendendo-se que a mesma será de manter.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.02.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Substituir a expressão “património edificado” por “património cultural”.	Recomendação acolhida
REG.17	16	<p>7.3. Artigo 7.º Regime geral – refere-se que as áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidades pública se regem pelo disposto no presente regulamento e pelo respetivo regime legal, aplicando-se sempre o mais restritivo e estão representadas na planta de condicionantes; <u>dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre esta matéria;</u></p>	<p>Os contributos formulados pela entidade serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.</p>	Recomendação acolhida	-	-

Comentado [MB1]: Aceite.
A Função Geral de recreio e valorização da paisagem que decorre do PROF-CI foi acautelada (transcrita) no Anexo II do RPDM.



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.18	16-17	<p>7.8. Artigo 18.º Vestígios arqueológicos – refere-se o seguinte:</p> <p>“1– Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística, é dado cumprimento ao estabelecido na lei.</p> <p>(...)</p> <p>7.8.1. Propõe-se a seguinte redação alternativa para o n.º 1 deste artigo para uma maior proteção dos vestígios arqueológicos:</p> <p>“1– Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística” ou implementação de projeto de outra natureza (redes de infraestruturas, intervenções ao nível do solo e subsolo, incluindo os trabalhos de modelação de terrenos, bem como as intervenções de natureza agrícola e florestal), é obrigatória a imediata suspensão dos trabalhos no local e a sua comunicação à Câmara Municipal e à entidade da Tutela Competente;</p>	Assumir a alteração da redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade, com as devidas adaptações, de modo a assegurar a conformidade com as regras de legística.	Recomendação acolhida	-	-
REG.19	17	<p>7.11. Artigo 33.º Exploração de recursos energéticos renováveis – neste artigo no n.º 3 ao já proposto deve ser acrescentado o seguinte:</p> <p><u>Assegurar que a exploração de recursos energéticos renováveis será compatibilizada com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</u></p>	<p>Entende-se desnecessária a introdução de uma nova alínea no n.º 3 do art.º 33.º com a menção à redação sugerida pela entidade. A compatibilização com a proteção e salvaguarda do património arqueológico decorre do disposto na legislação em vigor, entendendo-se que esta salvaguarda é já assegurada no art.º 18.º (Vestígios arqueológicos) e no art.º 172.º (Património arqueológico – Identificação e regime) do Regulamento.</p> <p>Neste pressuposto, e de modo a evitar redundâncias e replicar a necessidade de assegurar esta salvaguarda em todas as categorias de solo, entende-se como desnecessária a inclusão da redação sugerida, contribuindo-se, assim, para tornar o Regulamento menos denso no seu conteúdo e reforçar a sua legibilidade, em conformidade com o sugerido pela própria CCDRC no âmbito da sua apreciação.</p>	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2	Recomendação não acolhida
REG.20	17	<p>7.12. No Artigo 34.º Exploração de recursos geológicos – neste artigo ao proposto deve ser acrescentado o seguinte:</p> <p><u>Assegurar que a exploração de recursos geológicos será compatibilizada com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</u></p>	Ver ponderação relativa ao contributo anterior.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2	Recomendação não acolhida
REG.21	17	<p>Secção III – Espaços agrícolas</p> <p>7.13. <u>Na secção relativa aos espaços agrícolas deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</u></p>	<p>Entende-se desnecessária a introdução de uma nova disposição que assegure a compatibilização dos usos e atividades admitidos nesta categoria de solos com a proteção e salvaguarda do património arqueológico.</p> <p>Esta salvaguarda é já assegurada no art.º 18.º (Vestígios arqueológicos) e no art.º 172.º (Património arqueológico – Identificação e regime) do Regulamento, pelo que, em conformidade com o sugerido pela própria CCDRC no âmbito da sua apreciação, será de evitar a introdução de normativas redundantes e/ou que contribuam para uma densificação da estrutura regulamentar e para uma diminuição da sua clareza.</p>	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2	Recomendação não acolhida

Comentado [MB2]: Aceite.
A alínea d) do n.º 2 do artigo 14.º reporta-se à salvaguarda e valorização do património classificado ou de reconhecido valor cultural, arquitetónico, arqueológico, paisagístico ou ambiental.
Esta disposição aplica-se a todas as categorias de espaço, tanto em solo rústico como em solo urbano.

Comentado [MB3]: Aceite.
Idem comentário anterior.

Comentado [MB4]: Aceite.
Idem comentário anterior.



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.22	17	<i>Secção IV – Espaços florestais</i> <i>7.14. Na secção relativa aos espaços florestais deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico e na categoria Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato, deve ser dado cumprimento ao previsto no PROF CI para esta categoria de espaços, devendo passar a referir-se que a gestão e intervenções florestais neste espaço têm entre outros objetivos a “Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico”.</i>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.14.	Recomendação não acolhida	De acordo com a sugestão da Entidade, incluir a referência ao “património cultural” no n.º 3 do artigo 52.º: “3 - As intervenções nos espaços florestais devem privilegiar, para além das atividades silvícolas, as ações de recuperação e valorização da paisagem, do património cultural e de promoção das atividades de turismo, recreio e lazer, tendo em vista o objetivo de reforço do uso múltiplo da floresta.”	Recomendação acolhida
REG.23	18	<i>Secção V – Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos</i> <i>7.15. Na secção relativa aos espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</i>	Articular com ponderação relativa ao contributo REG.21.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2.	Recomendação não acolhida
REG.24	18	<i>Secção VII – Espaços naturais e paisagísticos</i> <i>7.16. Na secção relativa aos espaços naturais e paisagísticos deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</i>	Articular com ponderação relativa ao contributo REG.21.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2.	Recomendação não acolhida
REG.25	18	<i>Capítulo III – Solo Urbano</i> <i>Secção I – Disposições Gerais</i> <i>7.18. Nas disposições gerais do solo urbano deverá assegurar-se que as operações urbanísticas e a instalação de redes de infraestruturas serão compatibilizadas com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;</i>	A compatibilização da realização de operações urbanísticas e da instalação de redes de infraestruturas com a proteção e salvaguarda do património arqueológico encontra-se já assegurada no art.º 18.º (Vestígios arqueológicos) do Regulamento, que integra a secção relativa às Disposições Comuns ao Solo rústico e ao Solo Urbano, sendo esta salvaguarda igualmente complementada através do disposto no art.º 31.º (Utilizações e intervenções interditas) e do disposto no art.º 172.º (Património arqueológico – Identificação e regime). Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.18.	Recomendação não acolhida	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada, uma vez que a salvaguarda do património já se verifica no disposto nos artigos 18.º e 172.º do RPDM, bem como pelo Artigo 14º, na alínea d) do seu nº.2.	Recomendação não acolhida
REG.26	18	<i>Secção II – Espaços centrais</i> <i>Subsecção I – Espaços centrais Tipo I</i> <i>7.19. Artigo 99.º Identificação – atendendo a que a cidade da Covilhã tem origem medieval e dispõe de património edificado no âmbito da arqueologia industrial deve aqui referir-se a previsibilidade da identificação de vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas, propondo-se que este articulado passe a ter a seguinte redação:</i> <i>“Os solos integrados na subcategoria de espaços centrais tipo I assumem correspondência com as áreas de génese urbana da cidade da Covilhã, e correspondem a áreas de povoamento e edificações singulares, com uma forte componente histórica” e arqueológica “tradutores do desenvolvimento inicial da sede de concelho, e que sublinham memórias culturais de grande significado na formação da sua identidade”;</i>	Assumir a alteração da redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade. Assegurar a compatibilização da identificação dos solos que integram a subcategoria de Espaços Centrais Tipo I no art.º 99.º do Regulamento com a componente descritiva associada a esta subcategoria de solos integrada na secção 8.2.1 (Solo Urbano) do Relatório do Plano.	Recomendação acolhida	-	-

Comentado [MB5]: Aceite.
Idem comentário anterior.

Comentado [MB6]: Aceite.
Idem comentário anterior.

Comentado [MB7]: Aceite.
Idem comentário anterior.



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.27	18-19	<p>7.20. Artigo 100.º Usos e atividades – aplicando-se esta categoria de espaços à cidade da Covilhã, de origem medieval e com uma zona intramuralhas que compreende o seu núcleo primitivo com ruas estreitas e edificações antigas de valor histórico e patrimonial onde é previsível que venham a ser identificados vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas o proposto no n.º 2 deve passar a ter a seguinte redação:</p> <p>“2 - As obras e intervenções a realizar nos espaços centrais tipo I devem considerar a preservação das características do local, salvaguardando a traça urbana existente, nomeadamente no que respeita a volumetria e o alinhamento dos edifícios com os seus confinantes, de modo a valorizar os elementos e os sistemas identitários”, <u>assim como salvaguardar e proteger os vestígios arqueológicos</u>;</p>	A salvaguarda e proteção dos vestígios arqueológicos é já assegurada, não sendo necessário assumir aqui uma disposição que assumiria um carácter redundante.	Recomendação não acolhida	Completar a redação do n.º 2 do artigo 100.º com a redação sugerida pela Entidade, salientando a importância da salvaguarda dos vestígios arqueológicos.	Recomendação acolhida
REG.28	19	<p>Subsecção III – Espaços centrais tipo III</p> <p>7.21. Artigo 105º Identificação – atendendo à probabilidade de poderem vir a ser identificados vestígios arqueológicos nestes aglomerados antigos, o proposto para este artigo deve passar a ter a seguinte redação:</p> <p>“Os solos integrados na subcategoria de espaços centrais tipo III assumem correspondência com as áreas que revelam uma forte componente histórica e patrimonial e cuja singularidade e antiguidade releva o carácter identitário de alguns aglomerados urbanos do concelho, nos quais se pretende preservar e valorizar os traços urbanísticos e arquitetónicos de especial relevância patrimonial” <u>devendo ainda acautelar-se a salvaguarda e proteção dos vestígios arqueológicos</u>;</p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.27	Recomendação não acolhida	Completar a redação da disposição do artigo 105.º com a redação sugerida pela Entidade, salientando a importância da salvaguarda dos vestígios arqueológicos.	Recomendação acolhida
REG.29	19	<p>Capítulo V – Áreas de salvaguarda</p> <p>Secção II – Áreas sujeitas ao regime de proteção da Albufeira da Cova do Viriato</p> <p>Subsecção III – Disposições especiais</p> <p>7.22. Artigo 166.º Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato – <u>para dar cumprimento ao referido no PROF CI no que se refere às normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem (norma RECR 1) se na mesma se localizarem vestígios arqueológicos deve promover-se a salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico (conforme já referido em 7.14.);</u></p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.14.	Questão a abordar em reunião setorial	Concordância da Entidade com a fundamentação apresentada.	Recomendação não acolhida
REG.30	19	<p>Subsecção I – Património classificado e em vias de classificação</p> <p>7.24. Artigo 169. Identificação e regime – <u>dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este artigo;</u></p>	Os contributos formulados pela entidade serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.	Recomendação acolhida	-	-

REG.31	19-21	<p>7.27. Artigo 172.º Património arqueológico – identificação e regime –</p> <p>(...)</p> <p>7.27.1. Para uma melhor salvaguarda e proteção do património arqueológico, propõe-se a seguinte redação alternativa para este artigo:</p> <p><u>O património arqueológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução humana, designadamente depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo rústico ou urbano, no subsolo ou em meio submerso;</u></p> <p><u>Os sítios arqueológicos dispõem de uma área de salvaguarda de 50m medidos a partir do seu ponto central, quando outra não for estabelecida, com base em trabalhos arqueológicos ou informação científica disponível;</u></p> <p><u>No Anexo I – Património Cultural estão listados na Tabela 1.4. Património inventariado – Património Arqueológico os elementos do património arqueológico conhecidos no concelho da Covilhã, encontrando-se os sítios arqueológicos e as respetivas áreas de salvaguarda representados na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural;</u></p> <p><u>Sempre que a realização de intervenções arqueológicas e novos achados determinem a reformulação ou o estabelecimento de novos sítios arqueológicos ou áreas de salvaguarda, procede-se à atualização da Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural e à sua publicação em acordo com os procedimentos inerentes à alteração do PDM da Covilhã;</u></p> <p><i>“Nos sítios arqueológicos” e nas respetivas áreas “de salvaguarda, todos os trabalhos ou atividades que envolvam transformação, revolvimentos ou remoção de terreno do solo e subsolo, bem como demolições de construções, ou outros que envolvam a transformação da topografia ou da paisagem implicam obrigatoriamente a realização de trabalhos arqueológicos, cuja tipologia depende do parecer prévio das entidades competentes.”</i></p> <p><i>“Se no decurso de uma obra ou outra atividade, não sujeita, previamente, ao cumprimento do disposto nos números (X) e (X) do presente artigo, forem encontrados quaisquer vestígios arqueológicos é obrigatória a sua comunicação imediata à Câmara Municipal da Covilhã e às entidades de tutela competentes.</i></p> <p><i>“Nos casos previstos no número anterior, a obra ou atividade em causa deverá ser imediatamente suspensa, de acordo com o disposto na legislação em vigor.</i></p> <p><i>“O tempo de duração efetiva de suspensão implica uma suspensão automática para todos os efeitos, independentemente das demais providências previstas na lei”.</i></p> <p><i>“Todas as intervenções que impliquem picagem de reboco com exposição do aparelho construtivo ou revolvimento de solos no interior ou na envolvente de capelas e igrejas construídas até ao final do século XIX ficam</i></p>	<p>Assumir a alteração do disposto nos n.º 1 a 4 do artigo 172.º do Regulamento, retendo em consideração a redação sugerida pela entidade. A alteração das normativas contantes deste artigo, em conformidade com o sugerido, pressupõe a renumeração das disposições relativas aos n.º 5 a 8, cuja redação se mantém inalterada.</p> <p>Não parece proporcional prever a alteração da Planta de Ordenamento do PDM para incluir a descoberta de novos sítios arqueológicos, no património arqueológico inventariado. Seria admissível a Alteração por Adaptação do PDM para atualização de SRUP associadas a novos elementos patrimoniais classificados, mas não para o novo património inventariado.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p>	<p>Concordância da Entidade e CMC com a alteração da redação do artigo 147.º-172.º.</p> <p>Sobre a área de salvaguarda dos sítios arqueológicos a representar na Planta de Ordenamento, acrescentou a Entidade que o buffer dos 50 m poderia ser adotado apenas no Solo Rústico, mantendo-se a representação pontual no Solo Urbano. Reconhecendo a virtualidade de tal opção, a CMC considera que o levantamento existente do património arqueológico não dá garantias de uma rigorosa representação das áreas de salvaguarda do património arqueológico. Por essa razão, manter-se-á a representação pontual.</p> <p>Tendo a CMC assumido o compromisso (inscrito no Programa de Execução do Plano) de proceder à elaboração de um novo levantamento do património arqueológico, deverá ser ponderada, em sede de procedimento de dinâmica do Plano para atualização do património arqueológico, a revisão desta norma, de acordo com a sugestão da Entidade.</p> <p>A CMC concorda com a sugestão da Entidade de se prever em Regulamento uma norma que garanta que se procederá a “atualização da Planta de Ordenamento” sempre que sejam encontrados novos achados ou vestígios arqueológicos (o que é expetável com a realização de novo levantamento arqueológico e consequente elaboração de nova Carta Arqueológica).</p> <p>Concomitantemente, a CMC, no seguimento dos estudos que pretende desenvolver em momento posterior à aprovação do Plano, para atualização da lista do património arqueológico, compromete-se a estabelecer, em regulamento municipal, regras aplicáveis ao controlo prévio das operações urbanísticas que “obriguem” à ponderação da lista do património arqueológico na sua versão mais atualizada.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p>
--------	-------	--	--	---	--	---

Comentado [MB8]: Aceite.
A ponderação reporta-se, efetivamente, ao artigo 172.º.



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
		condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos de acordo com o parecer prévio das entidades competentes. “				
REG.32	21	<p><i>Título IV – Programação e execução do plano</i></p> <p><u>7.28. Na programação e execução do plano deve ficar assegurada a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas non aedificandi, atendendo a que é uma das recomendações do Relatório Ambiental (cf. ponto 10.10.2. do presente parecer) e que o inventário de sítios arqueológicos referidos no Anexo I do Regulamento não tem por base trabalhos sistemáticos de levantamento do património arqueológico do concelho;</u></p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo PEPF.02.	Questão a abordar em reunião setorial	<p>O Município esclareceu que estão a ser elaboradas fichas de caracterização do património, mas não incluem o património arqueológico, reconhecendo que o curto prazo para a conclusão e aprovação do Plano inviabiliza a realização, em tempo útil, destes trabalhos.</p> <p>Neste cenário, a Entidade aceita a realização destes trabalhos em momento subsequente à aprovação do Plano, tendo sido acordada a inclusão de uma ação no PEPF do Plano (contributo PEPF.02) que contempla o levantamento do património arqueológico no concelho da Covilhã.</p>	Recomendação acolhida
REG.33	21	<p><i>7.29. Relativamente ao “Anexo I – Património Cultural” a “Tabela 1.4 Património Não classificado – Património arqueológico” contém a listagem dos sítios arqueológicos do concelho da Covilhã, indicando a designação, o tipo e a respetiva freguesia; contudo, os seguintes aspetos carecem de revisão, retificação ou complementação:</i></p> <p><i>7.29.1. A listagem apresentada difere daquela que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” que se encontrava mais completa, devendo, portanto, ser adotada esta última, que carece de atualização com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer, conforme já referido nos pontos 5.3.1. e 5.10.3. do presente parecer;</i></p>	<p>Atualizar a listagem dos sítios arqueológicos constantes da tabela 1.4 do Anexo I do Regulamento em conformidade com a informação constante do Portal do Arqueólogo e com a atualização da correspondente informação nos Estudos de Caracterização, tendo em consideração a informação disponibilizada pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Articula-se com a ponderação relativa aos contributos ORD.04 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.34	21	<p>7.29.2. <u>Mesmo que algum dos sítios referidos nos “Estudos de Caraterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” tenha já sido destruído ou apenas seja referido em bibliografia antiga sem informação que permita a sua localização, julga-se que os mesmos devem ser referidos na listagem do Anexo I com a indicação de que não serão representados na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural por não se saber a sua localização exata;</u></p>	<p>Esclarecer o alcance deste contributo da entidade.</p> <p>Sem incidência espacial, não é clara a conveniência da identificação destes sítios na listagem do Anexo I do Regulamento.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	<p>A CMC não acolhe a sugestão da Entidade de elencar, no Regulamento, elementos do património arquitetónico ou arqueológico que não tenham localização conhecida. Tal opção poderia levantar problemas em sede de controlo prévio das operações urbanísticas e redundaria numa incongruência entre Regulamento e Planta de Ordenamento que é, no mínimo, indesejável.</p> <p>De qualquer forma, atendendo ao já referido no comentário ao contributo REG.32, considera-se que este problema (de falta de localização rigorosa de alguns elementos do património) será resolvido a breve prazo com a elaboração dos estudos/levantamentos para atualização da carta arqueológica.</p> <p>A Entidade referiu que tem verificado que é possível identificar, em sede de trabalho de campo, os pontos de sítios arqueológicos, pelo que, nesta fase de desenvolvimento da proposta de Plano, ainda que não seja possível assegurar a sua representação em planta, devem ser listados no RPDM com uma nota a referir que carecem de confirmação, sendo objeto de futuros trabalhos de prospeção arqueológica, a realizar por uma equipa de arqueólogos, de modo a confirmar a sua existência ou destruição.</p>	Recomendação não acolhida
REG.35	21	<p>7.29.3. <u>Para que esta listagem possa ter mais utilidade, a cada um dos sítios referidos deverá ser atribuído um número de inventário que permita a sua identificação na “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural”, assim como a indicação do respetivo Código Nacional de Sítio (CNS) atribuído;</u></p>	<p>Atribuir uma numeração que identifique a generalidade dos elementos patrimoniais que integram ao Anexo I do Regulamento do Plano e assegure a respetiva correspondência com a informação constante da Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p> <p>A informação relativa aos sítios integrará, complementarmente, a informação relativa à indicação do respetivo Código Nacional de Sítio (CNS) atribuído.</p>	Recomendação acolhida	-	-
PLANTA DE CONDICIONANTES - PATRIMÓNIO						
CON.01	5-6	<p>2.8. <u>Relativamente à forma de representação, e para uma melhor leitura e perceção das servidões administrativas na área do património, considera-se que:</u></p> <p>a) <u>Tendo presente a possibilidade de visualização ampliada da planta, os imóveis deverão ser representados através da marcação dos seus reais limites, com trama ou cor, não se devendo sobrepor o quadrado com a indicação da classificação, que deverá ser removido, mantendo-se apenas a numeração.</u></p>	<p>Assegurar, sempre que possível, a representação dos imóveis através dos seus limites reais e manter apenas a sua numeração e articular o grafismo / cor adotado em função dos diferentes graus de classificação.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo CON.02</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
CON.02	6	<i>b) A indicação da classificação deverá ser dada através da trama ou cor, que deverá ser diferenciada conforme o grau de classificação dos imóveis, nomeadamente entre os bens de interesse nacional, de interesse publico, de interesse municipal e os em vias de classificação.</i>	<p>Assumir a representação da classificação dos imóveis representados na Planta de Condicionantes- Património com grafismo/cor diferenciados, em função dos diferentes graus de classificação, de modo a reforçar a leitura da informação representada.</p> <p>O grafismo/cor adotados para a assegurar a representação dos imóveis em planta observarão correspondência com o assumido na legenda deste elemento desenhado.</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.03	6	<i>c) Não deveria haver repetição de números, devendo os mesmos ter correspondência com a listagem constante no Anexo do Regulamento.</i>	<p>Assumir na Planta de Condicionantes – Património a numeração dos imóveis, em articulação e em conformidade com a numeração estabelecida anexo do Regulamento</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.12.</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.04	6	<p>2.9. Nesta Planta, na legenda, as designações dos imóveis estão completas (ao contrário das no Regulamento, ver 2.6.a)), mas encontra-se em falta o imóvel com o nº 29, em vias de classificação, com Aviso nº 2127/2024 de 26 de janeiro.</p> <p>Se possível, em frente às designações deveria constar o diploma de classificação.</p>	<p>Na legenda da Planta de Condicionantes – Património, assumir a identificação do imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024).</p> <p>Integrar, sempre que possível, o diploma de classificação, em conformidade com o no Anexo constante do Anexo I do Regulamento.</p> <p>Articular com contributo CON.07</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.05	6	<p>2.10. Analisados os elementos enviados de informação geográfica (shapefiles), verifica-se o seguinte:</p> <p>a) Existem discrepâncias na delimitação dos imóveis nº 17 e 18 com o publicado no diploma legal e no Atlas do Património Classificado.</p>	<p>Assegurar a correção dos elementos de informação geográfica (shapefiles) relativos à delimitação dos imóveis referenciado pela entidade como n.º 17 (Conjunto arquitetónico composto pelo edifício do Teatro-Cine da Covilhã, pelo edifício da Câmara Municipal da Covilhã, pelo edifício dos CTT e pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos - Portaria n.º 448/2014, DR, 2.ª série, n.º 113, de 16/06/2014) e como n.º 18 (Casa das Morgadas - Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26/02/1982), de modo a assegurar a conformidade com a delimitação que se encontra publicada no diploma legal e no Atlas do Património Classificado.</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.06	6	<i>b) O imóvel com o nº 26 encontra descrito como estando classificado como “Valor Concelhio”, designação que foi convertida para “Interesse Municipal”, nos termos do n.º 2 do art.º 112.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.</i>	<p>Na legenda da Planta de Condicionantes – Património, adequar a referência ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 26 (Casa dos Castelo Branco - Em Vias de Classificação (Homologado como Interesse Municipal)), tendo em consideração a sua designação como sendo um imóvel de interesse municipal.</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.07	6	<i>c) Encontra-se em falta o imóvel com o nº 29, em vias de classificação.</i>	<p>Na Planta de Condicionantes – Património, assumir a identificação do imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024).</p> <p>Articular com contributo CON.04</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.08	6	<i>d) A Zona de Proteção é um buffer de 50m contados a partir dos limites exteriores do imóvel, devendo-se assim excluir a área dos imóveis das ZPs. Dever-se-á proceder da mesma forma na delimitação das ZEPs.</i>	<p>Corrigir os elementos de informação geográfica (shapefiles) enviados relativos à Planta de Condicionantes – Património, de modo a salvaguardar a definição de um buffer de 50 contados a partir dos limites exteriores do imóvel.</p> <p>Articular com os contributos REG.30 e ORD.05.</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.09	21	<u>8.1. A Planta de Condicionantes Património tem representados os imóveis classificados e em vias de classificação e as respetivas áreas de proteção; dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo o parecer sobre esta matéria.</u>	<p>Os contributos formulados pela entidade relativos a esta matéria serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PLANTA DE ORDENAMENTO - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL						
ORD.01	6	2.11. Tratando-se de uma planta relativa ao Património, todos os imóveis classificados e em vias de classificação deverão estar igualmente representados.	Assumir na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural a representação integral dos elementos que integram o património arquitetónico e arqueológico, inclusive os elementos patrimoniais classificados e em vias de classificação igualmente representados na Planta de Condicionantes - Património.	Questão a abordar em reunião setorial	Representar, nesta planta, o património classificado e em vias de classificação, distinguindo-o claramente, na legenda, do património inventariado.	Recomendação acolhida
ORD.02	6	2.12. Cada imóvel deveria ser numerado, podendo a sua listagem em legenda ser remetida para uma nova folha, e com correspondência ao Anexo I do Regulamento.	Ponderar a numeração dos imóveis na Planta de Ordenamento - Ordenamento -- Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural, em correspondência com a numeração do património integrado no Anexo I do Regulamento do Plano. Não é percetível a necessidade de remissão da listagem dos imóveis constante da legenda da PO para uma nova folha. Articula-se com a ponderação relativa aos contributos REG. 12, REG.13 e CON.03.	Questão a abordar em reunião setorial	Numerar os elementos representados, assegurando a devida articulação com a listagem constante do Anexo I do RPDM.	Recomendação acolhida
ORD.03	21	9.1. A designada “Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património arquitetónico, arqueológico e natural” embora tenha sinalizado com círculos os sítios arqueológicos do concelho da Covilhã, os mesmos não estão devidamente numerados, pelo que é impossível saber a que correspondem, situação que deve ser corrigida com a atribuição de um número de inventário, o qual deve constar da respetiva legenda com indicação da respetiva designação e CNS atribuído, conforme já referido no ponto 7.29.3. do presente parecer;	Articular com ponderação relativa ao contributo REG.34.	Recomendação acolhida	-	-
ORD.04	22	9.2. Se os sítios sinalizados na “Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural” corresponderem aos que constam da “Tabela 1.4 Património Não classificado – Património arqueológico” que se encontra em anexo ao Regulamento, a mesma encontra-se incompleta, conforme referido nos pontos 7.29.1., 7.29.2. e 7.29.3. do presente parecer, devendo ser complementada em conformidade;	Complementar a informação relativa ao património arqueológico que integra a tabela 1.4 do Anexo I do Regulamento e assegurar a respetiva conformidade com a informação a integrar na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.	Questão a abordar em reunião setorial	Completar a tabela 1.4 do Anexo I do RPDM com os elementos em falta, assegurando a respetiva representação na PO.	Recomendação acolhida
ORD.05	22	9.3. A cada um dos sítios arqueológicos sinalizados na “Planta de Ordenamento – Património arquitetónico, arqueológico e natural” deve ser atribuída uma área de salvaguarda de forma a dar cumprimento ao referido na alínea n) do n.º 1 do Artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a qual se não foi determinada uma área superior, equivalerá a um buffer de 50m em torno do ponto central de cada sítio, a qual deverá ser delimitada na referida planta de ordenamento.	Esclarecer este contributo com a entidade, tendo em consideração o posicionamento da CCDRC em matéria de regulamentação do património inventariado. Articular com os contributos REG.31 e CON.08 e com o contributo rEG.63 da CCDRC.	Questão a abordar em reunião setorial	A CMC referiu que a adoção de um “buffer” de 50 m em torno do ponto correspondente a cada sítio arqueológico implicará uma tramitação mais problemática nos processos de licenciamento de obras, sendo que a realização futura de levantamento arqueológico permitirá a delimitação destes polígonos com maior rigor. Ver ponderação relativa ao contributo REG.31.	Recomendação não acolhida

RELATÓRIO DO PLANO

REL.01	6	2.13. Nas tabelas com o património classificado e em vias de classificação constantes no ponto 2.2.2.2. (pág. 55) verifica-se: a) Os números do Anúncio e dos Editais dos imóveis nºs 23, 24 e 27 deverão ser retificados.	Corrigir nas tabelas relativas ao património classificado e em vias de classificação, constantes da secção 2.2.2.2 do Relatório, as referências aos números do anúncio e dos editais em conformidade com o identificado pela entidade com o n.º 23 (Edifício do Club União da Covilhã - Edital n.º 464/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30/06/2017), n.º 24 (Estendadoiro de Lãs das Escadinhas do Castelo - Edital n.º 463/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30/06/2017) e n.º 27 (Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira - Em Vias de Classificação - Anúncio n.º 241/2021, DR, 2.ª série, n.º 206, de 22/10/2021).	Recomendação acolhida	-	-
--------	---	---	---	-----------------------	---	---



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.02	6	b) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 25.	Integrar nas tabelas relativas ao património classificado e em vias de classificação, constantes da secção 2.2.2.2 do Relatório, a informação relativa ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 25 (Castro da Argemela - Edital n.º 701/2021, DR, 2.ª série, n.º 119, de 22/06/2021 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão) - ZEP publicada no Edital n.º 701/2021, DR, 2.ª série, n.º 119, de 22/06/2021).	Recomendação acolhida	-	-
REL.03	6	2.14. Na tabela 41 com os imóveis classificados e em vias de classificação constante no ponto 6.2.1. (pág. 243), verifica-se: a) No imóvel nº 13, dispondo de ZEP, a indicação de “50m” deverá ser removida.	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, remover a indicação de “50 m”, uma vez que o imóvel referenciado pela entidade como n.º 13 (Capela de São Sebastião) já dispõe de ZEP.	Recomendação acolhida	-	-
REL.04	6	b) O imóvel nº 25 dispõe de uma ZEP. A classificação é conjunta com o município do Fundão (não “Função”).	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, assegurar a correção do lapso de escrita identificado pela entidade e assumir a referência ao Município do Fundão. Complementarmente, e uma vez que a DGPC foi extinta a 31.21.2023, suprimir a referência a esta entidade na fonte: da tabela e assumir, em sua substituição, a referência à entidade Património Cultural, I.P.	Recomendação acolhida	-	-
REL.05	6	c) O número do Anúncio do imóvel nº 27 deverá ser retificado.	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, corrigir o número relativo ao Anúncio do imóvel identificado pela entidade com o n.º 27 Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira - Em Vias de Classificação - Anúncio n.º 241/2021, DR, 2.ª série, n.º 206, de 22/10/2021).	Recomendação acolhida	-	-
REL.06	7	d) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 29.	Na Tabela 41 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, integrar a informação relativa ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024)	Recomendação acolhida	-	-
REL.07	7	2.15. Na tabela 63 com os imóveis classificados e em vias de classificação, constante no ponto 10.3. (pág. 351), aplica-se o referido no ponto anterior.	Na Tabela 63 (Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho da Covilhã) do Relatório, integrar a informação relativa ao imóvel referenciado pela entidade como n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024), designadamente na categoria dos Bens imóveis em Vias de Classificação.	Recomendação acolhida	-	-
REL.08	7	2.16. Na tabela 64 com o património arquitetónico inventariado no concelho (refere “Gouveia” mas julga-se ser um lapso e corresponder efetivamente à Covilhã), é apenas indicado o número de imóveis por tipologia. Estando os mesmos indicados nos Estudos de Caracterização considera-se não haver inconvenientes.	Corrigir o lapso identificado pela entidade na designação da Tabela 64 (Património arquitetónico inventariado no concelho de Gouveia (valores globais)). Efetivamente, deverá ser assumida a menção ao concelho da Covilhã e não ao concelho de Gouveia.	Recomendação acolhida	-	-
REL.09	10	3.1. A proposta preliminar do Plano refere na Proposta Preliminar do Relatório o património cultural, embora não identifique os elementos que constituem o património arqueológico, o qual apenas aparece listado em Anexo ao Regulamento, mas carece de atualização; o património arqueológico está sinalizado nas Plantas de Condicionantes ou de Ordenamento (consoante se constitui ou não como servidão administrativa, embora com erros de localização) e em sede de Regulamento são propostas medidas para a sua proteção e salvaguarda que carecem de revisão;	Detalhar a informação relativa aos elementos do património arqueológico, na secção 10.3 (Património arquitetónico, arqueológico e natural) do capítulo 10 (Áreas de salvaguarda) do Relatório do Plano, assegurando a conformidade com a informação constante da Tabela 1.4 (Património não classificado – Património arqueológico) do Anexo I do Regulamento e o que se encontra representado na Planta de Ordenamento. Assegurar a revisão das medidas de salvaguarda e proteção estabelecidas para o património arqueológico, em articulação com os contributos integrados no parecer técnico de Arqueologia assumido pela entidade.	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.10	11	<p>5.1.1. No OE 1 deveria também ser incluído o património arqueológico, visto ser este um dos recursos territoriais que de acordo com o referido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º, alínea g) do Artigo 10.º e Artigo 17.º do DL n.º 80/201 de 14 de maio deve ser considerado nos IGT, até porque o mesmo tem expressividade no concelho da Covilhã, sugerindo-se a seguinte redação alternativa:</p> <p>“OE1 — Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e do património arqueológico;</p>	<p>Os objetivos estratégicos assumidos para a revisão do PDM da Covilhã estão alinhados com as recomendações decorrentes do Relatório do Estado do Ordenamento do Território aprovado pela Assembleia Municipal em novembro de 2019, estado os mesmos enquadrados nos Termos de Referência do Plano.</p> <p>De relevar que a redação proposta conflitua com o anteriormente sugerido (Vd. contributo REG.01) ao assumir uma referência ao património construído, pelo que se entende que observa melhor enquadramento com o sugerido a adequação deste objetivo estratégico com o assumido no âmbito da ponderação relativa ao contributo REG.01, assumindo a compatibilização do OE.1 referido no Relatório do Plano com o assumido na alínea a) do art.º 2.º (Objetivos estratégicos) do Regulamento do Plano.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	No subcapítulo 5.1 do Relatório, alterar, no OE1, a expressão “património construído” por “património cultural”, em articulação com a redação do artigo 2.º do RPDM, relativo aos objetivos estratégicos.	Recomendação acolhida
REL.11	11-12	<p>5.2. No ponto “2. Diagnóstico territorial” refere-se no ponto “2.2.2. Sistema patrimonial” que o “Património histórico, arqueológico e arquitetónico constitui uma herança do passado que merece ser preservada e transmitida às futuras gerações. A sua preservação deve fazer parte da estratégia e desenvolvimento do território que a “personalidade” ímpar do concelho da Covilhã não se perca” (p. 55), apresentando-se várias tabelas com as listagens dos elementos que se encontram classificados e em vias de classificação e a indicação dos respetivos diplomas legais de classificação dos mesmos, designadamente: “Tabela 5. Património arquitetónico religioso classificado e em vias de classificação”; “Tabela 6. Património arquitetónico civil classificado e em vias de classificação”; “Tabela 7. Património arquitetónico militar classificado”; “Tabela 8. Património arqueológico classificado”;</p> <p>5.3. Contudo, relativamente ao património arqueológico não classificado não é disponibilizada qualquer informação sobre o mesmo, situação que carece de correção, uma vez que o património arqueológico é um dos recursos que ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artigo 4º, Artigo 10.º e Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e do n.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 197/2001 de 8 de setembro tem de ser caraterizado, identificado e objeto de medidas de proteção e salvaguarda em sede de Instrumentos de Gestão Territorial, e nomeadamente nos PDM;</p> <p>5.3.1. De forma a suprir a lacuna referida em 5.3. tal como se efetuou para o património cultural classificado e em vias de classificação deve passar a constar deste ponto uma tabela com a listagem dos sítios arqueológicos não classificados do concelho da Covilhã de onde conste entre outros, o n.º de inventário, o respetivo Código Nacional de Sítio (CNS), a designação, a tipologia, a cronologia e a localização, devendo ser utilizada a tabela disponibilizada nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” atualizada com os dados que constam da Tabela 1 do presente parecer;</p> <p>5.3.2. Deve ainda referir-se que o inventário de sítios arqueológicos disponibilizado não resulta de um trabalho sistemático de identificação de sítios arqueológicos e desta forma poderá não traduzir com rigor, aquela que é a riqueza arqueológica do concelho da Covilhã;</p>	<p>A informação relativa aos elementos patrimoniais, designadamente a sua identificação e caracterização encontra-se já vertida nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã”, que serão objeto de uma revisão sistemática, de modo a integrar algumas lacunas de informação identificadas pela entidade.</p> <p>Não obstante, a informação relativa ao património integrada no Relatório do Plano será complementada com a identificação da informação relativa aos sítios arqueológicos, atualizada de acordo a informação constante do Portal do Arqueólogo e com a atualização e com a informação disponibilizada pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Será igualmente de assumir a evidência que a informação relativa aos sítios arqueológicos não se apresenta como resultado de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel da riqueza arqueológica do concelho da Covilhã.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.23.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.12	12	<p>5.4. No ponto “2.3. Matriz SWOT” para o património cultural apresenta-se a seguinte análise:</p> <p>“Forças”</p> <p>“Património natural e construído de valor excecional (Rio Zêzere, Património Mundial UNESCO, Rede Natura 2000, PNSE e alguns núcleos com notoriedade histórica, cultural, arquitetónica e paisagística)”</p> <p>“Património arquitetónico e arqueológico de referência regional”</p> <p>“Ameaças”</p> <p>“Pressão turística em áreas de valor patrimonial (natural e construído) e em zonas que ainda preservam características naturais”</p> <p>“Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar” (p.115)</p> <p>5.4.1. Para além das questões referidas em 5.4. julga-se que poderiam ainda ser incluídos os seguintes elementos:</p> <p>Como fraquezas:</p> <p>- Ausência de um levantamento sistemático do património arqueológico</p> <p>Como Oportunidades:</p> <p>- A possibilidade de serem integrados no Regulamento disposições normativas para a proteção, estudo, salvaguarda e valorização do património cultural em geral e do arqueológico em particular</p> <p>Como Ameaças:</p> <p>- Risco de destruição de património arqueológico em consequência de trabalhos com impacte ao nível do solo e subsolo por desconhecimento da sua existência;</p>	A matriz SWOT será ajustada de acordo com os contributos.	Recomendação acolhida	-	-
REL.13	13	<p>5.7. No ponto “3.2.4. Sistema ambiental e patrimonial” indica-se que este sistema é constituído por áreas com interesse ambiental, ecológico e patrimonial, referindo-se que a nível patrimonial se destaca o património histórico, arqueológico e arquitetónico listado no capítulo 2, o qual constitui uma herança do passado que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras, mencionando-se ainda a existência de outro património inventariado que não se encontra classificado, destacando-se o “património arquitetónico industrial” existente nos vales da Ribeira da Goldra e da Ribeira da Carpinteira, apresentando-se na “Figura 50. Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial” a estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial apenas com a sinalização do património arqueológico e arquitetónico classificado;</p> <p>5.7.1. Uma vez que se remetem os elementos do património arqueológico para o ponto 2. É fundamental proceder à inclusão da listagem dos elementos do património arqueológico naquele ponto, conforme referido em 5.3. e 5.3.1. de forma a que possam ser devidamente considerados no modelo territorial;</p>	<p>Integrar na secção 2.2.2 (Sistema Patrimonial) do Relatório da informação sugerida pela entidade, em complementaridade da informação representada na figura 50 (a complementar com os elementos do património arqueológico não classificado, em conformidade com o sugerido no âmbito do contributo REL.15).</p> <p>De evidenciar que esta informação se apresenta já integrada nos Estudos de Caracterização e no Anexo I (Património cultural) do Regulamento.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.14	13	<p>5.7.2. Deverá rever-se a menção a “património arquitetónico industrial” uma vez que a disciplina que estuda os vestígios de antigas atividades industriais (têxtil, vidreira, cerâmica, metalúrgica ou de fundição, química, papelaria, alimentar, extrativa - as minas, para além da obra pública, dos transportes, das infraestruturas comerciais e portuárias, das habitações operárias, etc.) designa-se por arqueologia industrial, devendo talvez adotar-se antes esta designação para os vários elementos do património industrial identificados no concelho da Covilhã;</p>	Rever da menção ao “património arquitetónico industrial” e assumir, em seu lugar, a designação de “arqueologia industrial”, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.15	13	5.7.3. Na Figura 50 para além dos elementos do património classificado e em vias de classificação tem de estar representados os elementos do património arqueológico não classificado conforme referido na alínea n) do n.º 1 do Artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 85/2015 de 14 de maio, uma vez que só desta forma pode ser devidamente salvaguardado e protegido;	<p>Integrar a representação da informação relativa aos elementos do património arqueológico não classificado na Figura 50 (Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial) do Relatório do Plano e assegurar a conformidade com a informação constante da Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural.</p> <p>De relevar que os elementos do património arqueológico não classificado estão devidamente identificados na tabela 1.4 (Património não classificado – Património arqueológico) do Anexo I (Património cultural) do Regulamento do Plano, sendo já assegurada a sua salvaguarda, designadamente através do disposto no artigo 18.º (Vestígios arqueológicos) e no artigo 172.º (Património arqueológico - Identificação e regime), dispondo este último artigo sobre os elementos do património arqueológico não classificado.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.16	13	5.7.4. Atendendo à relevância assumida dos elementos patrimoniais no desenvolvimento do concelho (cf. ponto 5.6.1. do presente parecer) e à existência de elementos do património arqueológico um pouco por todo o concelho, que estes recursos são frágeis, finitos e não renováveis, neste ponto deveria assumir-se que o sistema patrimonial será devidamente considerado, protegido e salvaguardado no âmbito do modelo de gestão territorial;	<p>Integrar na secção 3.2.4 (Sistema Ambiental e Patrimonial) do Relatório uma breve referência à presença de elementos do património arqueológico um pouco por todo território concelho, conforme ilustrado na Figura 50 (Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial) e assumir a importância da sua proteção e salvaguarda.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.15.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.17	13	5.8. No ponto “6. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública” indicam-se as servidões administrativas e as restrições de utilidade publica existentes na Covilhã, sendo o ponto 6.2. relativo ao património cultural, onde se discorre sobre o regime de classificação de bens culturais, cita-se a legislação aplicável, as graduações de classificação existentes, a legislação aplicável e apresentam-se as listagens dos bens culturais que se encontram classificados ou em vias de classificação; considerando que o presente parecer dispõe de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este ponto;	<p>Os contributos formulados pela entidade serão devidamente ponderados e integrados nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.18	13-14	5.9. No ponto “8. Proposta Preliminar de Ordenamento” referem-se as categorias criadas para o solo urbano e para o solo rústico, relevando-se no solo urbano a categoria “Espaços centrais tipo I” que corresponde à zona antiga consolidada da Covilhã; seria importante referir que sendo este o núcleo urbano antigo da Covilhã, de origem de medieval, é provável a identificação de vestígios arqueológicos desta cronologia ou de época moderna, pelo que há que tomar medidas para a sua salvaguarda no âmbito do licenciamento de projetos urbanísticos ou redes de infraestruturas;	<p>Rever a definição dos Espaços Centrais Tipo I e assumir uma referência à sua origem medieval e à provável identificação de vestígios arqueológicos.</p> <p>As medidas de salvaguarda dos vestígios arqueológicos no âmbito do licenciamento de projetos urbanísticos ou redes de infraestruturas se apresentam já integradas no Regulamento do Plano, designadamente no artigo 18.º (Vestígios arqueológicos) e no artigo 31.º (Utilizações e intervenções interditas), que dispõe sobre a interdição das mobilizações do solo que resultem na destruição de vestígios arqueológicos, não devendo, no âmbito da regulamentação das categorias de solo, ser integradas as disposições relativas à salvaguarda do património.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.19	14	5.9.1. No solo rústico existe a categoria Espaços culturais, contudo, o mesmo apenas parece englobar áreas com equipamentos culturais, praias fluviais e zonas de lazer, não sendo aplicado a áreas com património arqueológico;	<p>A qualificação do solo é assumida com base nos critérios de classificação e qualificação estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, decorrendo do n.º 3 do art.º 12.º deste diploma que o aproveitamento do solo é estabelecido em função do seu uso dominante, o que se verifica, constituindo a observação do uso dominante o critério base que determinou a qualificação do solo rústico e do solo urbano e orientou a definição do modelo territorial proposto.</p> <p>O critério do uso dominante é complementado, entre outros, com a consideração da expressão territorial associada a determinado usos específicos, entre os quais se incluem eventuais áreas associadas a ocorrências de cariz patrimonial (ou outras utilizações), cuja reduzida expressão não justifica a delimitação de uma categoria específica, mas sim a sua coexistência ou complementaridade com os usos dominantes em presença.</p> <p>Independentemente de a categoria de Espaços Culturais assumir uma expressão territorial que não inclua áreas de reduzida dimensão associadas a património arqueológico, a salvaguarda destes elementos é já acautelada no Regulamento do Plano (Vd. art.º 18.º - Vestígios arqueológicos), cujas disposições salvaguardam que “Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística, é dado cumprimento ao estabelecido na lei” (Vd. n.º 1 do art.º 18.º).</p>	N.A.	<p>Corrigir a redação do n.º 2 do artigo 75.º, nos seguintes termos:</p> <p>“2 – Nos espaços culturais são admitidos equipamentos, infraestrutura e edifícios de apoio aos usos dominantes, desde que <u>não</u> comprometam os valores culturais a proteger, conservar e valorizar.”</p>	Recomendação acolhida
REL.20	14	5.10. O capítulo 10. é sobre as áreas de salvaguarda, abordando-se no ponto “10.3. Património arquitetónico, arqueológico e natural” as questões relativas ao património cultural, referindo-se a legislação aplicável ao património cultural, a existência de 28 imóveis classificados e em vias de classificação (apresentando-se a sua listagem e o respetivo diploma de classificação), de 401 imóveis de diversas tipologias que não estão classificados mas apresentam interesse arquitetónico (não se apresentando contudo a respetiva listagem) e 140 sítios arqueológicos com cronologias entre a pré-história e a época medieval;	<p>Atualizar a informação integrada na secção 10.3 (Património arquitetónico, arqueológico e natural) do Relatório do Plano, de modo a incluir a informação relativa aos elementos patrimoniais não classificados, considerando, para o efeito a atualização da informação sugerida pela entidade no âmbito e outros contributos e a necessidade de assegurar a conformidade dos elementos patrimoniais sujeitos a salvaguarda, como tal identificados no Anexo I (Património Cultural) do Regulamento do Plano.</p> <p>Articular com ponderação relativa aos contributos REG.32, REL.23 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.21	14	5.10.1. Relativamente aos bens classificados e em vias de classificação devem ser seguidas as orientações do parecer de salvaguarda do património arquitetónico;	Os contributos formulados pela entidade relativos aos bens classificados e em vias de classificação serão devidamente ponderados e incluídos nos elementos que integram o conteúdo documental do Plano. Eventuais considerações não acolhidas serão devidamente fundamentadas.	Recomendação acolhida	-	-
REL.22	14	5.10.2. Sobre os imóveis não classificados, mas com interesse arquitetónico deverá ser apresentada a respetiva listagem indicando-se em que arruamentos se localizam, breve descrição dos mesmos e se possível a data/século de construção;	A informação solicitada será acautelada nas fichas de caraterização dos bens culturais.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.23	14	<p>5.10.3. Sobre os sítios arqueológicos, dar nota que embora nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) se tenha referido a existência de 193 sítios arqueológicos, no “Relatório. Proposta Preliminar” apenas são referidos 140, devendo ser esclarecido o porquê desta discrepância? Conforme já referido em 5.3.1. deverá ser apresentada a respetiva listagem dos sítios arqueológicos da Covilhã, a qual carece de atualização uma vez que da consulta ao Portal do Arqueólogo estão na presenta data inventariados 197 elementos do património arqueológico, estando em falta os sítios arqueológicos que constam da Tabela 1;</p> <p>5.10.4. Mais se deve referir que esta listagem de sítios arqueológicos não resulta de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel nem expressa aquela que será a realidade das antigas ocupações humanas da Covilhã que estará subavaliada devido à falta de trabalhos arqueológicos com o intuito de efetuar o levantamento arqueológico do concelho;</p>	<p>Será atualizada a informação relativa às referências ao património arqueológico tendo em consideração a informação atualmente disponível no Portal do Arqueólogo. Esta ação será devidamente articulada com a alteração a realizar na tabela constante dos Estudos de Caracterização, que carece igualmente de atualização, designadamente com a introdução a informação disponibiliza pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Importará evidenciar que a informação relativa aos sítios arqueológicos não se apresenta como resultado de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel nem expressa aquela que será a realidade das antigas ocupações humanas da Covilhã que estará subavaliada devido à falta de trabalhos arqueológicos.</p> <p>Articular com a ponderação relativa aos contributos REL.11 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-
REL.24	14	<p>5.10.5. Face à realidade referida em 5.10.4. o relatório do programa deve apontar a necessidade de ser efetuada a carta arqueológica do concelho, com base em trabalhos de prospeção do concelho da Covilhã e realocização e avaliação do estado de conservação dos sítios inventariados, trabalho a ser desenvolvido por arqueólogo(s) devidamente autorizado pela Tutela para o efeito;</p>	<p>Será de questionar o alcance de uma proposta que recomende a elaboração de uma Carta Arqueológica em momento posterior à aprovação da Revisão do Plano.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Ver ponderação aos contributos REG.32 e PEPF.02.	Recomendação acolhida
REL.25	14	<p>5.10.6. Com base na informação disponibilizada nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) deve apresentar-se um breve enquadramento histórico arqueológico da ocupação humana no concelho da Covilhã, evidenciando os mais elementos mais relevantes;</p>	<p>O relatório do Plano integra já na sua estrutura um capítulo (Vd, capítulo 2 - Diagnóstico territorial) que enquadra a interpretação dos resultados e conclusões da fase de caracterização, nele se assumindo a identificação dos problemas e situações de disfunção do território em análise, bem como a sinalização das tendências de evolução, dos recursos e potencialidades do território e dos constrangimentos e limitações a minimizar/eliminar.</p> <p>Neste capítulo do Relatório é assumida uma abordagem que sistematiza, por sistema territorial, os aspetos distintivos do território e apontar, desde já, os fatores críticos a considerar na definição da estratégia de desenvolvimento territorial (Vd. secção 2.2 – Sínteses Territoriais). Neste âmbito é desenvolvida uma breve abordagem em torno do Sistema Patrimonial (Vd. secção 2.2.2), que releva, entre outros valores, os elementos patrimoniais que compõem o património arquitetónico e arqueológico.</p> <p>Esta abordagem, complementada com a introdução de algumas sugestões integradas nos contributos assumidos pela entidade no âmbito da sua análise, constitui uma súmula da informação e da abordagem desenvolvida nos Estudos de Caracterização, enfatizado a identificação e caracterização dos elementos patrimoniais classificados e em vias de classificação, entendendo-se que que poderá ser mais desenvolvida, tendo por base a informação constante dos Estudos de Caracterização.</p> <p>De relevar, ainda, que os elementos mais relevantes do património cultural em presença no concelho são evidenciados, sendo igualmente assumidas, em sede de Regulamento, as necessárias disposições que visam a sua proteção e salvaguarda.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REL.26	14	<p>5.10.7. Não sendo apresentados indicadores de avaliação para a monitorização do plano, sugerem-se os seguintes para o património arqueológico:</p> <ul style="list-style-type: none">- N.º de novos elementos do património arqueológico inventariados- N.º de elementos do património arqueológico valorizados/musealizados; <p>5.10.8. A avaliação deve ter um carácter anual e deve ter como situação de referência o n.º de sítios arqueológicos inventariados e valorizados/musealizados até ao momento.</p>	<p>A integração de indicadores quantitativos que suportam a avaliação prevista no capítulo VIII do RJIGT será assegurada na versão final do Relatório do Plano, sendo estes indicadores definidos em função da sua pertinência, dos objetivos subjacentes à revisão do Plano e da viabilidade e capacidade do Município realizar a sua monitorização futura em tempo útil.</p> <p>No âmbito da análise dos indicadores a definir para a assegurar a avaliação futura do Plano, será ponderada a integração dos indicadores sugeridos pela entidade.</p>	Recomendação acolhida	-	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA						
AAE.01	7	2.19. No ponto 7.1.1.4, Património Cultural, clarifica-se que, à data, existem no Concelho da Covilhã 25 imóveis classificados e não 4, para além dos 4 em vias de classificação.	Na secção 7.1.1.4 do Relatório Ambiental, adequar a informação relativa aos imóveis classificados, tendo em consideração a sugestão da entidade e a conformidade com a listagem de imóveis classificados constante da Tabela 1.1. (Património classificado) do Anexo I (Património cultural) do Regulamento do Plano	Recomendação acolhida	-	-
AAE.02	7	2.20. Neste ponto referem ainda um total de 11 imóveis inventariados, sem proteção legal, de acordo com os Estudos de caracterização e com a informação da DGPC. De facto, na pesquisa do património imóvel na página da DGPC/Património Cultural registam-se esses imóveis. Todavia, no Anexo I do Regulamento do PDM encontra-se uma vasta listagem de património inventariado, e que se considerou muito positivo, que deverá ser devidamente abordada neste ponto da AAE.	Acolher a recomendação, abordando o património inventariado/identificado no Anexo I do Regulamento do PDM.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.03	7	2.21. No quadro 15, com o Património Classificado ou em Vias de Classificação verifica-se: a) O imóvel com o nº 14, classificado como MIP, encontra-se repetido na linha dos Em vias de classificação. b) Nessa linha deverá constar o imóvel nº 29. c) O imóvel nº 25 não se encontra incluído.	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.04	8	2.22. No quadro 36, a Direção-Geral do Património Cultural deverá ser substituída pelo Património Cultural, IP e CCDRC	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.05	22	<p>10.4. O FCD 1 “Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hidrológicos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho” (p.48);</p> <p>10.4.1. Não sendo feita qualquer referência ao património arqueológico que também integra o património cultural e atendendo a que o mesmo deve ser devidamente considerado nas políticas municipais de gestão territorial de forma a evitar a sua destruição, deve a respetiva redação dos objetivos deste FCD1, passar a fazer referência também ao património arqueológico passando a ter a seguinte redação:</p> <p>“(…) através da valorização e reabilitação do património construído,” <u>proteção e defesa do património arqueológico</u>, “promoção dos valores culturais” (arqueológicos”, “construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (...)” (p.48);</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.06	23	10.5.1. Na definição dos FCD no Quadro 5, tal como referido em 10.4.1., deve passar a constar a menção ao património arqueológico;	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AAE.07	23	10.7. Nos objetivos estabelecidos para a avaliação do FCD1 no ponto 7.1.1. do relatório deve proceder-se à inserção da menção ao património arqueológico conforme referido em 10.4.1. do presente parecer;	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.08	23	10.8.2. Sobre o património arqueológico refere-se que de acordo com o Portal do Arqueólogo (consultado em 2024) estão inventariados 145 sítios arqueológicos no concelho da Covilhã; ora, não só este número não está bem uma vez que na presente data o Portal do Arqueólogo refere a existência de 197 elementos do património arqueológico, como também difere do número de sítios que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (datados de 2022) onde se referia a existência de 193 sítios arqueológicos; desta forma deve proceder-se à correção do número de sítios existente no concelho da Covilhã, tendo por base a tabela que consta dos Estudos de Caraterização, a qual deve ser atualizada com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer;	Acolher a recomendação. Articular com a ponderação relativa ao contributo REL.23.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.09	23	10.9.1. No âmbito do OE 1 refere-se que a revisão do PDM é uma oportunidade para: - melhorar a eficiência da utilização do recurso solo e maior adequação com a conservação do património arquitetónico e arqueológico, e da paisagem; - valorizar o património construído e evitar a perda de identidade dos seus traços mais marcantes; 10.9.1.1. Para além do referido deve ainda acrescentar-se o seguinte como oportunidades: - Proceder ao levantamento arqueológico do concelho e à realocização de sítios arqueológicos para elaborar a Carta de Património Arqueológica;	O Quadro 35 constitui um elemento de avaliação prévia (dos riscos e oportunidades) que decorrem dos Objetivos Estratégicos da 1.ª Revisão do PDMC. Deste modo, não haverá lugar a uma atualização deste quadro na próxima versão de RA a apresentar, uma vez que ele será substituído por um conjunto de quadros de avaliação de efeitos significativos, onde se analisam as diferentes propostas (regulamentares, de ordenamento e programáticas), organizadas em função dos eixos e objetivos estratégicos da Revisão do PDM, por forma a garantir que a avaliação efetuada se ajusta ao conteúdo material e documental do Plano. Ainda assim, esta preocupação será tida em conta no desenvolvimento da AAE, podendo figurar como uma das medidas de planeamento e gestão a ter em conta (recomendações suscitadas pela análise efetuada à proposta final, com o objetivo de contribuir para o assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, considerando, também, as principais tendências territoriais e os riscos e oportunidades que se colocam ao desenvolvimento no médio/longo prazo).	Recomendação parcialmente acolhida	-	-
AAE.10	23	10.9.2. No âmbito do OE 5 para além do referido deverá ainda acrescentar-se o seguinte: - É importante acautelar o risco de afetação/destruição de valores arqueológicos decorrentes de atividades agrícolas e florestais, se não forem implementadas as necessárias medidas de salvaguarda dos mesmos;	Ver ponderação ao ponto AAE.09.	Recomendação parcialmente acolhida	-	-
AAE.11	24	10.11. Para além das recomendações referidas no ponto 10.10. deverá ainda ser acrescentada a seguinte: 10.11.1. Garantir que os projetos agrícolas (incluindo as redes de rega) e florestais sejam objeto de normas regulamentares específicas, de forma a salvaguardar e proteger os mesmos;	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AAE.12	24	<p>10.12. No Quadro 36. Quadro de Governança são atribuídas as seguintes responsabilidades à DGPC:</p> <p><i>“Participação no estudo, investigação e divulgação do Património Cultural Imóvel e Imaterial português, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, pela realização de obras de conservação e restauro nos monumentos e sítios arqueológicos classificados, em vias de classificação ou de elevado interesse histórico, artístico e científico e pela gestão de uma vasta rede de monumentos e sítios arqueológicos distribuídos pelo território nacional continental, incluindo a documentação e inventário do Património Cultural Imaterial.” (p. 161), devendo ser tido em consideração o seguinte:</i></p> <p>10.12.1. A DGPC foi extinta a 31.21.2023, devendo, portanto, a referência à mesma ser suprimida, e parte das suas competências foram transferidas para o Património Cultural, I.P (Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro) e outra parte para as Comissões Coordenação de Desenvolvimento Regional, pelo que terá de ser revisto o que transitou para o PC, IP e o que transitou para as CCDR para constar do quadro de governança;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.13	24	<p>10.12.2. Nem o PC, I.P. nem as CCDR tem responsabilidade de realizar obras de conservação e restauro de monumentos e sítios classificados, exceto dos que lhe estão afetos, pelo que o referido deverá ser revisto em conformidade;</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
AAE.14	25	<p>10.12.3. Entre outras competências, compete ao PC, I.P. “(...) desenvolver e atualizar os arquivos documentais e as bibliotecas afetas, bem como os sistemas de informação para o inventário do património arquitetónico, arqueológico e imaterial, e assegurar o acesso do público a essa informação” (alínea q) do Artigo 4.º do DL n.º 78/2023 de 4 de setembro.</p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida	-	-
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO						
ECD.01	8	<p>2.24. No ponto 12.1., Património Urbanístico Arquitetónico (pág. 548), são elencados alguns imóveis relevantes para o concelho, de diferentes tipologias, com pequenas descrições, mas referindo que os existentes no concelho não se esgotam nos listados.</p> <p>2.25. Seria importante que a caracterização do património cultural não ficasse limitada à elaboração de listas, mas conter fichas de caracterização dos bens culturais, incluindo do património classificado e em vias de classificação, o património não classificado (arqueológico e arquitetónico e outros bens imóveis) assim como os Centros Históricos e/ou Núcleos Antigos que se distingam pelo seu valor cultural.</p> <p>Essas fichas, para cada imóvel, deveriam conter toda a informação existente à data da elaboração do PDM, bem como breve descrição do estado de conservação acompanhada de fotografias atuais ilustrativas e planta de localização.</p>	Serão elaboradas fichas de caracterização dos bens culturais.	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ECD.02	8	<p>2.26. No Ponto 12.4. Património Classificado e em vias de Classificação (pág. 601), na tabela 42, do Património classificado no concelho da Covilhã regista-se:</p> <p>a) A classificação dos imóveis deveria ter sido complementada com o diploma de classificação.</p> <p>b) Os imóveis não classificados não deveriam constar na mesma.</p> <p>c) Embora à data dos Estudos os imóveis nºs 14 e 16 estivessem em vias de classificação, e o nº 29 ainda não estivesse em vias de classificação, o imóvel nº 25 já se encontrava classificado e deveria constar da tabela.</p>	<p>Ponderar a alteração da tabela 42 (Património Classificado no Concelho da Covilhã) em conformidade com o sugerido pela entidade, assegurado a integração da informação relativa à lei habilitante que sustentou a classificação dos imóveis e a supressão dos imóveis que não apresentam um estatuto de imóveis classificados.</p> <p>Assegurar na tabela 42 as alterações necessárias à salvaguarda da conformidade do estatuto de classificação dos imóveis identificados pela entidade, designadamente os imóveis identificados com o n.º 14 (Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso), n.º 16 (Palacete Jardim), n.º 25 (Castro da Argemela) e n.º 29 (Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão).</p>	Recomendação acolhida	-	-
ECD.03	10	<p>Sobre o referido no Volume 1 relativamente à perda de valor dos achados arqueológicos após a sua remoção do solo (p. 560), o mesmo carece de revisão, uma vez que os materiais arqueológicos exumados em contexto de escavação arqueológica científica não perdem o seu valor para o estudo, compreensão e evolução das sociedades humanas.</p> <p>Dar nota ainda que na presente data estão inventariados no Portal do arqueólogo 197 sítios arqueológicos, devendo proceder-se à atualização da tabela com a inclusão dos sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer.</p>	<p>Rever a abordagem assumida no terceiro parágrafo da secção 12.2 (Património Arqueológico) e alterar o sentido da consideração relativa à perda de valor dos achados arqueológicos após a sua remoção do solo, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>Complementarmente, será assegurada a atualização da tabela 41 (Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC), considerando para o efeito a informação constante do Portal do Arqueólogo e a informação complementar disponibilizada pela entidade e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p>	Recomendação acolhida	-	-
ECD.04	10	<p>Do Volume 2 consta a Planta de Património Cultural onde estão sinalizados 127 sítios arqueológicos, apresentando a legenda o respetivo número de inventário, designação, CNS e freguesia, constatando-se que o número de sítios representados em planta (127) difere do referido em texto (193 sítios arqueológicos) não se esclarecendo o porquê desta discrepância entre o número de sítios referidos nos dois documentos.</p>	<p>Atualizar a informação apresentada com base na informação atualmente disponível no Portal do Arqueólogo e na informação disponibilizada pela entidade no âmbito do seu parecer e que inclui os seguintes sítios: Covilhã – Rua Alexandre Herculano (CNS 42502); Covilhã – Rua das Portas do Sol (CNS - 42053); Covilhã – Rua do Castelo (CNS 42054) e Covilhã – Rua Rui Faleiro n.º 1 – Teatro Municipal da Covilhã (CNS 40196).</p> <p>Articular com a ponderação relativa aos contributos REG.32, REL.22 e AAE.10.</p>	Recomendação acolhida	-	-
ECD.05	10	<p>Mais se constata que o n.º de inventário atribuído aos sítios na “Tabela 41 – Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC” não é coincidente com os da Planta de Património Cultural, alteração esta que se presta a confusões e erros, pelo que o número de inventário de cada sítio deveria ser sempre o mesmo independentemente do documento ou peça gráfica em que for referido.</p>	<p>Compatibilizar a numeração atribuída aos sítios constante da tabela 41 com a assumida na Planta de Património Cultural, presente em anexo do documento “Estudo de Caracterização e Diagnóstico do concelho da Covilhã”, de forma a assegurar a correspondência devida.</p> <p>Complementarmente, será de assegurar a devida correspondência da numeração atribuída a estes elementos patrimoniais com a assumida noutros elementos do conteúdo documental que lhes façam referência.</p>	Recomendação acolhida	-	-



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO						
PEPF.01	15	<p>6.1. Neste documento identificam-se as intervenções tidas como necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo PDM e de que forma serão executadas no âmbito territorial e financeiro; constata-se, contudo, que as intervenções referidas são todas no âmbito de operações urbanísticas - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Operações de Reabilitação Urbana (ORU), pelo que se propõem adicionalmente as seguintes:</p> <p>6.1.1. Em todas as UOPG, ARU e ORU em que se localizem sítios arqueológicos e elementos construídos no âmbito da arquitetura/arqueologia industrial devem ser realizados trabalhos arqueológicos prévios e os projetos devem privilegiar a proteção, valorização e conservação dos elementos do património cultural (arquitetónico e arqueológico), devendo ser previstas verbas para o financiamento dos necessários trabalhos arqueológicos a realizar;</p>	<p>A imposição à realização dos trabalhos arqueológicos prévios referidos pela entidade é matéria de Regulamento.</p> <p>Decorrendo da Lei e tendo sido acolhida em ponderação das referências REG.18 e REG. 31, não cabe ao PEPF impor a sua realização.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Assegurar, em sede de Regulamento, a realização de trabalhos arqueológicos em todos os perímetros urbanos delimitados na Planta de Ordenamento onde se localizem sítios arqueológicos.	Recomendação acolhida
PEPF.02	15	<p>6.1.2. De forma a dar cumprimento às recomendações do relatório ambiental, o programa de execução deve ainda prever as seguintes ações e as respetivas estimativas de investimento e calendarização:</p> <p>- Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredos de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas non aedificandi;</p>	<p>Esta tipologia de ações enquadra-se nos trabalhos de elaboração da Revisão do Plano e não na sua fase de implementação, pelo que não devem ser integrados no PEPF.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Ver ponderação do contributo REG.32.	Recomendação acolhida
PEPF.03	15	<p>- Investimento em projetos de investigação arqueológica (por exemplo no âmbito da arqueologia industrial, dos moinhos comunitários da freguesia da Erada, etc.), cujos resultados poderão ser potenciados para o turismo cultural o município;</p>	<p>Na fase subsequente do processo técnico de revisão do Plano, as ações a realizar e a inscrever no PEPF serão complementadas, de forma a integrar o conjunto de intervenções, ações e projetos que decorrem diretamente da proposta de Revisão do Plano, tendo por referência as prioridades assumidas pela Câmara Municipal da Covilhã e o âmbito material do Plano, nos termos definidos no RJGT.</p> <p>Neste pressuposto, e, não obstante se reconhecer o mérito e relevância da sugestão assumida pela entidade, resulta o entendimento que este tipo de ação extravasa o âmbito material do Plano, pelo que a eventual integração deste investimento no PEPF, não constituindo uma obrigatoriedade legal, estará diretamente associado às expectativas e prioridades do Município e dependente da sua capacidade em assegurar a sustentabilidade económica e financeira da execução futura do Plano.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Esta medida, de âmbito imaterial, constitui uma mera proposta da Entidade, podendo ser realizada fora do âmbito da Revisão do PDM, até porque extravasa o âmbito material do PDM, nos termos do RJGT.	Recomendação não acolhida
PEPF.04	15	<p>- Realização de ações de divulgação e sensibilização para a salvaguarda do património arqueológico quer para os técnicos da autarquia com funções no âmbito do ordenamento do território e do licenciamento/autorização de operações urbanísticas, agrícolas, florestais e de infraestruturas, quer para as comunidades locais;</p>	<p>Esta tipologia de ações extravasa o âmbito material do Plano</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Esta medida, de âmbito imaterial, constitui uma mera proposta da Entidade, podendo ser realizada fora do âmbito da Revisão do PDM, até porque extravasa o âmbito material do PDM, nos termos do RJGT.	Recomendação não acolhida
PEPF.05	15	<p>- Criação de roteiros pedestres com sinalética informativa sobre o património cultural e natural ao longo dos percursos, numa perspetiva de articulação e complementaridade destes valores;</p>	<p>Ponderar a inclusão de uma medida/ação com este âmbito no PEPF.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Integrar esta medida/ação no PEPF.	Recomendação acolhida
PEPF.06	15	<p>- Organização de exposições temporárias relativas ao património cultural (arqueológico e arquitetónico) e com vista à sua divulgação junto da comunidade local e dos que visita, o concelho.</p>	<p>Articular com a ponderação relativa ao contributo PEPF.04</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Esta medida, de âmbito imaterial, constitui uma mera proposta da Entidade, podendo ser realizada fora do âmbito da Revisão do PDM, até porque extravasa o âmbito material do PDM, nos termos do RJGT.	Recomendação não acolhida

Ponderação do parecer do ICNF

QUADRO 1

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (ICNF)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva (Reunião Setorial realizada no dia 26.09.2024)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REGULAMENTO						
REG.01	2	<i>A proposta de Plano prevê categorias de solo rústico que coexistem dentro e fora das áreas sujeitas a regimes de proteção do POPNSE. Estas categorias admitem usos e regimes de edificabilidade que nem sempre são admissíveis à luz dos regimes de proteção do POPNSE em que se inserem. Em diversas situações é referida a aplicação cumulativa de outros regimes legais de proteção, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública ou dos usos e regimes de edificabilidade admitidos para o POPNSE, em redação que não é uniforme. Sendo sempre aplicável o regime mais restritivo, como aliás é referido no artigo 7º da proposta de regulamento, entende-se, no entanto que a aplicabilidade das disposições relativas às áreas de salvaguarda constantes do capítulo V, secção I (áreas sujeitas a regimes de proteção do PNSE), deve ser absolutamente clara e indicada em cada uma das categorias que o Plano preveja em áreas sujeitas a regimes de proteção do POPNSE.</i>	<p>A aplicação das disposições relativas às áreas de salvaguarda e, em particular, os regimes do POPNSE, é coincidente com o âmbito territorial do POPNSE, aplicando-se a todas as categorias de solo, em articulação com os limites do PNSE que se encontram definidos na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela.</p> <p>A referência à aplicação dos regimes de salvaguarda associados ao PNPS em todas as categorias de solo assumiria um carácter redundante e contribuiria apenas para densificar o Regulamento, o que deve ser evitado, em conformidade com o sugerido pela CCDRC (Vd. contributo REG.13).</p>	Recomendação não acolhida	-	-
REG.02	2	<i>a)</i> <i>Sendo o índice de impermeabilização um dos parâmetros regulados pelo POPNSE, e não constando a definição de área de impermeabilização do Decreto Regulamentar n.º 5/2029, de 27 de setembro deverá o artigo 5º incluir a definição de área de impermeabilização constante da alínea g) do artigo 4º do POPNSE, a aplicar, pelo menos, para efeitos de verificação dos parâmetros de edificabilidade nas áreas sujeitas a regimes de proteção do POPNSE.</i>	<p>De facto, a definição da área de impermeabilização não é assumida de forma direta no Decreto Regulamentar n.º 5/2029 enquanto conceito técnico. Contudo, importa relevar que se verifica uma relação direta entre este conceito e o conceito associado ao “índice de impermeabilização do solo” (Vd. ficha I-33 do DR 5/2019). De acordo com o assumido nesta ficha, a “A área impermeabilizada equivalente exprime o peso relativo de cada subárea na área total de solo a que o índice de impermeabilização diz respeito”, ou seja, estabelece uma relação entre a área de impermeabilização ou área impermeabilizada, traduzindo, efetivamente, uma relação que resulta da ocupação destas áreas impermeabilizadas com a área de solo que a elas se encontra associada.</p> <p>Ora, sendo os conceitos técnicos definidos no DR n.º 5/2019 de utilização obrigatória, não são admitidas definições distintas para o mesmo conceito aí instituído. Considera-se, portanto, que não se afigura necessário incluir no art.º uma definição específica de “área de impermeabilização” para adotar na área do POPNSE.</p>	Recomendação não acolhida	<p>Atenta a ponderação feita pela CMC, o ICNF sublinhou a conveniência em adotar-se a definição de “índice de impermeabilização” constante do POPNSE.</p> <p>Analizada em maior detalhe a definição do índice de impermeabilização que é estabelecida no RD 5/2019, conclui-se que os dois conceitos não são equivalentes – a definição do DR 5/2019 remete apenas para a área onde há alteração da permeabilidade, não ponderando as áreas impermeáveis do solo original, enquanto na definição do POPNSE a área impermeabilizada utilizada no cálculo do índice integra todas as áreas impermeabilizada (as que já o eram antes e as que resultam da operação urbanística em causa).</p>	Recomendação acolhida
REG.03	2	<i>b)</i> <i>No Artigo 6º, n.º 1, alínea d) – Deve incluir o arvoredo de interesse público classificado;</i>	<p>Incluir uma nova alínea no n.º 1 do art.º 6.º, com a menção à servidão associada ao <i>arvoredo de interesse público classificado</i>, de modo a assegurar a conformidade com o assumido no Relatório e na Planta de Condicionantes – Recursos Agrícolas e Florestais.</p> <p>Passará a ter a seguinte redação:</p> <p>d) Recursos florestais:</p> <ul style="list-style-type: none">i. Espécies florestais protegidas – Sobreiro, Azinheira e Azevinho;ii. Arvoredo de interesse público classificado;iii. Regime florestal;iv. Perigosidade de incêndio rural alta e muito alta;	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.04	2	c) <i>No Artigo 19º, n.º 1, alínea c) – A inclusão de “outros compromissos juridicamente vinculativos para o município” como sendo consideradas preexistências não salvaguarda a sua conformidade com normas legais e regulamentares, instrumentos de gestão territorial e servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, pelo que não podem ser considerados preexistências;</i>	A redação proposta pretende acolher todos os procedimentos previstos no RJUE e no RJGT, concretamente os instituídos por via da reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria (SIMPLEX), publicada pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro. Incluem-se, ainda, nos “outros compromissos juridicamente vinculativos para o município” os contratos, permutas e protocolos que o Município tenha assumido com outras entidades ou particulares. Na al. a) do n.º 2 do mesmo artigo condiciona-se, sempre, as operações urbanísticas nas preexistência ao cumprimento dos “regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública aplicáveis ao local”.	Recomendação não acolhida	Acrescentar nova alínea ao n.º 2 do artigo 19.º, por forma a garantir que, em quaisquer circunstâncias, as ampliações/reconstruções em preexistências legais que não se conformem com as regras do presente Plano terão de cumprir as regras estabelecidas nos Planos/Programas Especiais (POPNSE e POACV).	Recomendação parcialmente acolhida
REG.05	2	d) <i>No Artigo 19.º, n.º 2, a redação da alínea a) poderá ser “Desde que a intervenção seja possível nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e/ou regimes de proteção do POPNSE aplicáveis ao local”;</i>	De forma a considerar todos os regimes de proteção, passará a ter a seguinte redação: a) Desde que a intervenção seja possível nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e/ou regimes de proteção aplicáveis ao local;	Recomendação acolhida	-	-
REG.06	2	e) <i>No Artigo 19.º, n.º 3, o corpo do artigo deve referir “desde que a intervenção seja possível nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e/ou regimes de proteção do POPNSE aplicáveis ao local e se enquadre numa das seguintes situações:”;</i>	De forma a considerar todos os regimes de proteção, passará a ter a seguinte redação: 3 - Para as edificações legalmente construídas que já excedam os parâmetros urbanísticos definidos para cada categoria e subcategoria de espaços, é permitida a alteração e/ou ampliação, desde que a intervenção seja possível nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e/ou regimes de proteção aplicáveis ao local, e se enquadre numa das seguintes situações: ...	Recomendação parcialmente acolhida	-	-
REG.07	2	f) <i>Igualmente, no n.º 5 do artigo 19º deve ser salvaguardado o cumprimento dos regimes de proteção do POPNSE constantes na Subsecção II do Capítulo V;</i>	Por força do RJGT, as normas do POPNSE que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, o uso e a transformação do solo, foram já integradas na 3.ª alteração do PDM, publicada pela Declaração n.º 94/2020, de 29 de outubro, e constam de secção específica deste Regulamento. Por essa razão, aplicam-se cumulativamente com as outras normas do Plano, incluindo, necessariamente, os artigos 19.º e 20º.	Recomendação não acolhida	Ver notas e comentários ao contributo REG.04.	Recomendação parcialmente acolhida
REG.08	2	g) <i>O artigo 20º deve igualmente incluir uma alínea que salvaguarde que sejam cumpridos os usos e regimes de edificabilidade dos regimes de proteção do POPNSE (Subsecção II do Capítulo V) em vigor à data do procedimento de legalização;</i>	Tratando-se de matéria distinta e que se aplica apenas à área do PNSE, a redação foi acolhida em ponto específico do art.º 20.º, que terá a seguinte redação: 2 - Na área abrangida pelo Parque Natural da Serra da Estrela, deve ainda ser verificada, através de prova documental, a sua existência em data anterior à entrada em vigor do Plano de Ordenamento aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro ou, sendo a edificação posterior a este e executada ou utilizada sem o controlo prévio legalmente exigido, seja comprovada a conformidade material com aquele instrumento de planeamento. Os restantes números do art.º 20.º serão renumerados.	Recomendação parcialmente acolhida	-	-


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.09	2-3	<p>h)</p> <p><i>As modalidades de empreendimentos turísticos enquadráveis como “Aldeamentos turísticos” ou “Conjuntos turísticos (resorts)”, nos termos definidos no Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET), na redação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 30 de junho, não são permitidas na área de intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela, conforme estipula o n.º 2 do artigo 31º do respetivo Plano de Ordenamento. A inclusão de designações como “Núcleos de Desenvolvimento Turístico” não contempladas no RJET, definida no n.º 3 do artigo 39º da presente proposta de regulamento como “empreendimentos estruturantes e com forte expressão territorial” e com as características definidas no artigo 41º proposto, consubstancia a definição de “conjunto turístico” ou “resort” constante do artigo 15º do RJET na sua atual redação.</i></p> <p><i>Não sendo esta uma modalidade de empreendimento turístico admitida na área do PNSE, nos termos do n.º 2 do artigo 31º do POPNSE, o n.º 4 do artigo 41º deve referir expressamente que “A instalação de NDT não é admitida nas áreas sujeitas a regimes de proteção do Parque Natural da Serra da Estrela”. Deve ser usada apenas a terminologia dos Regimes Jurídicos aplicáveis.</i></p>	<p>O articulado proposto refere-se ao regime geral, pelo que a interdição de determinadas atividade e/ou modalidades de empreendimentos turísticos (exemplo em causa) é definida nas disposições específicas de cada categoria de solo, tendo aplicação cumulativa.</p> <p>Acresce que, sendo assumida na proposta do PROT-C a compatibilidade da instalação de NDT em áreas localizadas em Rede Natura 2000 e em áreas protegidas, desde que não se verifiquem incompatibilidades funcionais entre os usos dominantes e o uso turístico, ainda que sujeitos à aprovação prévia de Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, entende-se que disposto no n.º 4 do art.º 41.º do Regulamento não contraria o disposto na proposta do PROT-C nem colide com os princípios de salvaguarda que se encontram subjacentes ao POPNSE, uma vez que o enquadramento à elaboração de um plano de pormenor futuro na área do PNSE não isenta a sua elaboração do cumprimento do disposto na legislação em vigor e o levantamento rigoroso dos valores naturais em presença com o acompanhamento da ANCNB.</p> <p>No n.º 5 do artigo 39.º estabelece-se a regra genérica de cumprimento das normas previstas no POPNSE, nomeadamente a definida no n.º 2 do artigo 31.º. De qualquer forma, proceder-se-á à revisão dos regimes de edificabilidade das diferentes categorias de solo que incidem na área protegida para clarificar a interdição de “aldeamentos turísticos” e “conjuntos turísticos”.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Abordar em reunião setorial</p>	<p>Na reunião setorial foram esclarecidas as dúvidas da CMC sobre a forma de articulação entre as diretrizes da proposta de PROT-C para os empreendimentos turísticos e as regras estabelecidas no POPNSE.</p> <p>Em síntese, manter-se-ão os artigos 39.º a 41.º que dispõem genericamente sobre os “empreendimentos turísticos em solo rústico” e serão revistos os regimes de edificabilidade das subcategorias de solo que incidem sobre o PNSE (espaços naturais e paisagísticos, espaços florestais de conservação e espaços agrícolas de conservação) para aí garantir, de forma explícita, a interdição das tipologias “aldeamentos turísticos”, “conjuntos turísticos” e “apartamentos turísticos”.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>
REG.10	3	<p>i)</p> <p><i>No artigo 150º, n.º 2, devem incluir-se todas as áreas de intervenção específica (AIE) do POPNSE do concelho da Covilhã. (Igualmente nas shapefiles disponibilizadas está distinguida a AIE da Torre em ficheiro separado, ainda que também representada na respetiva camada juntamente com as demais AIE);</i></p>	<p>O artigo em causa passará a ter a seguinte redação:</p> <p>“2 - Na área do PNSE encontram-se ainda delimitadas áreas de intervenção específica, que integram as seguintes tipologias:</p> <p>a) Áreas de conservação da natureza e da biodiversidade;</p> <p>b) Áreas prioritárias de valorização ambiental;</p> <p>c) Área de intervenção específica da Torre.”</p> <p>Na Planta de Ordenamento serão, igualmente, representadas todas as AIE listadas no POPNSE com incidência no concelho da Covilhã.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>	-	-
REG.11	3	<p>j)</p> <p><i>A redação proposta para a alínea c) do artigo 151º viabiliza a instalação de novos estabelecimentos comerciais em edificações existentes em qualquer regime de proteção, o que contraria o disposto no POPNSE, pelo que a redação deve ser alterada para “A instalação de novos estabelecimentos comerciais nas áreas sujeitas a regime de proteção, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, exceto quando localizados em áreas de proteção complementar”;</i></p>	<p>Alterar a redação da alínea c) do art.º 151.º do Regulamento, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>A adoção da redação sugerida pela entidade assegura a conformidade com o estabelecido na alínea g) do art.º 7.º (Atos e atividades interditos) do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.</p> <p>Passará a ter a seguinte redação:</p> <p>c) A construção de novos estabelecimentos comerciais nas áreas sujeitas a regime de proteção, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, exceto quando localizados em áreas de proteção complementar;</p>	<p>Recomendação acolhida</p>	<p>Alterar a redação para:</p> <p>c) A <u>instalação</u> de novos estabelecimentos comerciais nas áreas sujeitas a regime de proteção, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, exceto quando localizados em áreas de proteção complementar.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.12	3	k) No artigo 151º, alínea e), verificar a pontuação, nomeadamente substituir “materiais de construção de demolição de sucata, e de” por “materiais de construção e demolição, de sucata e de”;	Alterar a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade. Passará a ter a seguinte redação: e) A instalação ou ampliação de aterros destinados a resíduos perigosos, não perigosos ou inertes, ou de locais de armazenamento de materiais de construção e demolição, de sucata e de veículos em fim de vida ou de outros resíduos sólidos e operações de gestão de resíduos que causem impacte visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água, bem como o vazamento de quaisquer resíduos fora dos locais para tal destinados.	Recomendação acolhida	-	-
REG.13	3	l) No artigo 151º acrescentar duas alíneas que refiram: a. instalação de quaisquer formas de publicidade; b. A descarga de águas residuais não tratadas ou de quaisquer efluentes não tratados, designadamente industriais domésticos ou pecuários.	Por força do RJIGT, as normas do POPNSE que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, o uso e a transformação do solo, foram já integradas na 3.ª alteração do PDM, publicada pela Declaração n.º 94/2020, de 29 de outubro, passando, por essa via, a vincular os particulares, no entanto, as alíneas em causa não foram, nesse âmbito, identificadas pela CCDRC.	Recomendação não acolhida	-	-
REG.14	3	m) No artigo 152º, n.º 1 devem incluir-se as demais obras de escassa relevância urbanística previstas na atual redação do RJUE, incluindo a alínea g) da redação da Lei n.º 60/2007, de 04/09, (em vigor à data da publicação do POPNSE) – “Outras obras, qualificadas como de escassa relevância urbanística em regulamento municipal”;	Conforme disposto no n.º 3 do artigo 8.º do POPNSE, as obras de escassa urbanística ficam sujeitas a comunicação prévia, salvaguardadas na alínea a) do n.º 3 do artigo 152.º do Regulamento. Em complemento, eventualmente, deve alterar-se a redação da alínea a) do n.º 3 do artigo 152.º, incluindo remissão para as obras de escassa relevância urbanística, conforme definidas em Regulamento Municipal.	Recomendação acolhida Questão a abordar em reunião setorial	As dúvidas levantadas pela CMC tinham a ver com a forma de articular a referida norma do POPNSE que obriga as obras de escassa relevância urbanística a comunicação prévia à ANCNB, quando é sabido que esse tipo de operações urbanísticas se encontra, à luz do RJUE na sua versão atual, isentas de controlo prévio (isto é sem qualquer tipo de licenciamento municipal, incluindo a necessidade de comunicação prévia). Esclareceu-se que esta norma do POPNSE, que deve ser transposta para o PDM, não impõe ao Município a obrigação de qualquer tipo de controlo prévio, sendo, apenas, eventualmente, alvo de fiscalização sucessiva. Na prática, esta “comunicação prévia” à ANCNB assumirá a forma de um parecer. O n.º 3 do art.º 152.º deverá ser alterado por forma a incluir, para além das que já resultam do POPNSE, todas as obras de escassa relevância urbanística listadas no RJUE ou no regulamento municipal.	Recomendação acolhida
REG.15	3	n) Ainda no artigo 152º, n.º 1 devem incluir-se alíneas que refiram: a. A limpeza e desobstrução das linhas de água e das suas margens, com exceção das atividades de manutenção da área de servidão das estradas e das situações de emergência, designadamente as decorrentes do combate a incêndios; b. a instalação de qualquer tipo de sinalização, com exceção da resultante de imposição legal;	Por força do RJIGT, as normas do POPNSE que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, o uso e a transformação do solo, foram já integradas na 3.ª alteração do PDM, publicada pela Declaração n.º 94/2020, de 29 de outubro, passando, por essa via, a vincular os particulares, no entanto, as alíneas em causa não foram, nesse âmbito, identificadas pela CCDRC. Tratando-se de normas de normas de gestão, e não de normas específicas de ordenamento do território, considera-se desnecessária a sua inclusão no Regulamento do Plano.	Recomendação não acolhida	-	-
REG.16	3	o) No artigo 156º, n.º 2, acrescentar alínea com “A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais”;	A integração desta nova disposição assegura a conformidade com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 12.º (Disposições específicas das áreas de proteção parcial do tipo I) do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Acrescentar a seguinte alínea: e) A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais;	Recomendação acolhida	-	-


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.17	3	p) <i>No artigo 157º, n.º 2, alínea a) retirar a expressão “e de animação turística”, que não é prevista no POPNSE;</i>	De facto, o POPNSE apenas se refere a animação ambiental (cfr. Alínea a) do ponto 1 do artigo 14.º), no entanto, a realização de atividades de animação turística encontra-se acautelada no Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, sendo permitida em áreas protegidas mediante cumprimento dos respetivos planos de ordenamento e cartas de desporto de natureza. Acresce que, no que respeita a operações urbanísticas, as duas atividades terão o mesmo tipo de necessidades, pelo que não fará sentido excecionar apenas as obras de construção necessárias à realização de atividades de animação ambiental, mas também à realização de atividade de animação turística.	Recomendação não acolhida	Considerando a definição de “animação ambiental” que consta do art.º 8.º do DL 47/99 (entende-se por animação ambiental a que é desenvolvida tendo como suporte o conjunto de atividades, serviços e instalações para promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios da área protegida), conclui-se não haver necessidade de se incluir a animação turística como atividade excecionada de interdição. A sugestão inicial da Entidade é acolhida.	Recomendação acolhida
REG.18	3	q) <i>No artigo 157º, n.º 2, acrescentar alínea com “A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais”;</i>	A integração desta nova disposição assegura a conformidade com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 14.º (Disposições específicas das áreas de proteção parcial do tipo II) do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Acrescentada a seguinte alínea: e) A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais;	Recomendação acolhida	-	-
REG.19	3	r) <i>O POPNSE não admite, em áreas de proteção parcial do tipo III, a alteração de edifícios existentes para fins habitacionais, pelo que a redação da alínea a) do n.º 5 do Artigo 158º deve respeitar o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 16º do POPNSE.</i>	De facto, o ponto 5 do artigo 16.º do POPNSE refere-se à “ <i>ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos</i> ”, no entanto, apenas pretende regulamentar os parâmetros urbanísticos, sendo as alterações de edifícios permitidas por aplicação da alínea b) do n.º 2 do mesmo artigo 16.º, na medida em que, não especificando, deverá englobar as obras de alteração, mas também as alterações de utilização, já que se trata em ambas as situações de operações urbanísticas. Face ao exposto, entende-se que a redação proposta está em conformidade com o POPNSE, clarificando que também são permitidas alterações de utilização.	Recomendação não acolhida Questão a abordar em reunião setorial	Foi esclarecido pela Entidade o enquadramento da “alteração de uso” no POPNSE. A conclusão é de que as “alterações de uso” terão de se conformar às regras definidas para a construção e não são passíveis de aplicação de regras análogas às definidas para as ampliações ou alterações no POPNSE, para os diferentes regimes de proteção. Por conseguinte, será alterada a redação da alínea a) do n.º 5 do art.º 158.º do Regulamento, excluindo-se a referência a “alteração de edifícios existentes para fins habitacionais”.	Recomendação acolhida
REG.20	3-4	s) <i>O Artigo 159º, n.º 2, da proposta de regulamento do PDM sujeita a parecer vinculativo da ANCNB as atividades que, segundo o POPNSE, se sujeitam a autorização desta entidade, nos termos do n.º 1 do respetivo artigo 18º. A alínea g) do n.º 1 deste artigo 18º exceciona determinadas atividades da sujeição a autorização, pelo facto de as mesmas se sujeitarem a parecer. A inclusão da alínea f) no n.º 2 do artigo 159º da proposta de regulamento isenta as obras de construção e ampliação previstas nos n. os 3 e 4 do mesmo artigo da necessidade de tal parecer, pelo que a sua redação deve ser revista de modo a excluir a exceção aí prevista.</i>	De facto, o n.º 1 do artigo 18.º do POPNSE refere-se às atividades sujeitas a autorização, pelo que será revista a redação do ponto 2 do artigo 159.º do RPDM, passando a ter a seguinte redação: 2 - Para além do disposto no n.º 2 do artigo 73.º e no artigo 151.º, nas áreas de proteção complementar, encontram-se sujeitas a autorização da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, as seguintes atividades: (...) Considera-se que este é um assunto que deverá ser abordado em reunião setorial por forma a esclarecer os usos/atividades que são sujeitos a parecer ou a autorização da ACNB.	Recomendação parcialmente acolhida Questão a abordar em reunião setorial	Esclareceu-se que, no atual quadro legal em matéria de controlo prévio das operações urbanísticas, a melhor opção será a de utilizar a expressão “sujeito a pronúncia da entidade responsável em matéria de conservação da natureza e biodiversidade”, sempre que as respetivas normas transpostas do POPNSE se referirem a “autorização” ou “parecer”.	Recomendação acolhida
REG.21	4	t) <i>Ainda no artigo 159º, n.º 2, deve ser acrescentada uma alínea que refira “a extração de recursos geológicos, bem como de ações de prospeção e pesquisa de massas minerais”;</i>	A integração desta nova disposição assegura a conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º (Disposições específicas das áreas de proteção complementar) do Regulamento do POPNSE. Acrescentada a seguinte alínea e renumeradas as alíneas seguintes: a) A extração de recursos geológicos, bem como de ações de prospeção e pesquisa de massas minerais;	Recomendação acolhida	-	-


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.22	4	<p>u)</p> <p><i>A ampliação de edifícios existentes para fins habitacionais deve respeitar os mesmos parâmetros previstos para a construção de novos edifícios habitacionais, sob pena de se permitir a construção para outros fins, menos exigentes em termos de parâmetros de edificabilidade, para depois vir a autorizar a alteração para um uso que não seria possível de outro modo, segundo o POPNSE. Assim, a redação do Artigo 159º, n.º 4, alínea a), deve respeitar o disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 18º do POPNSE.</i></p>	<p>A alínea a) do ponto 4 do artigo 18.º do POPNSE refere-se apenas a ampliação de habitação e respetivos anexos, entendendo-se que a construção de edifícios (incluindo de habitação) está regulamentada no n.º 5 do mesmo artigo.</p> <p>Considerando as dúvidas que o comentário da Entidade nos levanta, trata-se de matéria a abordar em reunião setorial.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	Ver ponderação ao contributo REG.19.	Recomendação acolhida
REG.23	12	<p>Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior</p> <p><i>A proposta deve ser revista, tendo em atenção o seguinte:</i></p> <p><i>As propostas apresentadas contrariarem o disposto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, aprovado pela Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, na sua atual redação; necessitando de adensamento e clarificação quanto a algumas normas:</i></p> <p><i>i) Ao longo da proposta de Regulamento encontram-se diversas referências a restrições de utilização de espécies florestais, e recurso a determinadas ações/operações (corte raso, desbaste) que contrariam o PROF e a legislação florestal em vigor, carecendo de revisão (designadamente: a) do art.º 25.º; e) n.º1 do n.º3 do art.º31.º; c) do n.º4 do art. 54.º, 57.º (p.ex.: questões sanitárias); h) do n.º4 do art. 57.º; j) do n.º2 e c) do n.º3 do art. 73.º; a) do n.º4 do art. 136.º);</i></p>	<p>O cumprimento das disposições do PROF-CI está salvaguardado por aplicação das disposições gerais aplicáveis ao solo rústico, concretamente no n.º 5 do artigo 30.º e alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 31.º da proposta de regulamento do PDM.</p> <p>De qualquer forma, será ponderada a inclusão de remissão para o Anexo II do RPDM (ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR).</p> <p>Subsistem dúvidas sobre os limites materiais do PDM em termos de condicionamento/interdição de operações florestais, nomeadamente em áreas de maior fragilidade ambiental (como é o caso dos corredores ecológicos do PROF, que são incluídos no desenho da EEM proposta), que deverão ser esclarecidas em reunião setorial.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Em função das preocupações transmitidas pela Entidade sobre eventuais desconformidades com o PROF-CI ou com o RJAAR, a CMC irá proceder a uma revisão dos regimes de edificabilidade de algumas das subcategorias de solo rústico com vista a eliminar algumas normas com incidência nas operações florestais.</p> <p>Sobre os corredores ecológicos do PROF, incluir-se-ão, no anexo do Regulamento relativo às Orientações do PROF, serão incluídas as normas de intervenção para corredores ecológicos elencadas no Capítulo E – Documento Estratégico do PROF-CI. O regime da EEM previsto no Regulamento será revisto para se conformar com estas orientações do PROF-CI.</p>	Recomendação acolhida
REG.24	12-13	<p>ii) <i>A proposta de regulamento inclui o ANEXO II - ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR, que descreve as normas que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais. Este anexo não tem qualquer ligação com os pontos do regulamento, sugerindo-se que seja realizada referência ao mesmo no artigo 6.º, lembrando que o PROF, nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro (alínea b) do artigo 2º) aplica-se aos espaços florestais, que “correspondem aos terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional”. Assim, considerando a compatibilidade do uso florestal com a maioria das categorias de solo rústico, as normas PROF aplicar-se-ão, sempre que estejamos na presença de espaços florestais delimitados no PDM, bem como em outras áreas do território municipal, ocupadas com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no IFN, mesmo quando em solo urbano, por via do estipulado na legislação relativamente ao âmbito de aplicação dos PROF.</i></p>	<p>Concorda-se com a necessidade de incluir no Regulamento uma referência ao anexo II, que integra as Orientações e Determinações do PROF-CI, por forma a esclarecer o âmbito de aplicação das normas e orientações do PROF. Considera-se, no entanto, que o art.º 6.º (Identificação das SRUP) não será o lugar certo para fazer esta referência.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	Efetuar a referência ao Anexo II (orientações e Determinações do PROF-CI) nas Disposições Gerais do Solo Rústico (Secção I do Capítulo II).	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
REG.25	13	iii) O ponto V do ANEXO II - ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (limite máximo de área a ocupar por eucalipto no concelho de acordo com o PROF), deve ser revisto, considerando a atualização regular dos limites máximos da área a ocupar por eucalipto em cada concelho a serem integrados em projetos de compensação, que operacionaliza um requisito legal contemplado no RJAAR, permitindo, assim, diminuir a área de eucalipto sem colocar em causa a produção florestal (ver Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro).	<p>O ponto V do Anexo II do Regulamento do Plano assume que o limite máximo de área (em hectares) a ocupar por espécies do género <i>Eucalyptus</i> spp., no concelho da Covilhã é de 525 hectares, resultando esta valor do que se encontra estabelecidos na Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro.</p> <p>A área a que se refere o ponto V é a que consta da Portaria em vigor, não havendo necessidade de alterar a redação proposta.</p>	Questão a abordar em reunião setorial	Remeter para o diploma legal que atualiza os valores máximos da área (em hectares) a ocupar por espécies do género <i>Eucalyptus</i> spp. em cada concelho (Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro), em vez de mencionar a área em valor numérico que se aplica no concelho da Covilhã.	Recomendação acolhida
REG.26	13	iv) No ANEXO II - ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR, estão em falta as normas específicas para os Corredores Ecológicos associados às linhas de água (identificadas no Regulamento PROF e no respetivo Capítulo E do Documento Estratégico).	<p>Os corredores ecológicos definidos no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM). Em concreto, estes corredores ecológicos, considerados como corredores ecológicos principais, são assumidos enquanto componente da EEM fundamental (Vd. n.º 5 do art.º 135.º (Identificação e âmbito) do Regulamento do Plano), na qual se integram os as áreas mais sensíveis e que constituem o suporte fundamental dos sistemas biofísicos, designadamente as áreas fundamentais na conservação e proteção ecológica e biodiversidade, que possuem elevado valor ecológico ou que são ecologicamente sensíveis, e os recursos naturais que, pelo seu inquestionável valor, carecem de salvaguarda.</p> <p>Não se considera que haja grande interesse em transpor diretamente o conteúdo do Regulamento do PROF e do Capítulo E do Documento estratégico para o anexo do Regulamento do PDM. Seria mais interessante, a nosso ver, esclarecer no Relatório de que forma essas normas dos Corredores Ecológicas são interpretadas na regulamentação da EEM.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	Ver ponderação ao contributo REG.23.	Recomendação acolhida


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PLANTA DE ORDENAMENTO						
PLANTA DE ORDENAMENTO – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO						
ORD.01	4	<p><i>a) São criadas ou ampliadas áreas não abrangidas por regimes de proteção (ANARP) que resultam em diminuição de áreas de proteção parcial, o que consubstancia o incumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 25º do POPNSE. Sublinha-se que se pretende criar e/ou ampliar perímetros urbanos em locais onde as edificações existentes são, quase na totalidade, de génese ilegal, onde o número de habitantes é reduzido e sazonal, delapidando valores naturais com estatuto de proteção legal em áreas sensíveis do Parque Natural.</i></p> <p><i>a. PU 08 – Fraga da Estercada, Penhas da Saúde – Novo Perímetro Urbano que, segundo estudo elaborado pelo ICNF em 2021, engloba 34 edifícios construídos anteriormente a 1973, que poderão estar em situação regular por serem anteriores ao Regulamento Municipal da Covilhã que tornou extensível a aplicabilidade do (Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) a todas as edificações localizadas fora das sedes de concelho e demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização, 70 edifícios construídos entre 1973 e 1993, 1 edifício construído entre 1995 e 2004 e 1 edifício construído entre 2018 e 2019, num total de 106 edifícios. Note-se que, nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021 apenas 20 edifícios e 5 habitantes. Nesta zona existe ainda um reservatório de água construído entre 2004 e 2005, uma área de estacionamento, a pavimentação de vias, e a construção de um campo de futebol executados entre 2005 e 2006, um balneário e um parque infantil construídos entre 2006 e 2013.</i></p>	<p>A delimitação dos perímetros seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto.</p> <p>Na medida em que não existe nenhum perímetro delimitado, em vigor, na área em apreço, qualquer “nova delimitação” estará, como é do conhecimento do ICNF, em conflito com os regimes de proteção do PNSE.</p> <p>Por outro lado, sem prejuízo do número de habitantes ou da sazonalidade de ocupação, entende-se que a delimitação proposta não representa agravamento da situação existente, mas sim uma oportunidade para reduzir a possibilidade de expansão e requalificar a área edificada, que efetivamente existe, e regular as operações urbanísticas que aí se podem realizar.</p> <p>Face ao exposto, manter-se-á o perímetro urbano, contudo, serão revistos os limites propostos, de forma a minimizar eventuais impactes na área do POPNSE (retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul).</p> 	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Com fundamento na impossibilidade de diminuição das áreas de proteção parcial, estabelecida pelo n.º 4 do art.º 25.º do POPNSE, a Entidade reiterou o parecer desfavorável.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>
			<p>Nota: a revisão dos limites considera também a sobreposição com áreas sujeitas a Regime Florestal.</p>			

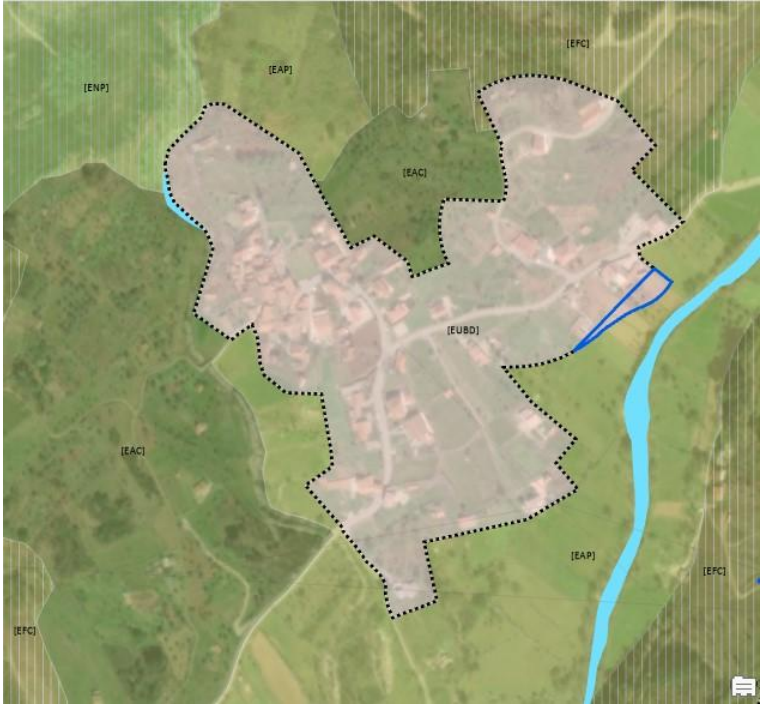
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.02	4-5	<p><i>b. PU 09 – Fraga do Rodeio, Penhas da Saúde – Novo Perímetro Urbano que, segundo estudo elaborado pelo ICNF em 2021, engloba 2 edifícios construídos anteriormente a 1973, que poderão estar em situação regular por serem anteriores ao Regulamento Municipal da Covilhã que tornou extensível a aplicabilidade do (Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) a todas as edificações localizadas fora das sedes de concelho e demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização, 21 edifícios construídos entre 1973 e 1993, e 1 edifício construído entre 2013 e 2017, num total de 24 edifícios. A pavimentação da via que serve este conjunto foi executada entre 2006 e 2013. Nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021 81 edifícios e 8 habitantes, pelo que se supõe haver um erro ou troca com a identificação do PU 08.</i></p>	<p>Corrigir o lapso detetado pela entidade na ficha de fundamentação.</p> <p>Este novo PU surge em razão da presença de um conjunto de preexistências de edificado, cuja edificação ocorreu, na sua quase totalidade, em momento anterior à aprovação do POPNSE e da 1.ª publicação do próprio PDM da Covilhã, que ocorreu em 1999, pelo que se justificaria, no âmbito do PDM a sua delimitação como PU, ainda que de pequena dimensão e o seu enquadramento enquanto área não abrangida por regimes de proteção no âmbito da posterior elaboração do POPNSE.</p> <p>Não obstante, e para além do supra exposto, a delimitação deste perímetro urbano justifica-se nas relações de complementaridade já estabelecidas com os núcleos de edificado que se localizam na sua envolvente próxima (PU 08 - Fraga da Estercada e PU 10 – Penhas da Saúde) e que, no seu conjunto, justificam uma ação integrada de infraestruturação que assegure a supressão das carências diagnosticadas e a redução do impacte destas preexistências em termos ambientais.</p> <p>Face ao exposto, manter-se-á o perímetro urbano, contudo, serão revistos os limites propostos, de forma a minimizar eventuais impactes na área do POPNSE (retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul).</p>  <p>Nota: a revisão dos limites considera também a sobreposição com áreas sujeitas a Regime Florestal.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Com fundamento na impossibilidade de diminuição das áreas de proteção parcial, estabelecida pelo n.º 4 do art.º 25.º do POPNSE, a Entidade reiterou o parecer desfavorável.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.03	5	<p><i>c. PU 10 – Penhas da Saúde – Ampliação do PU existente em mais 114,2% incorporando uma área em que, segundo estudo elaborado pelo ICNF em 2021, engloba 25 edifícios construídos anteriormente a 1973, que poderão estar em situação regular por serem anteriores ao Regulamento Municipal da Covilhã que tornou extensível a aplicabilidade do (Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) a todas as edificações localizadas fora das sedes de concelho e demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização, 59 edifícios construídos entre 1973 e 1993, e edifícios construídos entre 1995 e 2004, 8 edifícios construídos entre 2006 e 2013 e 2 edifícios construídos entre 2013 e 2017, num total de 97 edifícios. Nesta área, de proposta de expansão do PU, foi ainda construído um edifício com sanitários públicos entre 2006 e 2013 e uma cabine de eletricidade entre 2018 e 2019. Nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021, na totalidade da área de perímetro urbano preexistente e proposta, 185 edifícios e 24 habitantes.</i></p>	<p>A delimitação dos perímetros seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto.</p> <p>Entende-se que a delimitação proposta não representa agravamento da situação existente, mas sim uma oportunidade para reduzir a possibilidade de expansão da área edificada que efetivamente existe, e regular as operações urbanísticas que aí se podem realizar.</p> <p>Face ao exposto, manter-se-á o perímetro urbano, contudo, serão revistos os limites propostos, de forma a minimizar eventuais impactes na área do POPNSE (retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul).</p>  <p>Será, ainda, ponderada a alteração da qualificação do solo (a categoria/subcategoria atribuída) na zona poente do perímetro urbano.</p> <p>Nota: a revisão dos limites considera também a sobreposição com áreas sujeitas a Regime Florestal.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Com fundamento na impossibilidade de diminuição das áreas de proteção parcial, estabelecida pelo n.º 4 do art.º 25.º do POPNSE, a Entidade reiterou o parecer desfavorável.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.04	5	<p>b)</p> <p>A proposta prevê, em solo rústico, a criação de áreas de edificação dispersa, espaços de equipamentos e infraestruturas e outras estruturas ou ocupações, espaços de ocupação turística e espaços culturais em áreas com regimes de proteção que interditam a edificação e usos previstos, pelo que estes novos perímetros não são compatíveis com os regimes de proteção do POPNSE, devendo ser revista a proposta nas áreas do PNSE. Nota: Contrariamente aos perímetros urbanos e aglomerados rurais, as áreas de edificação dispersa (AED) são áreas sujeitas ao regime de proteção que lhes seja aplicável, não estando incluídas nas exceções (ANARP) previstas no n.º 2 do artigo 25º do POPNSE.</p> <p>a. AED 78 – Nave de Santo António (nome que não corresponde ao do local) – Criação de nova AED em área sujeita ao regime de proteção parcial do tipo II, onde não é admitida a construção ou ampliação de edifícios para habitação. Para esta área ainda não foi elaborado estudo, pelo ICNF, de quantificação e datação das edificações. No entanto, salvo alguma exceção, a confirmar, serão edificações de génese ilegal. Nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021 8 edifícios e 1 habitante. Assim, também relativamente a este local se refere que se pretende criar uma AED em locais onde as edificações existentes são, quase na totalidade, de génese ilegal, onde o número de habitantes é reduzido e sazonal, delapidando valores naturais com estatuto de proteção legal em áreas sensíveis do Parque Natural.</p>	<p>A delimitação das categorias de solo Áreas de Edificação Dispersa e Aglomerados Rurais teve por base a metodologia explicitada no Relatório.</p> <p>A AED será alterada para aglomerado rural (AR), passando, desta forma, a estar incluída em “Áreas não abrangidas por regimes de proteção - ANARP”, nos termos do POPNSE, sendo, contudo, revistos os limites propostos, de forma a minimizar eventuais impactes na área do POPNSE (retirar do AR as áreas delimitadas a azul).</p>  <p>Acresce que o nome será alterado para Covão de Ferro.</p> <p>Nota: a revisão dos limites considera também a sobreposição com áreas sujeitas a Regime Florestal.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Com fundamento na impossibilidade de diminuição das áreas de proteção parcial, estabelecida pelo n.º 4 do art.º 25.º do POPNSE, a Entidade reiterou o parecer desfavorável.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p>
ORD.05	5	<p>b. Espaço Destinado a Infraestruturas – Centro de Limpeza de Neve – Criação de categoria de espaço em área sujeita ao regime de proteção parcial do tipo II, onde não é admitida a construção ou ampliação de edifícios, exceto se prevista no âmbito de ações de conservação da natureza ou necessárias à realização de atividades de animação ambiental.</p>	<p>Trata-se de uma área destinada a equipamentos (erradamente qualificada como espaços destinados a infraestruturas), numa zona relativamente plana e com boas acessibilidades.</p> <p>Assim, pretende-se manter a área delimitada em categoria de solo específica, contígua a vias existentes, para eventual ampliação do centro de limpeza de neve, estacionamento, ou instalação de outros equipamentos que potenciem a resolução do problema de acessibilidade à Serra, tanto pela Covilhã como por Manteigas.</p> <p>Nota: a revisão dos limites considera também a sobreposição com áreas sujeitas a Regime Florestal.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Com fundamento na impossibilidade de diminuição das áreas de proteção parcial, estabelecida pelo n.º 4 do art.º 25.º do POPNSE, a Entidade reiterou o parecer desfavorável.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.06	5	<i>c. Espaço de Ocupação Turística – Parque de Campismo e Caravanismo das Penhas da Saúde – Criação de categoria de espaço em área sujeita ao regime de proteção parcial do tipo II, onde não é admitida a construção ou ampliação de empreendimentos turísticos.</i>	<p>A área delimitada encontra-se já identificada como Espaços Especiais de Infraestruturas Turísticas, no PDM em vigor, destinada a parque de campismo e caravanismo.</p> <p>Contudo, a área não dispõe de qualquer infraestruturação, pelo que não haverá condições para a sua manutenção como “espaços de ocupação turística”, passando a estar qualificada na categoria de solo rústico da envolvente.</p>	Recomendação acolhida	-	-

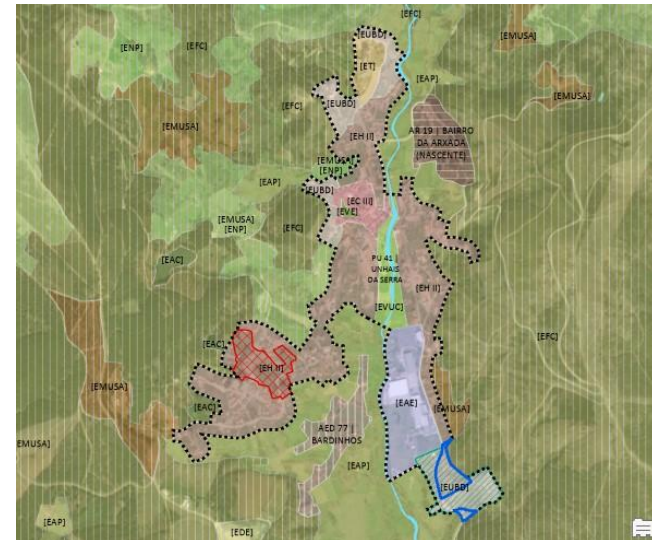
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.07	5-6	<p>c) A criação e/ou ampliação de categorias de espaços em solo rústico e urbano, na área do PNSE, que preveem regimes de edificabilidade, são, com algumas exceções, genericamente pouco criteriosos e sobredimensionados, ocupando áreas não edificadas, por aplicação de buffers às áreas já artificializadas, por preenchimento de áreas não ocupadas entre edificações existentes, ou por junção de perímetros urbanos, ocupando áreas onde estão referenciados habitats e espécies protegidos no âmbito do PSRN2000, nalguns casos com enorme desproporção, nomeadamente quando comparada a área a reclassificar com o número de habitantes locais. Sem prejuízo de poder ser aplicável esta apreciação às áreas atrás indicadas, não são aqui indicadas por não ser viável a sua implementação face ao incumprimento do POPNSE, elencando-se abaixo as situações que, sendo viáveis à luz do POPNSE, merecem ser equacionadas para a salvaguarda dos valores naturais. Mais uma vez se sublinha que, em solo rústico, apenas os aglomerados rurais são ANARP, pelo que nas demais categorias de espaços prevalecem os parâmetros de edificabilidade previstos para os respetivos regimes de proteção do POPNSE. Para uma leitura mais integrada ordenam-se e agregam-se os comentários por zona/aglomerado populacional e não por numeração ou categoria de espaços em causa.</p> <p>a. Cortes do Meio – Local onde existe grande dispersão da edificação, que as alterações propostas vêm acentuar, agravando a tendência de eliminação da descontinuidade entre os aglomerados preexistentes (Cortes de Baixo, Cortes do Meio e Bouça).</p> <p>i. AED localizadas a sul, no limite do PNSE, numeradas como 09, 10, 11 e 12, em área de proteção complementar segundo o POPNSE – de forma genérica, os polígonos propostos têm boa aderência às áreas edificadas, com exceção pontual do n.º 12 e do n.º 09, sendo que neste último caso se verifica que se trata atualmente de um perímetro urbano, que vê diminuída a sua área – recomenda-se que, nas fichas de fundamentação das áreas de edificação dispersa se representem, quando existam, os perímetros urbanos em vigor. Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</p>	<p>Representar nas fichas dos AED os perímetros urbanos em vigor, quando existentes.</p> <p>Sem prejuízo, importa esclarecer que parte da AED09 proposta se encontra classificada como Espaço Urbanizável no PDM em vigor, tendo, no entanto, sido agora alterada a classificação/qualificação do solo (para AED) e ajustado o limite, em virtude da aferição do cumprimento dos critérios a que se refere o DR 15/2015, de 19 de agosto.</p> <p>Conforme justificado no Relatório do Plano, estando em causa, por força do RJIGT, uma delimitação “ex-novo” com base nos critérios definidos no DR15/2015 - legislação mais recente que a publicação do POPNSE, entende-se que a manutenção dos “perímetros urbanos” definidos no PNSE não deve ser considerada. Outra conclusão não seria possível perante a própria definição de “áreas de não aplicação dos regimes de proteção (ANARP)”.</p> <p>De facto, a impossibilidade de ampliação dessas áreas (completamente desajustadas da realidade e em claro incumprimento com o DR15/2015 e do RJIGT) não serve os interesses de nenhuma Entidade, nem mesmo os do ICNF, na medida em que se continua a protelar a degradação das áreas efetivamente ocupadas, sem que sejam assumidas e, por essa via, se possam definir regras para as integrar.</p> <p>Ainda que se verifique que, na maioria das situações, os “perímetros” aumentam em relação à delimitação em vigor (o que motivou a emissão de parecer desfavorável do ICNF, nesta matéria), também há situações (como a do exemplo) em que o perímetro diminuiu e até deixou de ser solo urbano, o que demonstra que a Câmara Municipal da Covilhã seguiu criteriosamente as orientações da CCDR-Centro, concretamente no que se refere ao cumprimento das disposições do RJIGT e verificação dos critérios a que se refere o DR 15/2015.</p> <p>Recortes cartográficos - situação em vigor e situação proposta:</p>  <p>Face ao exposto, propõe-se que a AED em causa passe a Aglomerado Rural (AR), sendo revistos os limites propostos, de forma a minimizar eventuais impactes na área do POPNSE.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.08	6	<p>ii. PU 06 – Cortes de Baixo – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Vê a sua área aumentada em mais 367,4%, devendo ser ponderado o ajuste da área ampliada à área assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação”, sobretudo nas áreas adjacentes ao rio, uma vez que estão cartografadas para esta área as espécies Cágado-Mediterrânico e Lontra-Europeia, entre outras também legalmente protegidas, cujos habitats dependem da manutenção das linhas de água, respetivas margens e vegetação ripícola autóctone arbórea e arbustiva, sendo uma das orientações de gestão para a preservação destas espécies ordenar a expansão urbano/turística.</p>	<p>A área referida encontra-se maioritariamente ocupada com edificações, pelo que se entende que a edificação nas parcelas não ocupadas não agrava a situação existente.</p> <p>Acresce que não está em causa qualquer limitação à manutenção das linhas de água, respetivas margens e vegetação ripícola autóctone arbórea e arbustiva, uma vez que o limite proposto se localiza (na situação mais gravosa) a cerca de 25 metros da linha de água.</p> <p>Sem prejuízo, o limite proposto será recuado, na zona identificada, passando a localizar-se a cerca de 45 metros da linha de água (retirar do perímetro urbano a área delimitada a azul).</p> 	Recomendação acolhida	-	-


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.09	6-7	<p>iii.</p> <p><i>PU 07 – Cortes do Meio – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Vê a sua área aumentada em mais 184,4%, sublinhando-se a ampliação para poente, com aproximação ao rio, para a qual se refere a necessidade de ajuste nos mesmos moldes e pelos mesmos motivos do referido para o PU 06, destacando-se ainda a integração de uma grande área, com edificações ao longo da estrada, cuja preexistência não se questiona, mas que se entende que não deverá transformar-se numa área urbana, com o consequente adensamento da área edificada e descaracterização não só das povoações preexistentes, como da paisagem e valor cénico deste local – note-se que o acentuado declive desta encosta acentua o impacto paisagístico das edificações.</i></p>	<p>De facto, a zona poente representa uma densidade de edificado mais reduzida comparativamente com outras zonas do perímetro urbano proposto, o que motivou a delimitação como “Espaços Urbanos de Baixa Densidade”, apenas sendo aí admitidos os usos e atividades a que se refere o artigo 133.º do RPDM, sujeitos a um regime de edificabilidade mais restritivo, definido no artigo 134.º e, cumulativamente, à compatibilidade de usos e atividade a que se refere o artigo 14.º do RPDM, nomeadamente no que respeita à salvaguarda dos valores naturais, ambientais e paisagísticos em presença.</p> <p>Face ao exposto, mantem-se a classificação e qualificação do solo proposta, sem prejuízo do recuo do limite do perímetro urbano na zona mais próxima do Rio, mantendo-se, contudo, em perímetro urbano a área correspondente à praia fluvial (retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul).</p>			


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.10	7	<p>iv.</p> <p>PU 05 – Bouça – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – A variação de área é de mais 84,1 %, tecendo-se o mesmo comentário que para as duas situações anteriores, e acrescentando-se ainda o facto de estarem, cartografados para esta área, nomeadamente em zonas de alargamento do perímetro urbano para as áreas próximas do rio, para além das espécies anteriormente citadas, habitats naturais legalmente protegidos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">– 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>– 6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopercurus pratensis</i>, <i>Sanguisorba officinalis</i>)– 91E0pt1 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus Excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>) – <i>Amiais ripícolas</i>– 92A0pt4 – Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>– Salgueirais arbustivos de <i>Salix salvifolia</i> subsp. <i>Salvifolia</i>	<p>Na medida em que o limite proposto se encontra mais recuado, em relação ao Rio, que o limite do perímetro que consta do POPNSE, entende-se que não resulta da proposta qualquer agravamento da situação existente.</p> <p>Sem prejuízo, o limite do perímetro urbano proposto será revisto, promovendo a continuidade dos Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola na área marginal ao Rio (retirar do perímetro urbano a área delimitada a azul).</p>  <p>Acresce que, de acordo com informação vetorial (tema: Habitats Naturais e Semi-Naturais PSRN2000) disponível no endereço: https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html, apenas se verifica a interferência do limite proposto com “Prados de feno pobres de baixa altitude”.</p> <p>Sem prejuízo, a interferência deixa de se verificar com a alteração do perímetro.</p>	Recomendação acolhida	-	-


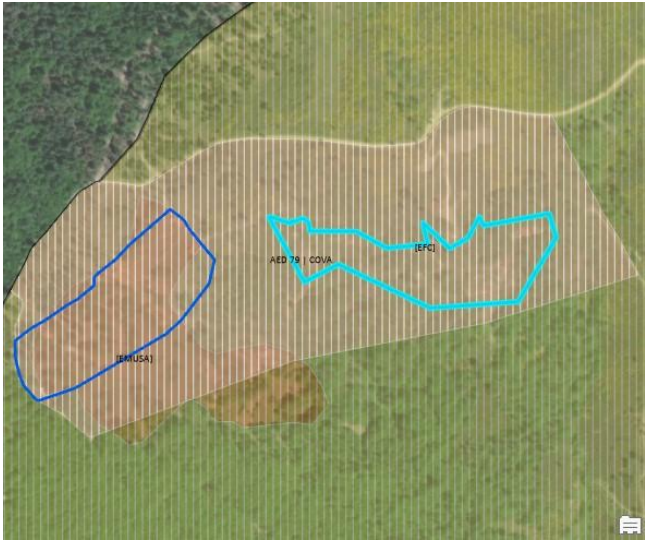
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.11	7	<p>v.</p> <p><i>AED 13 – Sítio de Courelas – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Deve ser ponderado o ajuste do perímetro à zona assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação” que estão incluídas no perímetro proposto, uma vez que estão cartografados para as áreas não edificadas, para além das espécies já citadas, os habitats:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas – 6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopercurus pratensis</i>, <i>Sanguisorba officinalis</i>) <p><i>Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</i></p>	<p>Esclarece-se que as áreas edificadas consolidadas ou em consolidação (referidas no parecer) não têm representação nas fichas de fundamentação das AED, encontrando-se apenas aí representadas as áreas edificadas não consolidadas (isto é, áreas com ocupação edificada de baixa densidade e com carácter disperso, como tal enquadráveis na presente categoria de espaço).</p> <p>Conforme descrito no relatório, a delimitação das AED teve como base a identificação das áreas edificadas não consolidadas e a verificação dos critérios/definições a que se refere o DR 15/2015, de 19 de agosto, pelo que a representação destas áreas nas fichas de fundamentação apenas foi garantida para efeitos de validação da metodologia, e não do resultado final.</p> <p>Adicionalmente, propõe-se que a AED em causa passe a Aglomerado Rural, sendo revistos os limites propostos, eliminando-se algumas áreas marginais, sem edificações e reduzindo-se ao máximo a eventual interferência com os habitats identificados (retirar do AR as áreas delimitadas a azul).</p>  <p>Acresce que, de acordo com informação vetorial (tema: Habitats Naturais e Semi-Naturais PSRN2000) disponível no endereço: https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html, apenas se verifica a interferência do limite proposto com “Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea”.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Após sobreposição da área delimitada com a cartografia de habitats, constatou-se que a área resultante corresponde a 1,87 hectares, sendo inferior à admitida, na proposta de Plano, para a delimitação de AED (2,5 hectares).</p> <p>Eliminar a AED 13 – Sítio de Courelas, por incumprimento dos requisitos mínimos.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>

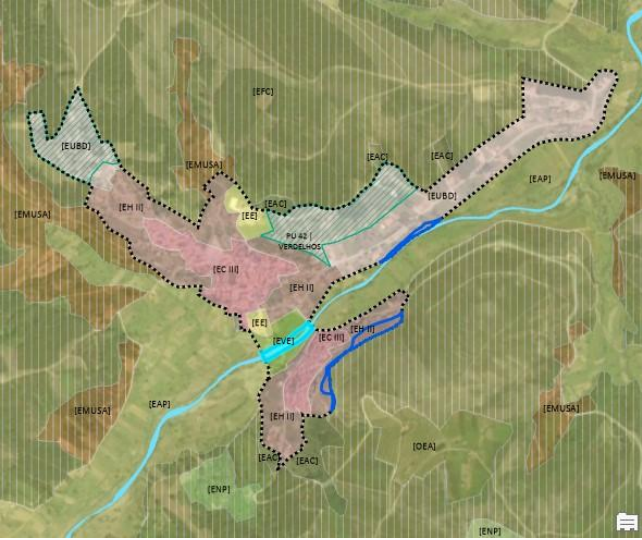
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.12	7	<p><i>b. Unhais da Serra</i></p> <p><i>i.</i> <i>PU 41 – Unhais – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – o polígono proposto tem boa aderência às áreas edificadas, havendo apenas a referir a expansão em dois locais para os quais está cartografado o habitat:</i></p> <p><i>– 9260pt1 – Florestas de Castanea sativa – Castinçais abandonados</i></p>	<p>A delimitação dos perímetros seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, pelo que poderão verificar-se eventuais conflitos com áreas de habitats cartografados.</p> <p>Acresce que, no entanto, de acordo com informação vetorial (tema: Habitats Naturais e Semi-Naturais PSRN2000) disponível no endereço: https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html, não se verifica qualquer interferência do limite proposto com “florestas de castanea sativa”, encontrando-se a mancha mais próxima deste habitat, afastada cerca de 300 metros (na situação mais gravosa) do limite proposto.</p> <p>Face ao exposto, entende-se que a interferência identificada carece de validação/esclarecimentos, em fase de reunião setorial.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Após sobreposição da área delimitada com a cartografia de habitats, constatou-se a existência de duas pequenas áreas sobrepostas.</p> <p>Retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul, alterando a respetiva classificação e qualificação do solo (limites indicativos a verificar posteriormente pelo ICNF, I.P.).</p> 	<p>Recomendação acolhida</p>
ORD.13	7-8	<p><i>c. “Estrelódromo” – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Para a zona em causa, somente na zona que não coincide com nenhuma área classificada do SNAC – foi já emitido por este I.P., em 2021, pelo que já não se encontra válido, um parecer favorável a um pedido de informação prévia para a instalação de um empreendimento turístico com uma área de implantação de quase 3000 m². Salienta-se que na área do PNSE não são permitidos conjuntos turísticos, aldeamentos turísticos, nem apartamentos turísticos, nem empreendimentos turísticos com área de implantação superior a 500 m², não podendo um empreendimento, ainda que localizado fora do PNSE, com uma área já superior à permitida, expandir-se para a área do PNSE, pelo que deve ponderar-se a implementação deste espaço no PNSE. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</i></p>	<p>De facto, o Espaço de Ocupação Turística proposto extravasa a área sujeita a parecer no âmbito do pedido de informação prévia do empreendimento turístico designado “Estrelódromo”.</p> <p>No entanto, entende-se que a classificação e qualificação do solo, com representação na Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, não se sobrepõe ao zonamento do POPNSE (que consta da planta desdobrada), pelo que se pretende manter a área delimitada como EOT.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Ver ponderação ao contributo ORD.04.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.14	8	<p><i>e. Lam Hotel dos Carqueijais – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – A área de intervenção específica do POPNSE (Varanda dos Carqueijais) tem cerca de 2,15 ha, o Espaço de Ocupação Turística proposto tem cerca de 5,97 ha, aumentando a área afeta a usos turísticos em mais 177,67%, num local onde está cartografado o habitat:</i></p> <p><i>– 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas</i></p> <p><i>Salienta-se que na área do PNSE não são permitidos empreendimentos turísticos com área de implantação superior a 500 m², pelo que, sendo já superior à admitida a área de implantação do existente, não deve este espaço ser implementado com a dimensão proposta. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</i></p>	<p>De acordo com o POPNSE a área de intervenção específica (AIE) relativa à Varanda dos Carqueijais, em razão da sua vocação e dos objetivos que a ela se encontra associados, enquadra-se na tipologia de “Áreas de vocação turística”.</p> <p>O EOT não tem como objetivo a ampliação da área de implantação da unidade hoteleira existente, procurando-se, sobretudo, assegurar uma articulação formal e funcional entre a áreas efetivamente associadas ao hotel e ao parque de campismo.</p> <p>A eventual instalação de um novo projeto turístico, a assegurar nas tipologias de empreendimentos de turismo da natureza permitidas no PNSE, deverá respeitar, para além da área de implantação referida pela entidade, os demais requisitos que decorrem do disposto no art.º 31.º do Regulamento do POPNSE.</p> <p>Considerando a dimensão e caraterísticas da área em causa, a CMC pondera a possibilidade de aprovação de um PP (na modalidade de PIER) para a área alargada que se qualifica como EOT. Trata-se de matéria a abordar também em reunião setorial.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	-	-

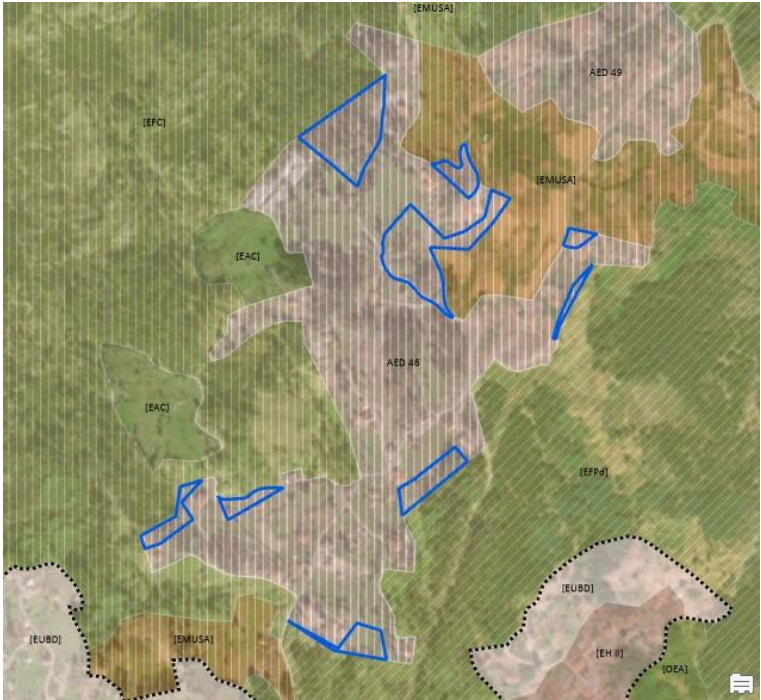

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.15	8	<p><i>f. Pousada da Serra da Estrela – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção parcial do tipo III segundo o POPNSE – A área de intervenção específica do POPNSE (Sanatório dos Ferrovieiros) tem cerca de 2,87 ha e o Espaço de Ocupação Turística proposto tem cerca de 2,99 ha, Não há um aumento substancial de área, mas uma alteração passando a englobar a área de um edifício devoluto no lado oposto da EN 339 e uma área a norte, estando nestes locais registada a existência de uma espécie florística com estatuto de conservação desfavorável Centaurea rothmalerana, e estando ainda cartografados os habitats:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – 4030pt3 – Charnecas secas europeias – Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais – 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas <p><i>Salienta-se que na área do PNSE não são permitidos empreendimentos turísticos com área de implantação superior a 500 m², pelo que, sendo já superior à admitida a área de implantação do existente, não deve este espaço ser implementado com a dimensão proposta. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</i></p>	<p>De acordo com o POPNSE, a área de intervenção específica (AIE) relativa ao Sanatório dos Ferrovieiros enquadra-se na tipologia de “Áreas de vocação turística”.</p> <p>O EOT delimitado não tem como objetivo a ampliação da área de implantação da Pousada, procurando-se, sobretudo, integrar a área onde se encontra já implantada “preexistência de edificado devoluto” referenciada pelo ICNF.</p> <p>Em razão das características naturais e do relevo presente no local, a delimitação deste EOT não visa o enquadramento de novas edificações, sustentando apenas o enquadramento da reabilitação do edificado devoluto implantado nascente do traçado da EN 339, não resultando da eventual reabilitação do imóvel quaisquer ações passíveis de afetar a espécie florística e os habitats referenciados, uma vez que a artificialização dos solos que viabilizaram a construção deste imóvel terá já ocorrido em momento anterior à aprovação do POPNSE e do PSRN2000.</p> <p>Sem prejuízo, o limite proposto será ajustado atendendo ao habitat identificado (retirar do EOT a área delimitada a azul).</p>  <p>De referir que a nova delimitação considerou os limites físicos (caminho, edificações ou outros) existentes, pelo que não coincide na íntegra com a delimitação do habitat (delimitado a escala distinta do PDM).</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.16	8-9	<p><i>g. Rosa Negra – AED 51 – No limite do PNSE, estando a área na AP sujeita ao regime de proteção complementar. A área proposta propõe grande profundidade para além da área edificada, que deve ser revista. Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</i></p>	<p>O limite proposto para a AED será revisto, reduzindo a profundidade em todo o perímetro entre 10 a 20 metros (retirar da AED as áreas delimitadas a azul).</p> 	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.17	9	<p><i>h. Cova – AED 79 (Sarnadas) – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Trata-se de facto de uma antiga povoação rural, onde existiu escola e capela, mas que perdeu a população, estando registado no Censos 2021 apenas 1 (um) habitante, mas onde existem edificações que podem ser alvo de reabilitação. Nesta área estão referenciados os habitats abaixo indicados, que devem ser preservados, pelo que se recomenda a configuração criteriosa da área a abranger:</i></p> <p><i>– 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas</i></p> <p><i>– 9260pt2 – Florestas de Castanea sativa – Soutos antigos</i></p> <p><i>Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</i></p>	<p>O limite proposto será ajustado atendendo à cartografia de habitats.</p> <p>De referir que a nova delimitação considerou os limites físicos (caminho, edificações ou outros) existentes, pelo que não coincide na íntegra com a delimitação dos habitats (delimitado a escala distinta do PDM).</p> <p>Sem prejuízo, a área delimitada será reduzida eliminando-se da área central da proposta anterior, o que resulta em duas áreas com características de aglomerado rural – AR “Sernadas nascente” e AR “Sernadas poente” (retirar as áreas delimitadas a azul).</p> 	Recomendação acolhida	<p>Após sobreposição das duas áreas delimitadas com a cartografia de habitats, constatou-se a existência de uma pequena área sobreposta no novo AR “Sernadas poente”. Por sua vez, no AR “Sernadas nascente”, observou-se uma sobreposição quase integral com habitats cartografados (2,24 dos 2,60 hectares resultantes da ponderação inicial).</p> <p>Delimitar novo AR “Sernadas” (área a poente delimitada a azul escuro); Eliminar AR proposto a nascente (área delimitada a azul claro), alterando a respetiva qualificação do solo (limites indicativos a verificar posteriormente pelo ICNF, I.P.).</p> 	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.18	9	<p><i>j. Verdelhos – PU 42 – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Ampliação do perímetro urbano em mais 130,4%, cum uma população residente de 497 habitantes. A proposta, ainda que com um aumento do perímetro urbano para mais do dobro da área atual tem boa aderência às áreas edificadas, procedendo a alguns ajustes que não correspondiam à realidade, havendo apenas a referir que deve limitar-se a expansão para as zonas adjacentes ao rio, para onde está cartografada a existência de espécies legalmente protegidas, como o Cágado-Mediterrânico e a Lontra-Europeia, entre outras, cujos habitats dependem da manutenção das linhas de água, respetivas margens e vegetação ripícola autóctone arbórea e arbustiva, sendo uma das orientações de gestão para a preservação destas espécies ordenar a expansão urbanoturística. Há ainda sobreposição a habitats naturais legalmente protegidos, em áreas não edificadas, designadamente:</i></p> <ul style="list-style-type: none">– 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>– 4030pt3 – Charnecas secas europeias – Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais– 8220pt1 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica – Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas– 91E0pt1 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus Excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>) – Amiais ripícolas– 92A0pt4 – Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i> – Salgueirais arbustivos de <i>Salix salvifolia</i> subsp. <i>Salvifolia</i>	<p>A zona adjacente ao rio foi qualificada como Espaços Verdes de Enquadramento, pelo que qualquer ocupação se encontra já limitada por essa via, ficando sujeita às disposições da subsecção I do RPDM.</p> <p>Acresce que, de acordo com informação vetorial (tema: Habitats Naturais e Semi-Naturais PSRN2000) disponível no endereço: https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html, não se verifica qualquer interferência da área em questão com os habitats identificados.</p> <p>Face ao exposto, entende-se que a interferência identificada carece de validação/esclarecimentos, em fase de reunião setorial.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Após sobreposição da área delimitada com a cartografia de habitats, constatou-se a existência de três pequenas áreas sobrepostas.</p> <p>Retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul escuro, alterando a respetiva classificação e qualificação do solo; Manter em perímetro urbano a área delimitada a azul claro, que integra a linha de água existente, qualificada como Espaço Verde de Enquadramento, onde também se observa sobreposição com RAN e REN (limites indicativos a verificar posteriormente pelo ICNF, I.P.).</p> 	<p>Recomendação acolhida</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.19	9-10	<p>k. Sarzedo</p> <p>i. PU 37 Sarzedo – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Ampliação do perímetro urbano em mais 23,9%, cum uma população residente de 70 habitantes. A proposta, ainda que com aumento do perímetro urbano, tem boa aderência às áreas edificadas, procedendo a alguns ajustes que não correspondiam à realidade – Pode ser ponderado o ajuste do perímetro à zona assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação”.</p>	<p>O limite proposto será ajustado, aproximando-se do perímetro das áreas edificadas (retirar do perímetro urbano as áreas delimitadas a azul).</p>  <p>De referir que a delimitação considerou os limites físicos (caminho, edificações ou outros) existentes.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.20	10	<p>ii.</p> <p>AED 46 – Berrincha – em área de proteção complementar segundo o POPNSE, na área que está dentro do limite da AP – Pode ser ponderado o ajuste do perímetro à zona assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação”. Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.</p>	<p>Esclarece-se que as áreas edificadas consolidadas ou em consolidação (referidas no parecer) não têm representação nas fichas de fundamentação das AED, encontrando-se apenas aí representadas as áreas edificadas não consolidadas.</p> <p>Conforme descrito no relatório, a delimitação das AED teve como base a identificação das áreas edificadas não consolidadas e a verificação dos critérios a que se refere o DR 15/2015, de 19 de agosto, pelo que a representação destas áreas nas fichas de fundamentação apenas foi garantida para efeitos de validação da metodologia, e não do resultado final.</p> <p>Sem prejuízo, o limite da AED será revisto, eliminando-se algumas áreas marginais, sem edificações (retirar da AED as áreas delimitadas a azul).</p>  <p>De referir que a delimitação considerou os limites físicos (caminho, edificações ou outros) existentes.</p>	Recomendação acolhida	<p>Em articulação com a ponderação do parecer emitido pela CCDRC, retirar também do perímetro urbano duas pequenas áreas localizadas a nascente, delimitadas a azul claro (limites indicativos a verificar posteriormente pelo ICNF, I.P.).</p> 	Recomendação acolhida
ORD.21	10	<p>e)</p> <p>Nas shapefiles disponibilizadas está distinguida a AIE da Torre em ficheiro separado, como única AIE do POPNSE, o que não é correto. Porém, estão todas as AIE corretamente representadas na shapefile dos regimes de proteção do POPNSE. Igualmente na Planta de Ordenamento “02.5_RPDMC_EF_PO_AS-ZPNSE_2024.05_vf.pdf” apenas está representada a área de intervenção específica da Torre e indicada como área prioritária de valorização ambiental, o que não é correto.</p>	<p>Com exceção da AIE da Torre, nenhuma das outras AIE tem qualquer normativo ou programa associado.</p> <p>Sem prejuízo, atendendo à definição das AIE no Regulamento (contributo REG.10) será assegurada a representação de todas as AIE existentes no concelho da Covilhã na Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela.</p>	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.22	10	f) <i>A análise espacial foi efetuada exclusivamente com base nas shapefiles enviadas, presumindo-se que os ficheiros em pdf (que por serem demasiado pesados não permitem uma análise) correspondam exatamente ao apresentado. Nestas shapefiles verifica-se que são apresentados separadamente (excluídos das categorias de classificação e qualificação do solo rústico) os aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, devendo ser aí integrados.</i>	Incluir os AR e as AED na shapefile da qualificação do solo rústico.	Recomendação acolhida	-	-
ORD.30	13-14	III. A proposta de ordenamento necessita de ser revista, considerando que: i) <i>A proposta de Espaços Naturais e Paisagísticos, não prossegue as restrições locais (Regime Florestal), que também não se adequam à definição daqueles espaços na proposta de Regulamento do PDM, por apresentarem uso dominante florestal e estarem inclusive por força da lei, obrigados a manter a ocupação florestal (Decreto de 24 de dezembro de 1901 - publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de dezembro). Incluem-se também áreas submetidas a Regime Florestal Total - Mata Nacional da Covilhã (parcialmente inserida na proposta de Espaços Naturais e Paisagísticos), que de acordo com o PROF CI, corresponde a Mata Modelo (n.º 2 e 3 do artigo 7.º do regulamento do PROF CI). Estas matas são “...espaços para o desenvolvimento e demonstração de práticas silvícolas, as quais os proprietários privados podem adotar tendo como objetivo a valorização dos seus espaços florestais.”, logo de uso dominante florestal.</i>	Será feita uma análise sistemática das áreas qualificadas como Espaços Naturais e Paisagísticos, poe forma a salvaguarda a sua não sobreposição com áreas de uso florestal dominante (como é o caso das áreas sob Regime Florestal).	Recomendação acolhida	-	-
ORD.31	14	ii) <i>A proposta para os Espaços Florestais de Conservação implica áreas que não correspondem a valores naturais, e/ou não estão abrangidos pelo SNAC (p.ex.: áreas situadas a jusante da EN 230), conforme definição da proposta de Regulamento para esta Subcategoria de espaços - artigo 59.º. Apresenta ainda o problema de não se coadunar com o zonamento funcional para as SRH que abrange (Estrela, Torre e Cova da Beira), porquanto a SRH da Cova da Beira não visa a implementação da função de conservação (n.º1 do artigo 19.º do regulamento do PROF CI). Naturalmente que podem ocorrer situações que são exceção ao ordenamento previsto no PROF, considerando a sua escala, desde que devidamente fundamentadas.</i>	Rever a delimitação dos Espaços Florestais de Conservação e assegurar a sua compatibilização com o zonamento funcional das SRH e com as áreas integradas na SNAC.	Recomendação acolhida	-	-
ORD.32	14	iii) <i>Quanto à proposta para Espaços Florestais de Produção, haverá também necessidade de rever a proposta, porquanto abrange áreas inseridas na SRH denominada Estrela que não prossegue a função da produção.</i>	Rever a delimitação dos Espaços Florestais de Produção, em particular nas áreas coincidentes com a SRH Estrela, uma vez que nesta SRH a função geral de produção não é admitida.	Recomendação acolhida	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
ORD.33	14	iv) Também a proposta de Espaços Florestais de Proteção, abrange áreas que correspondem a pequenos bosquetes e áreas agrícolas, pelo que não será a classificação adequada para o espaço (talvez Espaços mistos de uso silvícola e agrícola?). Note-se que esta delimitação não foi suficientemente cuidada, por envolver nos polígonos a área da plataforma da A23. Estando parte destas áreas adjacentes à autoestrada, importa referir que estes espaços florestais estão sujeitos a grandes pressões devido às suas funções de defesa da floresta contra incêndios e respetivas obrigações legais (designadamente as faixas de gestão de combustível). Parte desta proposta abrange galeria ripícola do Rio Zêzere, situação que seria desejável fosse estendida a toda a área ocupada pela galeria do Rio Zêzere (bastante bem preservada, e cujas funções de proteção são extraordinariamente importantes, designadamente para a preservação da água, riscos de cheias e inundações, biodiversidade, entre outros), e a alguns dos seus afluentes.	<p>Rever a delimitação dos Espaços Florestais de Proteção, de modo a melhor a adequar a sua relação com os critérios de qualificação assumidos e assegurar a inclusão de alguns solos associados a tipologias REN relacionadas com a sustentabilidade do ciclo da água e a prevenção de riscos naturais, o que vai de encontro às preocupações levantadas pela Entidade.</p> <p>Considerando o âmbito territorial desta subcategoria de espaço, que remete primariamente para as áreas de REN envolventes às linhas de água e a tipologia REN “áreas de risco de erosão hídrica do solo”, abundam as situações de conflito/dúvida entre a qualificação nesta subcategoria ou na subcategoria “Espaços Florestais de Produção”. Por essa razão, é matéria a abordar em reunião setorial.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	A Entidade esclareceu, em reunião setorial, que não deverão ser integrados em “espaços florestais de proteção” as pequenas áreas agrícolas marginais a linhas de água e incluídas nas tipologias REN CALM ou ZAC. A opção de ordenamento que aqui se revelará mais acertada é, em função da dimensão da área agrícola em causa, é a sua qualificação como “espaços mistos de uso silvícola e agrícola”.	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL						
ORD.34	13	II. As Sub-regiões Homogéneas (SRH) do PROF CI foram representadas na proposta de Planta de Ordenamento do PDM da Covilhã incluída na documentação enviada pela Câmara em formato raster. Ocorrendo uma aferição à escala do PDM, a informação digital vetorial destes limites tem que integrar as peças gráficas do PDM, não sendo possível com a informação disponibilizada verificar com detalhe a correta aferição dos limites das SRH que integraram a proposta da Planta de Ordenamento.	Esclarecer com a Entidade quais os critérios a observar para assegurar a aferição dos corredores ecológicos à escala do PDM.	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	A Entidade esclareceu que se trata de obrigatoriedade legal a aferição dos limites das sub-regiões homogéneas do PROF para a escala do PDM. Não foram identificados pela Entidade os critérios a que deverá obedecer esta aferição. A CMC procederá à aferição destes limites, de acordo com os critérios espaciais que vier a definir, procurando ajustar, na medida do razoável, estes limites à carta base do Plano (altimetria, hidrografia e estradas/caminhos).	Recomendação acolhida
ORD.35	14	v) Os corredores ecológicos foram incluídos na planta de ordenamento contribuindo para a Estrutura Ecológica Municipal Fundamental da proposta de revisão do PDM. No entanto, será necessário trabalho de aferição e ajustamento de todos os Corredores Ecológicos representados nas cartas de síntese dos PROF à realidade biofísica que lhes está subjacente, garantindo que cumprem a sua função. A proposta não garante a promoção e salvaguarda da conexão entre áreas florestais dispersas ou as diferentes áreas de importância ecológica, incluindo áreas destinadas à produção agrícola e florestal, e solo urbano, designadamente (de notar que a Estrutura Ecológica Municipal proposta extravasa o limite de concelho).	Considera-se que os corredores ecológicos do PROF já se encontram refletidos na proposta de EEM (mais concretamente, na estrutura ecológica fundamental). Não se vislumbra uma metodologia expedita para aferição destes limites (que no PROF são meros buffers às principais linhas de água) para a escala do PDM.	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	Em face das indicações da Entidade, proceder-se-á a uma aferição dos limites dos corredores ecológicos, tendo por base dois critérios: buffer marcado com base no traçado das linhas de água e tipologias REN associadas (CALM e ZAC) utilizados na presente proposta de Plano; articulação espacial dos corredores do PROF com as restantes áreas fundamentais/complementares da EEM.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PLANTA DE CONDICIONANTES						
PLANTA DE CONDICIONANTES – RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAS						
CON.01	10	<p>Regime Florestal A área do concelho de Covilhã abrange cerca de 10 641 hectares de área submetida a Regime Florestal, incluindo Mata Nacional . A proposta de 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Covilhã necessita de ser trabalhada por forma a conciliar o ordenamento proposto com a servidão resultante do regime florestal.</p>	<p>A delimitação dos perímetros (perímetros urbanos, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa) seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, pelo que poderão verificar-se eventuais conflitos com áreas abrangidas por Regime Florestal.</p> <p>Em resultado da ponderação dos contributos do ICNF à proposta de ordenamento serão revistos os limites dos perímetros, contudo, verifica-se que alguns polígonos continuam sobrepostos com áreas sujeitas a Regime Florestal.</p> <p>Acresce que a classificação e qualificação do solo, com representação na Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, não se sobrepõe às servidões administrativas ou restrições de utilidade pública - SARUP, com representação na Planta de Condicionantes (no caso do Regime Florestal, na Planta desdobrada, relativa aos Recursos Agrícolas e Florestais).</p> <p>Pelo contrário, as disposições que resultam da localização em “perímetro” (classificação e qualificação do solo) e as que resultam da sobreposição com SARUP (regimes específicos), têm aplicação cumulativa, prevalecendo, assim, a situação menos permissiva.</p> <p>Por outro lado, entende-se que a correção dos limites do Regime Florestal deve ocorrer em procedimento autónomo da revisão do PDM, estando salvaguardada a não ocupação das áreas sobrepostas, por via da SARUP.</p> <p>Sem prejuízo, importa que o ICNF informe, desde já, qual o procedimento a seguir para iniciar as devidas correções ao Regime Florestal, no compromisso de a Câmara Municipal rever a delimitação das zonas sobrepostas (reduzindo-as ao mínimo) e remeter informação cartográfica com identificação de todas as áreas a corrigir.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Sobre a articulação entre a proposta de classificação e qualificação do solo com o regime florestal, esclareceu a Entidade que é conveniente proceder-se aos ajustes dessa servidão no horizonte temporal dos trabalhos de revisão do PDM. As áreas com ocupação edificada que preencham requisitos para classificação/qualificação como solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa deverão ser excluídas do Regime Florestal em procedimento autónomo a desencadear até à conclusão dos trabalhos de revisão, por forma a que essa servidão, na sua versão atualizada, possa ser representada na Planta de Condicionantes.</p> <p>Assim sendo, após as alterações que a CMC ainda vai introduzir na proposta de classificação/qualificação do solo em função da ponderação dos pareceres das entidades em sede da 1.ª reunião da CC (incluindo os decorrentes do parecer do ICNF), será remetida ao ICNF informação geográfica com as áreas a desafetar do Regime Florestal.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>
		<p>• Não é apresentado o limite do concelho em formato shapefile, referenciada ao sistema de coordenadas ETRS89 – Portugal TM06 (EPSG: 3763);</p>	<p>Todos os temas cartográficos são conformados com a CAOP.</p>			
CON.02	11	<p>• A proposta de regulamento inclui no capítulo referente às Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, o regime florestal (ii da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º), referindo que se encontra vertido na planta de condicionantes. Não foi possível, na planta de condicionantes, aferir se os limites considerados para o Regime Florestal têm o devido respaldo;</p>	<p>Disponibilizar a informação geográfica em formato shapefile relativa à SARUP do Regime Florestal, de forma a possibilitar a aferição dos limites considerados.</p> <p>Sem prejuízo da verificação da sobreposição das áreas sujeitas a Regime Florestal, a efetuar pelo ICNF conforme referido na disposição (COM.03) abaixo, importa ainda referir que a representação das áreas submetidas a Regime florestal (total e parcial) foi assegurada na Planta de Condicionantes – Recursos Agrícolas e Florestais, e que a informação geográfica em apreço consta também dos elementos submetidos à primeira reunião plenária.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
CON.03	11	<p>• Quanto à proposta de Solo Urbano verifica-se que se sobrepõe com o Regime Florestal, em vários pontos, o que não é compatível com esta servidão administrativa. A representação cartográfica dos limites oficiais do Regime Florestal pode acontecer que se sobreponha com áreas cuja ocupação, de facto, não é florestal. As áreas a considerar nesta situação poderão corresponder às categorias de “solo urbano”, de “aglomerados rurais” e de “áreas de edificação dispersa” uma vez que estas três categorias têm correspondência com área edificada consolidada.</p> <p>Nestas situações será despoletado o processo de retificação/correção/alteração dos limites cartográficos digitais do Regime Florestal. Para tal, a Câmara Municipal deverá desenvolver um processo de demarcação de todas as áreas cujo uso consolidado já não é florestal, enviando ao ICNF, I.P. tal processo acompanhado da respetiva informação geográfica digital, para obtenção dos limites a integrar a Planta de Condicionantes.</p> <p>A verificação da sobreposição dessas áreas com o Regime Florestal será efetuada pelo ICNF, I.P. de forma a garantir a utilização da versão mais atual do REFLOA. A informação geográfica digital deverá ser entregue em formato shapefile, referenciada ao sistema de coordenadas ETRS89 – Portugal TM06 (EPSG: 3763), com geometria do tipo polígono e com pelo menos um atributo (campo) que permita identificar as categorias acima referidas: “solo urbano”, “aglomerados rurais” e “áreas de edificação dispersa”.</p>	<p>Compatibilizar a delimitação dos limites oficiais do Regime Florestal com as áreas associadas a ocupações não florestais, nomeadamente classes/categorias associados a edificação (perímetros urbanos, AR e AED).</p> <p>A compatibilização destes usos com a SARUP do Regime Florestal será concretizada através da aferição e identificação das situações de desconformidade, e, em particular, as situações associadas a áreas já consolidadas e sem usos florestais, de modo a produzir os elementos informativos necessários à tramitação do processo de retificação/correção/alteração dos limites cartográficos digitais do Regime Florestal junto da entidade da tutela.</p> <p>A correção dos limites das áreas sujeitas a Regime Florestal tem lugar em procedimento autónomo da revisão do PDM, em curso, nos termos da ponderação CON.01.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Ver comentário ao contributo CON.01.</p> <p>Na preparação do processo de demarcação das áreas cujo uso já não é o florestal e que, por essa razão, deverão ser desafetadas do Regime Florestal, serão consideradas as instruções da Entidade:</p> <p>a) tal processo acompanhado da respetiva informação geográfica digital, para obtenção dos limites a integrar a Planta de Condicionantes.</p> <p>b) A informação geográfica digital deverá ser entregue em formato shapefile, referenciada ao sistema de coordenadas ETRS89 – Portugal TM06 (EPSG: 3763), com geometria do tipo polígono e com pelo menos um atributo (campo) que permita identificar as categorias acima referidas: “solo urbano”, “aglomerados rurais” e “áreas de edificação dispersa”.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
CON.04	11	<p>• A proposta de classificação de Solo Rústico necessita de ser revista, por não ser consonante com o disposto na servidão pública de regime florestal, em particular ao prever regime de edificabilidade; e também com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, por não observar o zonamento funcional vigente no referido programa.</p> <p>Designadamente:</p> <p>- Espaços Naturais e Paisagísticos: Na proposta de classificação de solos rústicos na categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos as propostas de regulamento relativo aos usos e atividades (artigo 73.º) contrariam o disposto na servidão pública de regime florestal. Deve ser analisado com o devido cuidado dado que aparentemente este espaço tem predominância para Espaço Florestal de Conservação;</p>	<p>Realizar uma análise sistemática em torno das áreas qualificadas como Espaços Naturais e Paisagísticos, em particular na contiguidade dos Espaços Florestais, e ponderar, caso os usos dominantes e as suas características assim o justifiquem a sua qualificação (total ou parcial) como Espaços Florestais de Conservação.</p> <p>Sem prejuízo da tramitação do processo de retificação/correção/alteração dos limites cartográficos digitais do Regime Florestal junto da entidade da tutela, importa relevar que os usos e atividades admitidos no Regulamento para esta, assim como para qualquer outra categoria de solos, ficam sujeitos aos regimes decorrentes da existência de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.</p> <p>Conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 6-º do Regulamento, na área do território municipal aplicam-se os regimes das servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, entre as quais se inclui a SARUP de Regime Florestal, conforme identificado neste artigo do Regulamento, cuja expressão territorial observa conformidade com o representado na Planta de Condicionantes – Recursos Agrícolas e Florestais.</p> <p>Acresce que a classificação e qualificação do solo, com representação na Planta de Ordenamento - classificação e qualificação do solo, não se sobrepõe às servidões administrativas ou restrições de utilidade pública - SARUP, com representação na Planta de Condicionantes (no caso do Regime Florestal, na Planta desdobrada, relativa aos Recursos Agrícolas e Florestais).</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	-	-
CON.05	11	<p>- Espaços Agrícolas de Produção: Existem áreas na categoria de espaços agrícolas de produção (ex: RAN) sobrepostos com o Regime florestal. No artigo 43º do regulamento contrariam o disposto na servidão pública de regime florestal, pois prevê-se a construção de edificações (artigo 44º) o que não pode ocorrer;</p>	<p>Adequar e articular a delimitação dos solos qualificados como <i>Espaços Agrícolas de Produção com os limites cartográficos digitais do Regime Florestal e com os limites dos Espaços Florestais que deverão estar associados a este Regime.</i></p> <p><i>Em resultado da adequação da delimitação dos Espaços Agrícolas de Produção, quaisquer situações de desconformidade com a SARUP do Regime Florestal deixarão de ocorrer, pelo que a viabilidade de edificação se mantém, nas condições estabelecidas no art.º 44.º do Regulamento do Plano, desde que assegurada a conformidade com o disposto no regime jurídico da RAN.</i></p> <p>Importa, no entanto, validar se alguma área sobreposta com Regime Florestal resulta de integração específica a que se refere o artigo 9.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional. Questão a abordar com o representante da ERRAN Centro.</p>	<p>Recomendação acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	-	-
CON.06	11	<p>- Espaços Agrícolas de Conservação: Existem áreas na categoria de espaços agrícolas de conservação sobrepostas com o Regime florestal. No regulamento, no n.º 2 do artigo 47º contrariam o disposto na servidão pública de regime florestal, pois prevê-se a construção de edificações, o que não pode ocorrer.</p>	<p>Ver comentário anterior.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
CON.07	11	- Espaços destinados a equipamentos: Existem, sobrepostos com o Regime florestal, exemplos como o campo de futebol murado e infraestruturado em Unhais da Serra, na área do Heliporto a sede dos Baldios de Cortes dos Meio, entre outros, e o campo de futebol de Cortes do Meio. Nem todos estes equipamentos são considerados na proposta de ordenamento. Devem ser analisadas pormenorizadamente todas as propostas de equipamentos.	Ver comentários anteriores.	Recomendação acolhida	-	-
CON.08	12	- Espaços destinados a infraestruturas: Foram incluídas áreas, como o Centro de limpeza de neve e a ex-base do teleférico, sobrepostos com o Regime Florestal. Deve ser detalhado o objetivo das infraestruturas como a ex-base do teleférico.	A correção dos limites das áreas sujeitas a Regime Florestal tem lugar em procedimento autónomo da revisão do PDM, em curso, nos termos da ponderação CON.01. Relacionado com a ponderação ORD.05.	Recomendação acolhida Questão a abordar em reunião setorial	-	-
CON.09	12	- Espaços Florestais: Deve ser analisada a pertinência das propostas de subcategorias, de acordo com as suas funções principais e respeitando o disposto no PROF.	A definição das subcategorias seguiu o definido no ponto 2 do artigo 17.º do DR 15/2015, de 19 de agosto, dando suporte à estratégia de desenvolvimento local e ao modelo de organização espacial do território municipal. Sem prejuízo, será realizada uma revisão sistemática da proposta de qualificação dos Espaços Florestais, de acordo com os usos dominantes que a eles se encontram associados e em cumprimento do disposto no PROF-CI, por sub-região homogénea.	Recomendação não acolhida Questão a abordar em reunião setorial	No seguimento das indicações da Entidade será realizada uma revisão sistemática da proposta de qualificação dos Espaços Florestais, de acordo com os usos dominantes que a eles se encontram associados e em cumprimento do disposto no PROF-CI, por sub-região homogénea. Isto é, far-se-á uma análise espacial de sobreposição entre as diferentes subcategorias de espaços florestais para se verificar a adequabilidade da qualificação e respetiva regulamentação às funções principais definidas para cada uma das sub-regiões homogéneas.	Recomendação acolhida
CON.10	12	• As áreas submetidas a Regime Florestal foram também incluídas na Estrutura Ecológica Municipal Complementar representada na Planta de Ordenamento (documento: 02.2_RPDMC_EF_PO_EEM_2024.05_vf em raster e EEC_2024.05 em formato digital). Sobre esta proposta há a referir o seguinte: - Quando se refere “Perímetros florestais sujeitos a Regime Florestal” deve ser utilizado o termo “Áreas submetidas a Regime Florestal”, pelo que deve ser corrigido o texto da página 86, alínea f), do n.º 7, do artigo 135º, assim como a legenda da planta de ordenamento;	Adequar a referência às áreas submetidas a Regime Florestal que integram a Estrutura Ecológica Municipal Complementar e assumir a menção ao termo “Áreas submetidas a Regime Florestal”, ao invés de “Perímetros florestais sujeitos a Regime Florestal”, em conformidade com o sugerido pela entidade. A adequação desta referência será assumida em todos os elementos escritos e desenhados que lhe façam referência, designadamente na Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal, Relatório do Plano e Regulamento.	Recomendação acolhida	-	-
CON.11	12	- De acordo com as peças gráficas em formato digital vetorial, a EEF e a EEC sobrepõe-se numa área considerável, extravasando a EEF o limite do concelho, situação que deve ser corrigida.	Adequar a delimitação das componentes da EEM que integram a EEF e a EEC, de modo a evitar sobreposições e compatibilizar a delimitação da EEM com os limites administrativos do concelho. Todas as representações cartográficas serão acertadas pelos limites da CAOP.	Recomendação acolhida	-	-
CON.12	12	- Também o regulamento, em particular o n.º 4 do artigo 136º, deve ser alterado, pois este articulado contraria o PROF.	Carece de esclarecimento/articulação com a entidade, já que persistem dúvidas sobre o âmbito material das regras relativas à gestão florestal que possam ser estabelecidas para a EEM.	Recomendação acolhida Questão a abordar em reunião setorial	Ver comentário ao contributo REG.23.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1.ª PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
CON.13	12	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Relativamente às captações de águas públicas e faixas de proteção, assim como as respetivas condutas, não constam, designadamente as da MN da Covilhã e outras áreas comunitárias submetidas a Regime Florestal;</i> 	<p>As áreas de proteção dos sistemas e redes de infraestruturas observam o previsto na legislação em vigor, sendo representadas na Planta de Condicionantes, sempre que a elas se encontre instituída a respetiva SARUP.</p> <p>No caso presente, e não se verificando a constituição de servidões em torno das captações de águas públicas e faixas de proteção, estes elementos encontram-se representados na Planta de Ordenamento – Área de Salvaguarda – Riscos, na qual se agrega toda a informação geográfica disponível.</p>	Recomendação não acolhida	-	-
CON.14	12	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A informação geográfica denominada “IC6_Previsto_2024.05” não possui qualquer informação na tabela de atributos, pelo que deverá ser detalhado o que se pretende com esta proposta.</i> 	<p>A inclusão do traçado do Itinerário Complementar previsto - IC6 e da área <i>non aedificandi</i> prevista que a ele se encontra associada resulta da articulação da proposta do Plano com o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), uma vez que este eixo viário, apesar de não se encontrar ainda executado, faz parte integrante da Rede Nacional Complementar.</p> <p>Confirmar quais os atributos e informação relativa ao traçado do IC6 e considerar.</p>	Recomendação acolhida	-	-
CON.15	13	<p>v) <i>O regulamento inclui nas Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública as espécies florestais protegidas pela alínea a) do artigo 8.º do regulamento do PROF CI (incluídas na i da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da proposta de regulamento do PDM), referindo o Sobreiro, a Azinheira e o Azevinho. Refere também que se encontram vertidas na planta de condicionantes. Verificada a peça gráfica constata-se que nem todas as áreas com povoamento de sobreiros e azinheira, com restrições à alteração da ocupação e uso do solo, nos termos do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio que existem no concelho, constam da planta. Deve ser garantido que não se verificam conflitos entre estas áreas (povoamentos de sobreiro e azinheira) e as propostas de solo urbano, e/ou rústico, destinado a outros usos/atividades diferentes das florestais (lembrando o polígono industrial do Tortosendo, muito próximo de áreas com povoamentos florestais de sobreiro); incluindo designadamente as áreas dos projetos de compensação por abate de povoamentos instalados no Dominguiso, Sarzedo, Erada e Mata Nacional da Covilhã.</i></p>	<p>A salvaguarda do cumprimento do regime estabelecido neste diploma, designadamente as restrições/proibições que estabelece às conversões, cortes ou arranques, alterações de uso do solo em áreas de povoamento de azinheira/sobreiro fica salvaguardada com a integração, no Regulamento do Plano, designadamente no título referente às Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, de uma disposição que identifica a existência de espécies florestais protegidas, designadamente sobreiro, azinheira e azevinho (Vd. subalínea i) da alínea d) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento).</p> <p>A dificuldade que se levanta na representação destas áreas na Planta de Condicionantes tem que ver com dois aspetos: primeiro, a disponibilidade de informação de base, com escala adequada à do PDM, para se delimitarem os povoamentos de sobreiros e azinheiras; o caráter dinâmico deste tipo de ocupação florestal.</p> <p>Assim sendo, pretende-se discutir a viabilidade e imprescindibilidade de representação destas áreas na Planta de Condicionantes em sede de reunião setorial.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p> <p>Questão a abordar em reunião setorial</p>	<p>Considerando a inexistência de um informação de base que permita uma representação extensiva a todo o concelho dos povoamentos de Sobreiro, Azinheira e Azevinho, e o caráter dinâmico deste tipo de ocupação florestal, a CMC não pretende representar esta servidão na Planta de Condicionantes. Isso não significa que a servidão deixe de ser listada no art.º 6.º (SRUP – Identificação) do Regulamento. De qualquer forma, a CMC assumiu o compromisso de analisar esta questão em maior detalhe, ponderando para o efeito a informação cartográfica a disponibilizar pelo ICNF.</p>	Recomendação não acolhida

Ponderação do parecer da ULS Cova da Beira

QUADRO 1

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA COVA DA BEIRA (ULS-CB)

Ponderação do parecer emitido¹ em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GERAL				
SAÚDE				
GER.01	1-2	<p>I - Saúde</p> <p>(...)</p> <p><i>Ainda assim, o acesso aos cuidados de saúde por parte da população merece especial atenção, sendo para isso necessário:</i></p> <p><i>- Melhorar as condições estruturais das unidades de saúde;</i></p>	<p>A proposta de Plano não integra, tanto em termos de qualificação do solo na Planta de Ordenamento, como no Programa de Execução, quaisquer propostas relacionadas com a melhoria “das condições estruturais das unidades de saúde” porque esta matéria extravasa o âmbito do procedimento de Revisão do PDM.</p>	Recomendação não acolhida
GER.02	2	<p><i>- Disponibilizar uma rede de transportes e circuitos adequada, de forma a proporcionar melhor acesso aos serviços de saúde (população mais dispersa e sem meios para deslocação).</i></p>	<p>A disponibilização de “uma rede de transportes e circuitos adequada” não faz parte do conteúdo material do PDM, sendo matéria dos estudos e planos de mobilidade, elaborados ao nível municipal ou intermunicipal, na medida em que enquadram a definição das linhas/percursos do serviço público de transporte de passageiros concessionados pela autoridade de transportes (CIM Beiras e Serra da Estrela).</p> <p>De qualquer forma, as propostas do PDM, em termos de ordenamento do território e das propostas para a extensão/qualificação da rede viária ou de infraestruturas de mobilidade e transportes (como é o caso da infraestrutura intermodal prevista), não deixarão de contribuir para este desiderato.</p> <p>Assim sendo, esta é uma preocupação assumida ao nível estratégico (nos objetivos estratégicos que enformam a estratégia de desenvolvimento territorial) mas que não se materializa em propostas concretas do PDM.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
POLUIÇÃO SONORA I CARTA DO RUÍDO				

¹ A ponderação incide sobre os contributos já apresentados no âmbito do parecer emitido na sequência da apreciação dos elementos iniciais do Plano, uma vez que a entidade reiterou, no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, o posicionamento anteriormente assumido.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.03	2	<p>II – Poluição sonora / carta do ruído</p> <p><i>O mapa de ruído elaborado em 2005, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 212/2000, de 14 de novembro, e aprovado na Assembleia Municipal a 15 de fevereiro de 2008, deve ser atualizado, sobretudo nos eixos rodoviários mais intensos, nas zonas industriais, na envolvente ao complexo mineiro da Panasqueira e nas áreas comerciais, de modo a planejar, prevenir e corrigir situações que tal o exijam.</i></p> <p><i>Sempre que se justifique devem ser implementadas formas concretas de combate, como sendo:</i></p> <p><i>- Distribuição adequada das fontes de ruído previstas;</i></p>	<p>O Mapa de Ruído foi atualizado em 2021, tendo por base as mais recentes exigências decorrentes do atual quadro legal. O “novo” Mapa de Ruído traduz a situação de referência do concelho em matéria de ruído, constituindo, assim, uma ferramenta relevante no planeamento urbano, no desenvolvimento urbanístico, na definição de zonas de atividades, no controlo de Ruído e no apoio ao processo de tomada de decisão.</p> <p>O Mapa de Ruído da situação de referência (e da situação previsional) é obrigatoriamente ponderado na definição das propostas do PDM em termos de classificação e qualificação do solo, procurando-se minimizar as situações de conflito acústico (áreas em que os níveis de ruído medidos/previstos excedem os limites máximos estabelecidos para as zonas mistas e sensíveis).</p> <p>A proposta de revisão do Plano assume, em sede de Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico, a definição de Zonas Mistas e Sensíveis, assim como a identificação das zonas de conflito acústico, nas quais se verificam níveis de ruído que excedem os valores máximos admitidos na legislação em vigor. Na determinação das zonas de conflito acústico que constarão da versão final do Plano, são ponderados os níveis de ruído previstos no Mapa de Ruído previsional (considerando as novas fontes de ruído que resultam de propostas do Plano), o qual acompanhará o mesmo Plano.</p> <p>De forma a mitigar os efeitos associados à existência de níveis de ruído, é igualmente integrada no Regulamento do Plano uma secção especificamente associada a esta temática, nela se incluindo, para além da expressão territorial do zonamento acústico assumido na Planta de Ordenamento, o regime a observar nas zonas de conflito acústico identificadas, de modo a minimizar os efeitos negativos da exposição às fontes de ruído em presença, o qual decorre do Regulamento Geral do Ruído (artigos 11.º e 12.º), prevendo, a este propósito, a elaboração de planos municipais de redução de ruído para as áreas identificadas no PDM como áreas de conflito acústico (artigo 8.º).</p>	Recomendação acolhida
GER.04	2	<p><i>- Reforço da rede de transportes públicos com o objetivo de diminuir o tráfego automóvel particular.</i></p>	<p>No que observa relação com o reforço da rede de transportes públicos com o objetivo de diminuir o tráfego automóvel particular, importa atender ao anteriormente exposto na ponderação relativa ao contributo GER.02, sendo ainda de evidenciar a importância assumida com a crescente aposta na mobilidade suave, sobretudo na sede de concelho.</p> <p>Trata-se de matéria que, como referido, não se encontra dentro do conteúdo material do PDM. De qualquer forma, a análise e propostas a este nível estabelecidas no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável poderão, na sua dimensão urbanística/infraestrutural, ser vertidas no Plano, a garantir, contudo, numa fase posterior.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
HABITAÇÃO				
GER.05	2	<p>III- Habitação</p> <p><i>As condições de habitabilidade devem ser aprofundadas, permitindo assim a identificação das carências existentes e uma intervenção adequada às habitações com deficientes condições sanitárias.</i></p>	<p>Não obstante os Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã integrarem uma abordagem que sustenta o estabelecimento de uma situação de referência do concelho em matéria de habitação, com o inerente diagnóstico das condições de habitabilidade, esta temática é desenvolvida de forma mais pormenorizada na Estratégia Local de Habitação de Covilhã (ELHC) e na Carta Municipal de Habitação.</p> <p>Como determina a Lei de Bases da Habitação (artigo 22.º), a Carta Municipal de Habitação (CMH) é o instrumento de planeamento da habitação ao nível municipal que deve ser ponderado na elaboração/revisão do PDM. Há, de facto, propostas da CMH que poderão ter reflexo no PDM, sobretudo no dimensionamento e localização dos solos urbanos para construção de habitação pública ou habitação acessível, e na regulamentação de incentivos (no âmbito do sistema perequativo) à promoção de determinadas soluções habitacionais.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.06	2	- A criação e expansão de novas áreas urbanas requer a inclusão de novos espaços para a prática lazer ao ar livre e zonas verdes;	O modelo de ordenamento proposto pelo Plano procura assegurar a compatibilização dos diferentes usos e atividades admitidas, considerando, para além da salvaguarda das áreas que sustentam a presença de valores naturais, a criação de uma significativa área destinada a usos de recreio e lazer, designadamente através da qualificação de áreas urbanas como Espaços Verdes de Enquadramento e Espaços Verdes de Utilização Coletiva, integrando-se nesta última subcategoria de solos os espaço associados à generalidade dos jardins e parque existentes e previstos.	Recomendação acolhida
GER.07	2	- Alargamento da resposta social aos bairros mais desfavorecidos e às pessoas com maiores dificuldades económicas mais vulneráveis (como é o caso da zona histórica da cidade, Cantar Galo, S. Domingos e Bairros sociais do Teixeira, Boidobra e Tortosendo);	Ver ponderação relativa ao contributo GER.05.	Recomendação acolhida
GER.08	2	-Alargar o plano de reabilitação urbana a zonas degradadas e a necessitar de intervenção;	<p>A temática da reabilitação urbana enquadra-se nos objetivos estratégicos (OE) subjacentes à revisão do PDM, uma vez que as opções estratégicas de ordenamento visam o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento territorial centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído.</p> <p>Integram igualmente os OE da revisão do Plano, entre outros, a melhoria da qualidade do espaço urbano e o reforço e manutenção da política de infraestruturização das redes de abastecimento de água e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, objetivos que são efetivamente indissociáveis da qualificação e reabilitação urbana.</p> <p>A concretização destes objetivos será assegurada, num primeiro momento, através da delimitação dos aglomerados urbanos e do reforço das infraestruturas urbanas em presença e que sustentam a produção de um espaço urbano qualificado e atrativo à instalação de novos usos e atividades.</p> <p>De relevar, ainda, que o Município implementou uma estratégia que privilegia a reabilitação urbana, sendo a mesma territorializada nos principais aglomerados urbanos do Concelho através da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) (no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – DL 307/2009).</p> <p>No âmbito desta estratégia, e tendo presente o atual quadro legal, o Município da Covilhã procedeu à delimitação de 28 áreas de reabilitação urbana (ARU), sendo de evidenciar que, deste conjunto de ARU, foram já aprovadas 5 Operações de Reabilitação Urbana (ORU), com destaque, pela sua expressão territorial e relevância ao nível do sistema urbano municipal, para a ORU da ARU do Centro Urbano da Covilhã.</p> <p>Refira-se, de qualquer forma, que a delimitação e programação das ARU não é matéria do PDM, já que têm um regime legal específico.</p>	Recomendação acolhida
GER.09	2	- Proceder ao arranjo ou substituição das infraestruturas básicas e envelhecidas;	<p>O arranjo e a substituição de “infraestruturas básicas e envelhecidas” são assegurados de forma continuada, no âmbito das intervenções anuais inscritas nas Grandes Opções do Plano, documento elaborado anualmente pelos serviços da CMC.</p> <p>Complementarmente, constam da proposta de revisão do Plano as intervenções necessárias à supressão das carências diagnosticadas em matéria de infraestruturas urbanas, designadamente nas áreas urbanas que ainda não se encontram servidas por estas infraestruturas e nas novas áreas propostas que se pretendem ver submetidas a operações de urbanização e subsequente edificação.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.10	3	- <i>Proceder à melhoria da eficiência energética dos edifícios.</i>	<p>A “melhoria da eficiência energética de edifícios” está já salvaguardada no Regulamento do Plano, designadamente no âmbito das Disposições para os Empreendimentos Turísticos e Atividades Relacionadas (Vd. art.º 23.º - Requisitos de eficiência ambiental para a instalação de empreendimentos turísticos) e das disposições relacionadas com a Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (Vd. artigo 26.º - Ambiente urbano e artigo 28.º - Eficiência ambiental dos recursos).</p> <p>Refira-se ainda que a promoção da eficiência energética, em termos de exigências técnicas impostas às obras nos edifícios, não é matéria que possa ser regulamentada no PDM, atento o seu conteúdo material, contudo estas matérias foram abordadas no âmbito da elaboração do PMAC e do PAESC.</p>	Recomendação Parcialmente acolhida
QUALIDADE DO AR I ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				
GER.11	3	IV – Qualidade do ar / alterações climáticas - <i>Implementar medidas que visem a eficiência energética, a partir de fontes renováveis;</i>	A exploração de recursos energéticos renováveis é assegurada no Regulamento do Plano (Vd. art.º 33.º), sendo assumido um conjunto de disposições que orientam e regulam a implantação de instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis e a subsequente transição para o consumo de “energia verde”.	Recomendação acolhida
GER.12	3	- <i>Disponibilizar uma rede de transportes públicos mais ecológicos;</i>	Em matéria de reforço da rede de transportes públicos com o objetivo de diminuir o tráfego automóvel particular, importa atender ao anteriormente exposto na ponderação relativa à disponibilização de uma rede de transportes e circuitos adequada (Ver ponderação relativa ao contributo GER.02), sendo ainda de evidenciar a importância assumida com a crescente aposta na mobilidade suave, sobretudo na sede de concelho.	Recomendação parcialmente acolhida
GER.13	3	- <i>Criação do mapa concelhio, representativo da população, mais vulnerável aos fenómenos meteorológicos extremos.</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito documental do Plano.	Recomendação não acolhida
JARDINS E PARQUES				
GER.14	3	V – Jardins e parques - <i>Reabilitar os jardins e parques, tornando-os mais acolhedores e providos de equipamentos lúdicos e recreativos adaptados aos diferentes utilizadores.</i>	<p>A proposta de revisão do Plano contempla a criação de alguns espaços verde estruturantes, sendo igualmente regulamentados regimes de edificabilidade a observar nas áreas qualificadas como Espaço Verdes de Utilização Coletivas, nos quais se integram os jardins e parques públicos existentes e já delimitados nos principais aglomerados urbanos do concelho.</p> <p>São admitidos nestes espaços usos compatíveis com o seu caráter de recreio e lazer e que contribuem para a sua qualificação, entre eles se incluindo a instalação de infraestruturas de apoio ao recreio e lazer, mobiliário urbano, equipamentos de caráter lúdico e, instalações desportivas, entre outros.</p>	Recomendação acolhida
PARQUES INFANTIS				
GER.15	3	VI – Parques infantis - <i>Assegurar a segurança dos parques infantis, com implementação de um programa de monitorização, que impeça a sua degradação e assegure as condições de segurança.</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida
ÁGUA DE CONSUMO HUMANO				
GER.16	3	VII – Água para consumo humano <i>O abastecimento e a qualidade da água fornecida através dos sistemas públicos, tem segundo os dados, sido adequadamente garantida. No entanto, deve:</i> - <i>Ser garantido o abastecimento em qualidade e quantidade aos novos locais de expansão urbana e industrial;</i>	O abastecimento de água em qualidade e quantidade aos novos locais de expansão urbana e industrial será assegurado, uma vez que todas as novas áreas urbanas previstas no âmbito da proposta de Revisão do PDM terão de ser dotadas de infraestruturas básicas.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.17	3	- <i>Alargar o plano de segurança da água, a todos os sistemas de abastecimento público, com medidas que os valorizem e protejam, de forma a dar continuidade aos padrões de qualidade e segurança. Devem ser incluídos os sistemas anteriormente geridos pelas freguesias de Unhais da Serra, Cortes do Meio e Erada.</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano. Porém, e por intermédio da empresa ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ EM., têm vindo a ser implementados Planos de Segurança da Água (PSA) nos sistemas de abastecimento da sua responsabilidade, em resposta a um desafio lançado pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. O alargamento dos PSA e a inclusão dos sistemas identificados pela entidade, assim como outros que decorram da criação de novas áreas urbanas resultantes da proposta de revisão do Plano, serão igualmente assumidos.	Recomendação não acolhida
GER.18	3	- <i>Programação regular de limpeza e proteção das zonas envolventes às captações;</i>	A proposta de Plano, na sua Planta (desdobrada) de Ordenamento, identifica as captações de água para consumo humano e os respetivos perímetros de proteção que ainda não tenham servidão constituída nos termos da lei. Esta matéria não era contemplada no PDM em vigor, e contribuirá para a proteção de captações de água que, por falta de formalização da servidão, se encontravam “desprotegidas”.	Recomendação parcialmente acolhida
GER.19	3	- <i>Suprimir a escassez da água com aproveitamento de captações alternativas (fontanários), já existentes, de forma a serem utilizados em caso de catástrofe;</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida
GER.20	3	- <i>Implementar medidas que reduzam as perdas e a consequente qualidade da água nos sistemas de abastecimento.</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano. Contudo, a implementação deste tipo de medidas, assim como a execução da generalidade das intervenções nestes sistemas tem sido assegurada pelas Empresas Municipais.	Recomendação parcialmente acolhida
TRANSPORTES				
GER.21	4	VIII – Transportes públicos - <i>Melhorar a oferta de transportes públicos (frequência e qualidade) sobretudo aos aglomerados populacionais com maiores necessidades.</i>	Articular com a ponderações relativa ao contributo GER.02.	Recomendação parcialmente acolhida
INSALUBRIDADE				
GER.22	4	IX – Insalubridade - <i>Introduzir regras que impeçam a proliferação de um elevado número de animais (cães, gatos e pombos) e as consequentes reclamações sanitárias;</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida
GER.23	4	- <i>Elaborar programa de monitorização dos pontos críticos (fontes ornamentais, lagos, águas residuais, etc.) de modo a evitar o desenvolvimento de vetores transmissores de doença, como sendo o mosquito</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida
MOBILIDADE I ACESSIBILIDADE				
GER.24	4	X – Mobilidade / acessibilidade - <i>Implementar medidas alternativas que permitam às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida frequentar espaços públicos, culturais e equipamentos;</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano. Contudo, esta matéria integra as necessidades que suportaram a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, em curso.	Recomendação não acolhida
GER.25	4	- <i>Traçar circuitos pedonais seguros e isentos de barreiras arquitetónicas; - Criação de ciclovias seguras.</i>	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano. Contudo, esta matéria integra também as necessidades que suportaram a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, em curso. Tratando-se de matéria de desenho urbano, poderá ainda integrar instrumentos de planeamento, porém, de maior escala do que o PDM.	Recomendação não acolhida
GER.26	4	- <i>Alargar elou reforçar a rede de iluminação pública a locais pedonais, que o justifiquem;</i>	A identificação e caracterização das condições de iluminação pública em espaços públicos e a elaboração de propostas especificamente direcionadas para a supressão de eventuais carências neste domínio extravasa igualmente o âmbito do Plano. Este tipo de ações deverá ser enquadrado em ações de reabilitação urbana, sujeitas à elaboração de estudos e/ou projetos específicos.	Recomendação não acolhida
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.27	4	XI - Resíduos sólidos urbanos - Proibir a deposição de resíduos sólidos em áreas não autorizadas, nomeadamente aquelas suscetíveis de poluir as águas e os solos;	A proibição de deposição de resíduos sólidos em áreas não autorizadas encontra-se salvaguardada no artigo 31.º (Utilizações e intervenções interditas) do Regulamento do Plano.	Recomendação acolhida
GER.28	4	- Apostar na recolha diferenciada de resíduos e na sua valorização;	Não obstante o PDM definir o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial e estabelecer a caracterização dos sistemas de infraestruturas urbanas, entre os quais se inclui a recolha, depósito e tratamento de resíduos (vd. alínea a) do n.º 1 do artigo 96.º (Conteúdo material), as matérias sugeridas pela entidade, em razão de especificidade que apresentam, afiguram-se merecedoras de enquadramento em Regulamento Municipal próprio.	Recomendação parcialmente acolhida
GER.29	4	- Alargar o programa de recolha de óleos alimentares, a toda a população.	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida
PARQUE ESCOLAR				
GER.30	4	XII – Parque Escolar - Promover a segurança e contribuir para a prevenção dos acidentes no espaço escolar e envolventes;	As medidas sugeridas, pela especificidade que observam, extravasam o conteúdo material do Plano, observando, no entanto, enquadramento na Carta Educativa (CE), que integra o conteúdo documental da proposta de revisão do PDM. A nova versão da CE da Covilhã reforça a necessidade de algumas ações que visam o reordenamento do parque escolar, pelo que as recomendações que observem relação direta com o âmbito da Carta Educativa deverão ser vertidas nesse documento.	Recomendação não acolhida
GER.31	5	Avaliar as condições de segurança, higiene e saúde nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho, incluindo as cantinas e espaços de recreio em articulação com os serviços de saúde pública locais;	Ver ponderação relativa ao contributo anterior.	Recomendação não acolhida
GER.32	5	- Assegurar condições de transporte em segurança, com horários adequados;	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida
SOLOS E MINAS				
GER.33	5	XIII – Solos e minas - No Concelho estão identificados três concessões mineiras (Panasqueira, Argemela e Lameiras n.1). Conhecendo os elevados valores de radioatividade, nas explorações mineiras de volfrâmio, são necessárias ações de resolução ambiental, que impeçam a sua libertação.	As ações de resolução ambiental associadas à exploração de recursos geológicos observam o cumprimento da legislação em vigor e estão devidamente salvaguardadas no Regulamento do Plano, resultando as disposições relacionadas com esta matéria da articulação decorrente do acompanhamento do Plano por parte da entidade da tutela.	Recomendação acolhida
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO				
GER.34	5	XIV – Desenvolvimento turístico Considerando essencial à valorização das praias e piscinas naturais, detentoras de um elevado potencial para a prática balnear e de turismo, deve ser implementado um programa de monitorização onde constem entre outros o controlo da qualidade da água, a avaliação de condições de segurança e funcionamento das instalações de apoio, por forma a identificar e alterar potenciais problemas.	A matéria em apreço extravasa o âmbito material do Plano.	Recomendação não acolhida

Ponderação do parecer da ANAC

QUADRO 1

AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.01	1	<p><i>Analizados os elementos disponibilizados na PCGT para apreciação na 1ª reunião plenária do processo de revisão do PDM da Covilhã, importa referir que, em termos de infraestruturas aeronáuticas, no território abrangido pelo PDM, encontram-se o Heliporto do Centro Hospitalar Cova da Beira e ainda o Heliporto de Cortes do Meio, infraestruturas que não dispõem de servidão legalmente constituída.</i></p> <p><i>Ambas as infraestruturas prosseguem funções de interesse público, operando com voos de emergência médica e voos de combate a incêndios e proteção civil.</i></p> <p><i>A forma legal de proteção do espaço aéreo, por forma a garantir o funcionamento das infraestruturas aeronáuticas em segurança, deve ser a constituição de servidões aeronáuticas. Constatando-se, no entanto, que essas infraestruturas não têm servidão legalmente constituída, a única forma de garantir a defesa do espaço aéreo na envolvente, impedindo o crescimento de obstáculos que poderão de uma forma prematura impedir o seu normal funcionamento em segurança, será, em sede de PDM, a constituição de zonas de proteção.</i></p> <p><i>As zonas de proteção deverão ser definidas em termos de delimitação de áreas na Planta de Ordenamento e, no Regulamento do PDM, deverão estar contidas as restrições de âmbito urbanístico, ou outras, a aplicar nas referidas áreas abrangidas, de forma a salvaguardar a não perfuração das superfícies limitativas de obstáculos. As respetivas superfícies limitativas de obstáculos, devem ser definidas de acordo com o estabelecido no ANEXO 14, Volume II, 5ª Edição.</i></p>	<p>Sem prejuízo de não existirem servidões legalmente instituídas e tendo por objetivo garantir o funcionamento das infraestruturas aeroportuárias em segurança, será acautelada a delimitação de zonas de proteção, nos termos propostos. A representação destas zonas de proteção será assegurada na Planta de Ordenamento até à publicação de diploma legal que institua as servidões do Heliporto do Centro Hospitalar Cova da Beira e do Heliporto de Cortes do Meio, sendo complementada, no Regulamento do Plano, com a integração de um artigo que salvede as restrições de âmbito urbanístico, ou outras, a aplicar nas referidas áreas abrangidas, de forma a salvaguardar a não perfuração das superfícies limitativas de obstáculos, em cumprimento do referido ANEXO 14.</p>	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da DGEG

QUADRO 1

DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA (DGEG)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RECURSOS ENERGÉTICOS - COMBUSTÍVEIS				
RELATÓRIO				
REL.01	2	<i>De referir, no entanto, a existência de uma situação que carece de correção, nomeadamente no documento Proposta Preliminar de Relatório, no capítulo 6.4.4 GASODUTOS E OLEODUTOS, onde consta "RNTGN" deverá constar "RNTG", que corresponde à sigla de Rede Nacional de Transporte de Gás, de acordo com o Decreto-Lei n. 2 62/2020, de 28 de agosto.</i>	Na secção 6.4.4 (Gasodutos e Oleodutos) do Relatório do Plano corrigir a referência à Rede Nacional de Transporte de Gás e assumir a menção à sigla “RNTG”, ao invés de “RNTGN”, em conformidade com o indicado pela entidade.	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				
REG.01	2	<i>Da análise à documentação referida, verifica-se, na presente data, a ausência de elementos suscetíveis de condicionar a instalação de infraestruturas na área dos combustíveis, nomeadamente no que respeita à mencionada proposta de Regulamento bem como a definição de objetivos de sustentabilidade e de indicadores presentes no relatório ambiental.</i>	O Regulamento integra já um artigo (Vd. art.º 141. - Áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis) que regula a instalação desta infraestrutura associada ao setor dos combustíveis. Proceder-se-á a uma reponderação do regime que se impõe para esse tipo de uso/atividade, considerando, nomeadamente, a sua compatibilidade com algumas categorias/subcategorias de solo (no solo rústico e no solo urbano).	Recomendação acolhida
REG.02	2	<i>No documento Regulamento, no Artigo 147.º - Âmbito onde consta "Rede de abastecimento de gás" ponderar substituir por "Rede de transporte (gasoduto de alta pressão ou de 1.º escalão)" e/ou "Rede de distribuição de gás (gasoduto de média pressão ou de 2.º escalão)".</i> <i>Também neste documento, no Artigo 6.º - Identificação, alinha h) Infraestruturas, onde consta "Gasodutos" ponderar substituir por "Gasodutos de alta pressão ou de 1º escalão" e/ou "Gasodutos de média pressão ou de 2.º escalão", onde aplicável.</i>	Nos art.º 6.º e 147.º do Regulamento assumir as alterações, em conformidade com o sugerido pela entidade. Articula-se com a ponderação relativa ao contributo CON.01.	Recomendação acolhida
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA				
AAE.01	2	<i>No documento Relatório Ambiental Provisório de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), no capítulo 8.2 FCD2 - QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS onde consta “...Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infraestruturas das concessões de gás natural...” ponderar substituir por “...Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação de infraestruturas de rede de transporte e de distribuição (gasodutos de média pressão) de gás natural,...”.</i>	No capítulo 8.2 do RA, alterar a redação, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
CON.01	3	<i>Na Legenda do Desenho de Planta de Condicionantes, onde consta "Gasodutos" ponderar substituir por "Gasodutos de alta pressão ou de 1.º escalão"</i>	Corrigir a legenda da Planta de Condicionantes e assumir a referência a "Gasodutos de alta pressão ou de 1.º escalão", ao invés de apenas “Gasodutos”, em conformidade com o sugerido. Rever, de forma sistemática, as referências ao termo “Gasodutos” nos elementos escritos do Plano e, em particular no Regulamento, Estudos de Caraterização, Relatório, de forma a assumir a compatibilidade com o constante da Planta de Condicionantes.	Recomendação acolhida
RECURSOS ENERGÉTICOS – ENERGIA ELÉTRICA				
GERAL				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.01	4	<p>2) Sugere-se que se promova a compatibilização do PDM com a rede elétrica de serviço público (RESP), incluindo a evolução prevista no:</p> <ul style="list-style-type: none">• Plano de Desenvolvimento Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) e• Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (PDIRT). <p>Neste sentido, entendemos como positivo que no âmbito desta revisão do PDM o Município providencie contactos com:</p> <ul style="list-style-type: none">• A concessionária da rede pública de distribuição (E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A)• A concessionária da rede pública de transporte (REN Rede Elétrica Nacional, S.A.).	<p>As entidades da tutela em matéria de rede elétrica de serviço público fazem parte integrante da Comissão Consultiva que assegura o acompanhamento do Plano, não tendo assumido no âmbito das suas competências qualquer pronúncia e ou contributo com efeitos ao nível da proposta do Plano.</p>	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				
REG.03	4	<p>3) Em concretização do Artigo 38.º, n.º 2 da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), o artigo 27.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, (RJIGT) determina a supremacia dos programas setoriais que concretizam políticas públicas com incidência territorial, como é o caso do PDIRT atento o agora claramente expresso no artigo 124.º do RJSEN (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro), cabendo aos planos municipais a articulação das políticas setoriais com incidência local através da definição de regimes de uso do solo compatíveis com as estratégias setoriais com incidência territorial, nomeadamente na área da energia.</p> <p>Tendo presente este enquadramento, caberá ao Plano Diretor Municipal proceder à referida compatibilização, pelo que se propõe a introdução de norma regulamentar que expressamente reconheça que as infraestruturas enquadradas no PDIRT e no PDIRD são compatíveis com todas as categorias de solo rústico e urbano, estando isentas de controlo prévio ou de qualquer outro reconhecimento, de forma a garantir a compatibilidade do PDM com o PDIRT e o PDIRD, salvaguardando a validade do plano. A este propósito recorda-se que a lei culmina com a nulidade das normas dos planos que violem qualquer programa com o qual devessem ser compatíveis — cfr. Artigo 129.º, n.º 1 do RJIGT.</p> <p>Finalmente e sobre o interesse nacional destas instalações, faz-se notar que este tipo de infraestruturas (as linhas elétricas de serviço público), quer no transporte quer na distribuição, são de indubitável utilidade pública e de reconhecido interesse público (nacional e, em alguns casos, comunitário), tal como expressamente a lei e a regulamentação reconhecem.</p>	<p>Para o Solo Rústico, já se prevê no n.º 4 do art.º 30.º o "transporte e distribuição de energia elétrica" como uso compatível. No Solo Urbano, essa compatibilidade está implícita no art.º 95.º.</p> <p>No que se refere à proposta de “isenção de controlo prévio ou qualquer outro reconhecimento”, não é matéria de PDM, estando as operações urbanísticas necessárias à execução das infraestruturas em causa sujeitas aos procedimentos definidos no RJUE ou Regulamento Municipal.</p> <p>Articular com ponderação assumida relativamente ao contributo anterior.</p>	Recomendação acolhida
REG.04	5	<p>No Artigo 15.º - Condições gerais de edificação</p> <p>Sugere-se exclusão do ponto n.º 2, não fazendo depender a localização, construção ou instalação de centrais de biomassa, unidades de valorização orgânica (bioresíduos), parques solares, parques eólicos, barragens ou outras instalações de aproveitamento de recursos energéticos do reconhecimento do relevante interesse público, emitida pela Assembleia Municipal.</p>	<p>A sugestão de supressão do n.º 2 do art.º 15.º é contraditória com o assumido no contributo REG.06, relativo ao art.º 33.º (Exploração de recursos energéticos renováveis), verificando-se que a sugestão de reformulação de redação do n.º 2 do art.º 33 alude ao disposto no n.º 2 do art.º 15.º.</p> <p>Sem prejuízo, a redação do n.º 2 do art.º 15.º deve ser revista, remetendo para Regulamento Municipal, onde serão definidos os critérios a verificar para efeitos de reconhecimento de relevante interesse público.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.05	5	<p>No Artigo 31.º - Utilizações e intervenções interditas</p> <p>Onde se lê:</p> <p>2 - Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a implantação, ampliação ou instalação de infraestruturas, nomeadamente viárias, de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas, de gás, de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de telecomunicações ou de produção, transporte e transformação de energia, incluindo sistemas de energia renováveis, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, desde que a Câmara Municipal reconheça que tal não acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º</p> <p>Propõe-se que conste:</p> <p>2 - Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a implantação, ampliação ou instalação de infraestruturas, nomeadamente viárias, de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas, de gás, de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de telecomunicações ou de produção, armazenamento, transporte e transformação de energia, incluindo sistemas de energia renováveis, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, exceto nos casos em que a Câmara Municipal reconheça que tal acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º</p>	<p>Corrigir a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>Na nova redação, excluir a referência a “prejuízos inaceitáveis para o ordenamento do território”, remetendo, em alternativa, de forma explícita, para o cumprimento do n.º 2 do art.º 14.º.</p>	Recomendação acolhida
REG.06	5-6	<p>No Artigo 33.º - Exploração de recursos energéticos renováveis</p> <p>Onde se lê:</p> <p>"2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º, a localização e construção de centrais de biomassa, unidades de valorização orgânica, parques eólicos, fotovoltaicos, mini-hídricas ou outras instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis, bem como os perímetros que lhes ficarem afetos, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, desde que salvaguardado o respeito pelas condicionantes legais estabelecidas nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis e que a Câmara Municipal reconheça que tal não acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º "</p> <p>Propõe-se que conste:</p> <p>2 — [Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º, a localização e construção de centrais de biomassa, unidades de valorização orgânica, parques eólicos, fotovoltaicos, mini-hídricas ou outras instalações de produção e de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis, bem como os perímetros que lhes ficarem afetos, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, desde que salvaguardado o respeito pelas condicionantes legais estabelecidas nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis, exceto nos casos em que a Câmara Municipal reconheça que tal acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º. A produção, armazenamento, transporte e transformação de energia elétrica pode ser viabilizada em qualquer área ou local do território concelhio, com as adaptações que venham a ser descritas como necessárias pela CM Covilhã, caso se verifiquem indícios de que o projeto é suscetível de provocar prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento locais.</p>	<p>A redação sugerida pela entidade complementa apenas a disposição com a menção que seguidamente se transcreve: “(...) desde que salvaguardado o respeito pelas condicionantes legais estabelecidas nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis (...)”.</p> <p>De relevar que a CCDRC (Vd contributo REG.06) assume que todos os artigos/pontos do Regulamento cujo conteúdo se refere, exclusivamente, ao dever de cumprimento do estabelecido na lei (geral ou especial) e noutros regimes jurídicos aplicáveis são desnecessários, citando como exemplo uma redação de natureza similar, sugerindo a sua eliminação.</p> <p>Neste pressuposto, e sendo assumida a supressão deste tipo de redações que indiciem o dever de cumprimento do estabelecido na Lei noutros artigos do Regulamento, não será de acolher, a alteração da redação sugerida pela entidade, uma vez que a mesma, sendo entendida como desnecessária, assume igualmente um caráter redundante.</p> <p>Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.06 da CCDRC.</p>	Recomendação não acolhida
PEÇAS DESENHADAS				
GER.02	6	<p>Na documentação disponibilizada, nomeadamente nas peças desenhadas, não parece haver referência a centros electroprodutores a partir de fontes de energia renovável com Licença de Produção já atribuída pela Direção Geral de Energia e Geologia, mas ainda sem Licença de Exploração, nomeadamente:</p> <p>Central Fotovoltaica de Boidobra, Processo DGEG n.º EI 2.0/1992.</p> <p>Para completa caracterização da situação existente, ou em projeto, relativamente às centrais electroprodutoras a partir de fontes de energia renovável, sugere-se consulta dos Serviços Web da DGEG podendo esta ser realizada através do seguinte link: Informação Geográfica (dgeg.gov.pt).</p>	<p>Consultar os Serviços Web da DGEG de forma a complementar nos Estudos de Caracterização e Relatório do Plano, integrando a informação relativa a centros electroprodutores a partir de fontes de energia renovável, conforme sugerido pela entidade.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RECURSOS GEOLÓGICOS – CONCESSÕES MINEIRAS (DEPÓSITOS MINERAIS)				
GERAL				
GER.03	7	<p>Desde a emissão do parecer anterior, não se registaram alterações no que se refere aos direitos requeridos e atribuídos sobre depósitos minerais no concelho da Covilhã. Assim, no concelho da Covilhã localizam-se:</p> <p>Direitos atribuídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concessão "Cabeço da Argemela", com o n.º de cadastro MNC000098, com exploração de quartzo e feldspato, com uma área de 5 ha, cuja empresa concessionária é a FELMICA - MINERAIS INDUSTRIAIS, SA; - Concessão "Panasqueira", com o n.º de cadastro MNC000018, com exploração de Ag, As, Cu, Sn, W e Zn, com uma área de 1913 ha, cuja empresa concessionária é a BERALT TIN & WOLFRAM (PORTUGAL), SA; - Concessão "Argemela", com o n.º de cadastro MNC000116, com exploração de Li, Sn e min. associados, com uma área de 403 ha, cuja empresa concessionária é a PANNN - CONSULTORES DE GEOCIÊNCIAS, LDA; - Concessão "Tapada dos Mortuórios", com o n.º de cadastro MNC000155, com exploração de Feld, Qz, Sn, com uma área de 175,19 ha, cuja empresa concessionária é SOPRED - SOCIEDADE DE PROTECÇÃO, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MINEIRO DO VALE DA GAIA, SA. <p>Diretos requeridos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de prospeção e pesquisa denominado "Raposa" Bloco A e Bloco B, com o n.º de cadastro MNPPP0497, com vista à exploração de Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn e min. associados, cuja empresa requerente é a FMG EXPLORATION PTY LTD, publicitada através do Aviso 7996/2019, DR 89, Série II, 09-05; - Pedido de prospeção e pesquisa denominado "Volta", com o n.º de cadastro MNPPP0495, com vista à exploração de Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn e min. associados, cuja empresa requerente é a PORTUGAL FORTESCUE, UNIPessoal IDA; - Pedido de prospeção e pesquisa denominado "Caneca", com o n.º de cadastro MNPPP0492, com vista à exploração de Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn e min. associados, cuja empresa requerente é a PORTUGAL FORTESCUE, UNIPessoal LDA, publicitada através do Aviso 6585/2019, DR 71, Série II, 10-04; - Pedido de prospeção e pesquisa denominado "Covilhã", com o n.º de cadastro MNPPP0421, com vista à exploração de Qz, Feld, cuja empresa requerente é a LITOMIN - EXPLORAÇÃO DE MINAS, LDA, - Pedido de prospeção e pesquisa denominado "Belmonte", com o n.º de cadastro MNPPP0533, com vista à exploração de Qz, Feld, cuja empresa requerente é a LITOMIN - EXPLORAÇÃO DE MINAS, LDA. 	<p>Realizar uma revisão sistemática dos elementos escritos e desenhados, e, em particular, no Relatório do Plano, de modo a assegurar a compatibilização das abordagens desenvolvidas com o teor da informação disponibilizada pela entidade.</p>	Recomendação acolhida
GER.04	8	<p>Em termos de informação complementar refere-se que no concelho da Covilhã identificam-se áreas potenciais que constituem competência do LNEG, aconselhando-se a consulta daquele organismo</p>	<p>Consultar a informação disponibilizada pelo LNEG a informação disponibilizada no respetivo site institucional, de modo a recolher os elementos relacionados com as áreas potenciais de recursos geológicos que possam justificar uma reponderação da delimitação dos “espaços de exploração de recursos geológicos”.</p> <p>Tratando-se de informação complementar e considerando que o LNEG não integra a Comissão Consultiva, não é devida qualquer consulta à Entidade sobre a proposta de Plano.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
GER.05	8	<p>Salienta-se ainda a área potencial de lítio "Guarda-Mangualde C", resultante da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) realizada ao Programa de Prospeção e Pesquisa para lítio, partindo de um conjunto de áreas identificadas geologicamente como potenciais em lítio. Este estudo foi realizado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2018 (que aprova as linhas de orientação estratégica quanto à valorização do potencial de minerais de lítio em Portugal), e, em janeiro de 2022, dessa avaliação resultaram diversas áreas que poderão integrar o futuro concurso público para a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, estando nesta fase ainda em apreciação pela tutela.</p>	<p>Estas áreas que constam do Programa de Prospeção e Pesquisa para Lítio ainda não têm direitos constituídos de prospeção ou pesquisa, pelo que não deverão ser representadas na Planta de Condicionantes ou sequer ponderadas na delimitação das categorias de solo representadas na Planta de Ordenamento.</p> <p>Como referido pela DGEG, trata-se de orientações e que não existe qualquer servidão ou restrição de utilidade pública.</p>	Recomendação não acolhida
GER.06	8	<p>No concelho da Covilhã existem ainda áreas afetas a antigas explorações mineiras, em fase de recuperação ambiental. O Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, estabelece o regime jurídico da concessão do exercício da actividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, da competência da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), pelo que se aconselha o contacto com esta entidade para a obtenção de mais informação sobre o assunto.</p>	<p>A área a recuperar (Panasqueira) está já identificada, pelo que eventual “informação a mais”, sobre a mesma área, não releva para o PDM.</p>	Recomendação não acolhida
AAE – RELATÓRIO AMBIENTAL PROVISÓRIO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AAE.02	8	<p>Ponto 7. Avaliação estratégica por FCD / 7.1 Análise de tendências e situação atual /7.1.1.3 Valores naturais e paisagísticos</p> <p><i>São referidas 5 áreas de prospeção e pesquisa, sendo, no entanto, enumeradas quatro, faltando a referência à área afeta ao pedido de prospeção e pesquisa denominado "Belmonte", com uma área total 74,20 km², pelo que a mesma deverá ser acrescentada no texto.</i></p>	Rever a abordagem desenvolvida no RA e assumir a referência à área mencionada pela entidade.	Recomendação acolhida
RELATÓRIO DO PDM				
REL.02	8	<p>Ponto 6. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública</p> <p><i>Na tabela 36 (Servidões e restrições de utilidade pública com incidência no concelho da Covilhã) verifica-se que as concessões mineiras existentes no concelho não se encontram elencadas como servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, pelo que a tabela deve ser corrigida para contemplar as concessões mineiras</i></p>	<p>Integrar na tabela 36 (Servidões e Restrições de Utilidade Pública com incidência no concelho da Covilhã) do Relatório a informação relativa às concessões mineiras, uma vez que a servidão associada a este recurso geológico se encontra omissa.</p> <p>Será ainda corrigida a nota da tabela, no Relatório. Onde se lê: “Planta de Condiciona” deve ler-se “Planta de Condicionantes”.</p>	Recomendação acolhida
REL.03	9	<p>Ponto 6.1.2 Recursos geológicos</p> <p><i>Para além das concessões mineiras "Panasqueira" e "Argemela" referidas, deverão ser elencadas também as outras duas concessões mineiras existentes no concelho da Covilhã: "Tapada dos Mortuórios" e "Cabeço da Argemela"</i></p>	<p>Na secção 6.1.2 (Recursos Geológicos) do Relatório do Plano assumir a referência às duas outras concessões mineiras existentes no concelho, designadamente as concessões "Tapada dos Mortuórios" e "Cabeço da Argemela".</p> <p>A identificação destes recursos geológicos no Relatório do Plano será devidamente complementada na Planta de Condicionantes - Recursos Hídricos e Geológicos, nomeadamente através da representação dos limites destas duas áreas sujeitas a concessão mineira.</p>	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				
REG.07	9	<p>TÍTULO - Uso do solo /CAPÍTULO II - solo rústico / SECÇÃO I - Disposições gerais Artigo 34.º - Exploração de recursos geológicos</p> <p><i>1 — Sem prejuízo do disposto nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública e outras condicionantes previstas na lei, é permitido, enquanto uso compatível. a prospeção e exploração de massas e depósitos minerais em todas as categorias e subcategorias de solo rústico, com exceção dos espaços florestais de conservação, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e espaços naturais e paisagísticos.</i></p> <p><u>Comentário:</u> <i>É prevista a compatibilização da prospeção e exploração de depósitos minerais em todas as categorias e subcategorias de solo rústico, com exceção dos espaços florestais de conservação, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e espaços naturais e paisagísticos. Sugere-se acrescentar na frase a palavra pesquisa: "...prospeção, pesquisa e exploração de ..."</i></p>	<p>Reformular a redação do disposto no n.º 1 do art.º 34.º do Regulamento (identificado como art.º. 1.º por lapso da DGEG), em conformidade com o sugerido. A redação desta disposição será ainda alterada, de forma a assegurar a coerência com alterações de natureza similar assumidas em disposições integradas noutros artigos. A alteração em causa orienta a supressão de redações que se referem ao dever de cumprimento do estabelecido na Lei (geral ou especial) e noutros regimes jurídicos aplicáveis, e, em particular as redações que remetem para o cumprimento do disposto nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública e outras condicionantes previstas na lei.</p> <p>A redação do n.º 1 do artigo 34.º, será revista para incluir outras categorias/subcategorias de espaço onde não se permitirá a prospeção, pesquisa e exploração (por exemplo, espaços agrícolas de conservação e espaços florestais de proteção).</p>	Recomendação acolhida
REG.08	9	<p>SECÇÃO III — Espaços agrícolas / SUBSECÇÃO I — Espaços agrícolas de produção Artigo 50.º - usos e atividades</p> <p><u>Comentário:</u> <i>Apesar de estar previsto no artigo 34.º a compatibilidade com atividade de prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais em espaços agrícolas de produção, neste artigo específico tal não está listado, pelo que se considera necessária a introdução dessa referência.</i></p>	<p>O art.º 34.º (Exploração de recursos geológicos) do Regulamento integra as disposições gerais estabelecidas para o solo rústico, pelo que, de acordo com o estabelecido no n.º 2 deste artigo, se admite, enquanto uso compatível, a prospeção e exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos em todas as categorias de solo rústico.</p> <p>Neste pressuposto, estando esta admissibilidade assumida de forma tão evidente para todas as categorias de solo rústico, e atentos à considerações e sugestões formuladas pela CCDRC, no sentido de não densificar um conteúdo regulamentar que se pretende claro e conciso, entende-se que a introdução da referência a esta admissibilidade no artigo relativos aos usos e atividades admitidos para a categoria de Espaços Agrícolas de Produção, assumiria um carácter redundante, agravado, ainda, pela necessidade de assumir uma coerência formular do Regulamento e, consequentemente integrar esta referência nos artigos que regulam os usos e atividades admitidas em todas as categorias de solo.</p>	Recomendação não acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
CON.02	9	<p><i>Verifica-se que as concessões mineiras encontram-se implantadas na planta de condicionantes, sendo de referir que a escolha da trama/representação gráfica não permite uma fácil leitura/identificação, pelo que se sugere a sua alteração.</i></p>	Alterar o grafismo associado à representação das concessões mineiras, de modo a reforçar a sua identificação e legibilidade.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO																				
RECURSOS GEOLÓGICOS – PEDREIRAS (MASSAS MINERAIS)																								
PLANTA DE CONDICIONANTES																								
CON.03	9-10	<p><i>Atenta ao parecer solicitado e feita a apreciação técnica da situação para parecer sobre os elementos disponibilizados para a Revisão do PDM de Covilhã no que se refere aos recursos geológicos informa-se que:</i></p> <p><i>1 - Artigo 34.º, da secção I - "Exploração de recursos geológicos"- Capítulo II é permitido a exploração de recursos geológicos e é compatível com todos os usos de solo rústico com exceção dos espaços florestais de conservação, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e espaços naturais e paisagísticos pelo que nada há a opor.</i></p> <p><i>No quadro abaixo, referem-se as pedreiras que estão licenciadas por esta Direção Geral.</i></p> <table><tr><th colspan="5">Pedreiras do Concelho da Covilhã</th></tr><tr><th>ordem</th><th>Denominação</th><th>Freguesia</th><th>Classe</th><th>Situação</th></tr><tr><td>6235</td><td>Tarrastal</td><td>Sobral de São Miguel</td><td>2</td><td>Ativa</td></tr><tr><td>6311</td><td>Prazo Oeste</td><td>Boidobra</td><td>2</td><td>Lic. Em abandono</td></tr></table> <p><i>Estas pedreiras encontram-se de acordo com a planta de condicionantes e plantas de ocupação de solos do PDM, não estão, no entanto, representadas futuras áreas de expansão que considerarmos ser de salvaguardar para a pedreira 6235.</i></p>	Pedreiras do Concelho da Covilhã					ordem	Denominação	Freguesia	Classe	Situação	6235	Tarrastal	Sobral de São Miguel	2	Ativa	6311	Prazo Oeste	Boidobra	2	Lic. Em abandono	<p>Entende-se que não deverão estas áreas de expansão ser representadas na Planta de Condicionantes, uma vez que não constituem áreas com direitos atribuídos, isto é, que ainda não estão sujeitas a servidão.</p> <p>Também não se justifica a sua ponderação na qualificação do solo rústico, uma vez que a exploração de massas minerais é um uso compatível na generalidade do solo rústico.</p>	Recomendação não acolhida
Pedreiras do Concelho da Covilhã																								
ordem	Denominação	Freguesia	Classe	Situação																				
6235	Tarrastal	Sobral de São Miguel	2	Ativa																				
6311	Prazo Oeste	Boidobra	2	Lic. Em abandono																				
REGULAMENTO																								
REG.09	10	<p>Secção V-Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos,</p> <p>- Artigo 67.º- Regime de edificabilidade propõe-se a seguinte redação:</p> <p>"1 - Numa zona de defesa definida por um raio de 250 metros em redor da exploração não é permitida a construção de quaisquer edifícios.</p> <p><i>(dado que no regime das massas minerais o conceito de zona de defesa esta definido e tabelado sugere-se a redação proposta)</i></p> <p>2 - Excetuam-se ao disposto no número anterior as construções, que se destinem a:</p> <p><i>a) Construção de edifícios de apoio à exploração com uma área máxima de construção de 1000 m2 e altura máxima de fachada de 9 metros de altura máxima da fachada;</i></p> <p><i>b) Anexos com a área máxima de construção de 200</i></p> <p><i>c) Instalações de apoio ao pessoal de segurança e vigilância, com a área máxima de construção de 150 m²."</i></p> <p>d) (sugere-se) Sem prejuízo do estabelecido poderão ser aprovadas áreas superiores devidamente justificadas e desde que aprovadas em assembleia municipal.</p>	<p>Decorre do parecer da CCDRC, emitido na primeira reunião plenária, que não se devem transpor para o PDM as normas que já decorrem da Lei.</p> <p>Em relação à sugestão de inclusão da alínea d), esta preocupação da entidade poderá ficar salvaguardada por via de reconhecimento de interesse municipal (art.º 21.º, empreendimentos de carácter estratégico).</p>	Recomendação parcialmente acolhida																				
REG.10	10	<p>Art.º 68 - Medidas de salvaguarda ambiental</p> <p><i>No ponto 10 na alínea b) neste artigo é definida uma ocupação máxima de 25% para "As instalações e edificações inerentes à exploração e transformação dos recursos" assim, poderá no artigo 67.º, conjugando com este definir-se como a área máxima de 2.a) "Construção de edifícios de apoio à exploração com uma área máxima de construção" de 1000 m² salvo casos devidamente justificados com base na área total da exploração e desde que aprovado em assembleia municipal.</i></p>	<p>No seguimento do parecer e reunião setorial com a CCDD-C, este artigo será eliminado do articulado.</p>	Recomendação não acolhida																				
RECURSOS GEOLÓGICOS -RECUROS HIDROGEOLÓGICOS E GEOTÉRMICOS																								
REGULAMENTO																								

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.11	11	<p>a) Artigo 14.º</p> <p>Da redação deste artigo afigura-se que eventuais atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos hidrogeológicos (águas minerais naturais e águas de nascente) ou de recursos geotérmicos podem ser compatibilizadas com os usos dominantes das várias categorias de solos, incluindo urbanos, mediante o cumprimento das condicionantes aí fixadas.</p>	<p>Entende-se que uma livre interpretação do disposto no artigo 14.º (Compatibilidade de usos e atividades) do Regulamento poderá sugerir a compatibilidade das atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos hidrogeológicos (águas minerais naturais e águas de nascente) ou de recursos geotérmicos.</p> <p>Não obstante, constituindo o Regulamento um documento que se pretende claro, conciso e de aplicação compreensível, será ponderada a introdução de uma nova disposição no art.º 95.º (Usos e atividades permitidos e interditos) que assuma, de forma inequívoca, a complementaridade e/ou compatibilidade das atividades suprarreferidas com os usos dominantes admitidos no solo urbano.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
REG.12	11	<p>b) N.º 2 do artigo 34.º</p> <p>Neste número é referido que “... é permitido, enquanto uso compatível, a prospeção e exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos em todas as categorias de solo rústico”.</p> <p>Embora nos artigos referentes ao solo urbano estas atividades não estejam interditas, consideramos que esta compatibilidade deveria ser alargada também ao solo urbano, pelo que se propõe a seguinte alteração à redação: “... é permitido, enquanto uso compatível, a prospeção e exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos em todas as categorias de solo rústico e urbano”.</p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.11.	Recomendação parcialmente acolhida
REG.13	12	<p>c) Alínea b) do n.º 3 do artigo 173.º</p> <p>Da redação desta alínea resulta a interdição da prospeção e exploração de recursos geológicos nos geossítios integrantes do Estrela Geopark.</p> <p>Consideramos que esta interdição deveria ser excecionada aos recursos hidrogeológicos e geotérmicos, desde que não degradem os elementos geológicos dos geossítios.</p>	Reformular a redação da alínea b) do n.º 3 do art.º 173.º do Regulamento, de modo a excecionar da interdição a prospeção e exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos nos geossítios integrantes do Estrela Geopark.	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
CON.04	12	<p>Da análise efetuada às plantas de condicionantes afigura-se que o perímetro de proteção da água mineral natural denominada Unhais da Serra encontra-se devidamente implantado. No entanto, verifica-se que apenas uma das duas captações da água mineral natural denominada Unhais da Serra está representada. Assim, informa-se que as coordenadas das captações desta exploração de água mineral natural são, em coordenadas ETRS89 PT-TM06:</p> <p>ACPI - 43 264; Y(m) 66 391 USI - 43251; Y(m) 66 322</p>	Representar na Planta de Condicionantes - Recursos Hídricos e Geológicos a captação de águas minerais que se encontra omissa, considerando, para o efeito, as coordenadas disponibilizadas pela entidade.	Recomendação acolhida
RELATÓRIO				
REL.04	12	<p>a) Ponto 6.1.2 RECURSOS GEOLÓGICOS - Águas Minerais Naturais - Página 209</p> <p>No final da página 209 é referido:</p> <p>"A constituição de servidões relativas a águas minerais naturais encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º. 90/90, de 16 de março, alterado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, e no Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março, retificado pela Declaração n.º 149/1990, de 30 de junho."</p> <p>Note-se que o Decreto-Lei n.º 90/90 foi revogado pela Lei n.º 54/2015 e que a Declaração n.º 148/1990 não diz respeito ao Decreto-Lei n.º 86/90. Assim, propõe-se que a redação deste parágrafo seja alterada para:</p> <p>"A constituição de servidões relativas a águas minerais naturais encontra-se vertida na Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, e no Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março."</p> <p>Note-se igualmente que as referências ao Decreto-Lei n.º 90/90 devem ser alteradas para as correspondentes referências à Lei 54/2015.</p>	<p>Na secção 6.1.2 do Relatório do Plano, corrigir às referências à legislação aplicável às águas minerais naturais, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>Realizar uma revisão sistemática do Relatório, de modo a identificar idênticas referências ao diploma legal revogado e assegurar a correção às respetivas referências.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REL.05	12-13	<p>b) Ponto 6.1.2 RECURSOS GEOLÓGICOS - Águas Minerais Naturais - Página 211</p> <p>No primeiro parágrafo desta página é referido:</p> <p>"No concelho da Covilhã existe uma área de exploração de Águas Minerais Naturais localizada em Unhais da Serra, associada a um perímetro de proteção fixado pela Portaria n.º 531/2003, de 5 de julho. A captação de Águas Minerais Naturais com o código de cadastro "HM0000018" e o respetivo perímetro de proteção encontram-se suspensos, tendo a Portaria que o fixa sido revogada pela Portaria n.º 43/2017 - Diário da República n.º 21/2017, Série I de 30 de janeiro.</p> <p>Estas áreas são representadas na Planta de Condicionantes — Recursos Hídricos e Geológicos (3.1)"</p> <p>Tendo em consideração que este parágrafo apresenta várias incorreções, propõe-se que a sua redação seja alterada para:</p> <p>"No concelho da Covilhã existe uma área de exploração de Águas Minerais Naturais localizada em Unhais da Serra, suportada por duas captações, associada a um perímetro de proteção fixado pela Portaria n.º 43/2017 - Diário da República n.º 21/2017, Série I de 30 de janeiro. Estas áreas são representadas na Planta de Condicionantes — Recursos Hídricos e Geológicos (3.1)"</p>	<p>Na secção 6.1.2 do Relatório do Plano, assegurar a correção do parágrafo mencionado, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p>	<p>Recomendação acolhida</p>

Ponderação do parecer da DGT

QUADRO 1
DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
1. INFRAESTRUTURA GEODÉSICA NACIONAL				
CON.01	2	Os vértices geodésicos da RGN deverão ser corretamente representados na Planta de Condicionantes, com os respetivos topónimos.	Representar os topónimos e a cota de terreno dos vértices geodésicos Consultar as fontes de informação indicadas no parecer da Entidade, designadamente a informação disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos https://snig.dgterritorio.gov.pt/	Recomendação acolhida
2. CARTOGRAFIA				
CART.01	5	Na legenda rótulo deve constar a seguinte informação: v. Exatidão posicional planimétrica e altimétrica e a exatidão temática, se aplicável, de acordo com as especificações técnicas da cartografia utilizada. Os valores de exatidão posicional planimétrica e altimétrica deverão ser os indicados como valores de referência nas especificações técnicas da cartografia utilizada (0.75m/1.00m respetivamente). Falta indicar a exatidão temática.	Compatibilizar os valores de exatidão posicional planimétrica e altimétrica com as especificações técnicas da cartografia utilizada e indicar a exatidão temática.	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da IP

QUADRO 1
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL (IP)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GERAL				
REDE RODOVIÁRIA				
GER.01	2	<p>No âmbito da Rede Viária, as referências à Rede Rodoviária Nacional (RRN) deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, no âmbito do qual a RRN é constituída pela Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais-IP) e pela Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-EN).</p> <p>O PRN integra uma outra categoria de estradas, as "Estradas Regionais (ER)", as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei.</p>	<p>Adequar a informação relativa à identificação e hierarquização da rede rodoviária nacional em conformidade com o indicado pela entidade, e, em particular no Regulamento e nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes. Verter esta informação nos demais elementos do Plano que lhe façam referência, designadamente Estudos Setoriais e Relatório do Plano.</p>	Recomendação acolhida
GER.02	2	<p>Para além das estradas da RRN e Estradas Regionais há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e as Câmaras Municipais.</p> <p>Esta distinção, entre as estradas que se encontram desclassificadas pelo PRN, mas que se mantêm sob jurisdição da IP, SA e as desclassificadas que já se encontram entregues ao respetivo município, deve ser explícita nos elementos constantes da Revisão do PDM.</p>	<p>Adequar as referências às "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", e ao regime de jurisdição que a elas se encontra associado, de modo a diferenciar os regimes e as servidões que sobre elas incidem.</p> <p>Assegurar esta adequação nos diversos elementos escritos e desenhados que integram o conteúdo documental do Plano e, em particular nos elementos que constituem o Plano que lhes façam referência.</p>	Recomendação acolhida
GER.03	3	<p>Assim, as operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão non aedificandi e, se inseridas em zona de respeito, a parecer prévio vincutivo desta empresa, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 2 alínea b) do EERRN.</p>	<p>As limitações à realização de operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão non aedificandi estão já asseguradas no Regulamento do Plano, designadamente através do disposto no n.º 8 e n.º 9 do art.º 139.º (Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias) do Regulamento, que seguidamente se transcrevem:</p> <p>“8 — Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição da IP, tem de ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, salvaguardando os respetivos projetos o cumprimento das disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da Infraestruturas de Portugal, IP, SA, na qualidade de gestora das infraestruturas sob sua administração.</p> <p>9 - As faixas de proteção non aedificandi aplicáveis à rede rodoviária nacional e estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição das Infraestruturas de Portugal IP, são as constantes da legislação aplicável e em vigor, sendo igualmente aplicáveis às estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição municipal.”</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.04	3-4	<p>Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e Rede Rodoviária sob jurisdição da I.P. Identifica-se a rede na área do Plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Rodoviária Nacional (RRN) Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais - IP) - 1P2/A23, incluindo acessos e ramos de ligação, integrado na Concessão Beira Interior (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão. • Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP (Estradas Nacionais - EN) - EN232, entre o pk 83+473, limite municipal com o município da Guarda, a Norte, e o limite municipal com o município de Belmonte, na União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto. • Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP - ER338, entre o pk 30+164 e o 32+333, entre o 33+316 e o 34+730 e entre o pk 35+309 e o 35+759, decorrendo entre os Limites municipais com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339; - ER339, entre o pk 20+000 e o 31+870, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã. • O segundo troço da ER339, que decorre entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o acesso 31 do IP2/A23, encontra-se integrado na Concessão Beira Interior. • Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP - EN18 (do pk 24+400 ao pk 47+200), entre o entroncamento com a EN232 e o limite municipal com o município do Fundão, a Sul; - EN230 (do km 165+460 ao km 197+939), entre limite municipal com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo (rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18- 4), encontrando-se a assegurar o corredor do IC6 previsto. 	<p>Adequar a informação relativa à rede rodoviária com o indicado pela entidade, e, em particular no Regulamento e nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes.</p> <p>Verter, igualmente, esta informação nos demais elementos do Plano que lhe façam referência, designadamente Estudos Setoriais e Relatório do Plano</p> <p>Articular com os contributos GER. 02 e GER.03 do IMT.</p>	Recomendação acolhida
GER.05	4	<p>As zonas de servidão non aedificandi e de visibilidade, aplicáveis aos troços/lanços de estradas atrás referidos, quer da Concessão IP, quer da Concessão do Estado, estão definidas nos artigos 32. º e 33. º, respetivamente, da Lei n.º 34/2015 de 27 de abril. Para além destas servidões legais, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 42º do novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), as obras e atividades que decorram na zona de respeito à estrada, nos termos em que se encontra definida no artigo 43º, estando sujeitas a parecer prévio vinculativo da administração rodoviária, nas condições requeridas pelo mesmo.</p>	<p>Ver ponderação relativa ao contributo GER.03.</p>	Recomendação acolhida
GER.06	4	<p>Considera-se que a hierarquia atrás descrita deverá estar refletida nos documentos da Revisão do PDM, nomeadamente, no Regulamento, nas Plantas de Ordenamento, de Condicionantes e da Rede Viária, bem como na parte escrita que lhe fizer referência.</p>	<p>Uniformizar e adequar as referências à hierarquia administrativa da rede rodoviária, conforme identificado no contributo anterior, nos diversos elementos escritos e desenhados do que integram o conteúdo documental do Plano.</p> <p>Articular com o contributo GER. 03 do IMT e GER.04 da IP.</p>	Recomendação acolhida
GER.07	5	<p>Do ponto de vista da salvaguarda da rede rodoviária da responsabilidade desta empresa, o EERRN, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, regula a proteção das estradas nacionais e regionais constantes do Plano Rodoviário Nacional (2000) e respetivas faixas envolventes, fixando, também, as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação, bem como das estradas nacionais desclassificadas, isto é, não classificadas no PRN, mas ainda sob jurisdição da IP, e das ligações à rede rodoviária nacional, em exploração à data da entrada em vigor do novo Estatuto. O Plano deverá respeitar este normativo.</p>	<p>A salvaguarda das normativas decorrentes do EERRN Nacional já é assegurada no Regulamento do Plano (com a devida correspondência nas peças desenhadas), designadamente na secção relativa ao Sistema de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes, na qual se estabelece a hierarquia e o regime de proteção das infraestruturas rodoviárias.</p> <p>Não obstante, a estrutura regulamentar e as peças desenhadas que incluem referências à rede rodoviária serão reformuladas, de forma a evidenciar uma compartimentação clara em termos de hierarquia administrativa e hierarquia funcional, a distinção da jurisdição de cada via e os respetivos regimes de proteção.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.08	6	<p>Como ponto prévio da análise, importa referir que se entende profícuo que se proceda corretamente, desde logo, à identificação das infraestruturas rodoviárias na proposta de Revisão do PDM da Covilhã, de acordo com a sua nomenclatura, classificação e jurisdição, conforme mencionado nos pontos 2 e 3 desta apreciação e de acordo com o PRN.</p> <p>Em alguns documentos apresentados, verifica-se que as referências sobre alguns troços de estradas da rede rodoviária, no concelho da Covilhã, não se encontram corretas de acordo com o PRN 2000, nem com o referido no presente e no anterior parecer de 22-03-2022, pelo que o conteúdo de alguns capítulos ou subcapítulos, bem como representações gráficas, dos elementos disponibilizados deverão ser revistos/corrigidos e ajustados de acordo exposto anteriormente.</p>	Ver ponderação relativa ao contributo GER.06.	Recomendação acolhida
GER.09	10	<p>Salvaguarda-se desde já, relativamente às intervenções previstas na Proposta de Revisão do PDM (alheias a esta empresa), onde se inclui a Variante sul de Odemira, e que impliquem alterações na rede rodoviária existente (ou prevista) da jurisdição da IP, que todos e quaisquer projetos elaborados devem ser compatibilizados com os estudos/projetos que estejam a decorrer nesta empresa.</p>	<p>A salvaguarda da realização de projetos que impliquem com eventuais alterações na rede rodoviária existente (ou prevista) da jurisdição da IP encontra-se já assegurada, sendo integrada no n.º 8 do art.º 139.º (Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias) do Regulamento uma disposição que salvaguarda a submissão a parecer prévio e aprovação das entidades competentes para o efeito das eventuais propostas de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição da IP.</p> <p>No âmbito desta apreciação, a entidade poderá identificar a existência de eventuais situações de desconformidade e/ou conflito com as estradas sob jurisdição da IP (e com os estudos / projetos em curso) e impor as necessárias correções a uma adequada compatibilização com estudos e projetos em curso.</p> <p>Articular com o contributo GER. 05 do IMT.</p>	Recomendação acolhida
GER.10	10	<p>Salvaguarda-se, ainda, a eventual necessidade de elaboração de um Estudo de Tráfego, que cumpra as normas em vigor na IP, SA e que permita avaliar o impacte das novas acessibilidades urbanas municipais previstas no PDM na rede rodoviária da jurisdição da IP, SA. Este Estudo deverá, ainda, ser dirigido para que, sempre que possível, não sejam criados mais acessos à rede rodoviária nacional, promovendo, simultaneamente, o encerramento dos redundantes.</p>	<p>De acordo com o reiterado pela CCDRC, o Estudo de Tráfego “Não é matéria de PDM.”, pelo que estes estudos de tráfego não serão desenvolvidos no âmbito a Revisão do PDM. Esta preocupação de articulação entre propostas do PDM e a rede viária sob jurisdição da IP será matéria para as fases de estudo prévio ou projeto das infraestruturas em causa.</p> <p>Articular com contributo REG.57 da CCDRC.</p>	Recomendação não acolhida
GER.11	11	<p>Refere-se ainda que, eventuais alterações na rede rodoviária da jurisdição da IP carecem, igualmente, da aprovação desta empresa e a introdução de novos polos geradores de tráfego deverá obedecer, na íntegra, ao exposto anteriormente.</p>	Esta matéria já se encontra salvaguardada no art.º 142.º do Regulamento.	Recomendação acolhida
REDE FERROVIÁRIA				
GER.12	3	<p>Para a rede ferroviária, salienta-se já que, nos processos de formação e dinâmica do plano, deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O regime de proteção a que a rede ferroviária está sujeita, definido pela legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário, • O Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de passagens de nível. 	<p>A salvaguarda do regime de proteção estabelecido no regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário encontra-se salvaguardada no Regulamento do Plano, procedendo-se à representação da rede ferroviária em presença na Planta de Condicionantes - Espaços-canal, Mobilidade e Transportes.</p> <p>De relevar que a proposta de revisão do Plano não contempla quaisquer propostas com incidência direta ou indireta na rede ferroviária, salvaguardando-se, contudo, que o controlo prévio de eventuais operações urbanísticas que interfiram com as passagens de nível existentes será assegurado nos termos previstos no RJUE.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
GER.13	5	<p>As linhas ferroviárias existentes, com ou sem exploração, continuam a ser Domínio Público Ferroviário (DPF), pelo que se mantêm sujeitas ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, com zonas non aedificandi associadas, tal como previstas nos artigos 15.º e 16.º do supracitado Decreto-Lei.</p> <p>Neste contexto, a revisão ao PDM deverá acautelar este regime, nomeadamente, o Regulamento e a Planta de Condicionantes.</p>	Tal como anteriormente observado, a salvaguarda do regime de proteção estabelecido no regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário encontra-se salvaguardada no Regulamento do Plano, procedendo-se à representação da rede ferroviária em presença na Planta de Condicionantes - Espaços-canal, Mobilidade e Transportes.	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.01	6	<p>Condicionantes</p> <ul style="list-style-type: none"> No que respeita a Servidões e Restrições de Utilidade Pública a rede ferroviária atualmente está sujeita ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro; (...) No Regulamento do PDM sugere-se a existência de um artigo onde seja referido, que qualquer intervenção em zonas confinantes ou vizinhas da infraestrutura ferroviária, está condicionada ao cumprimento da legislação em vigor e ao parecer favorável da respetiva entidade competente. 	O cumprimento à legislação em vigor está implícito, assim como a necessidade de parecer favorável, já prevista no art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, que estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário. Não serão introduzidas alterações do articulado para se fazer menção expressa à necessidade de cumprimento da legislação em vigor em matéria de servidões ferroviárias, tal como referido pela CCDR-C em reunião setorial.	Recomendação não acolhida
REG.02	6	Considera-se adequado que se proceda, em secção própria e/ou artigo único do Regulamento, à identificação, hierarquização e nomeação da rede rodoviária, devendo ser identificada e respeitada a designação das estradas constante do Plano Rodoviário Nacional e das Estradas Nacionais Desclassificadas, bem como a sua jurisdição, tal como indicado no ponto 3 da presente análise. Esta identificação, quer em termos de representação cartográfica quer em termos de legenda, deve ser assegurada uma legibilidade que as permita distinguir com clareza da rede municipal.	<p>A abordagem desenvolvida no Regulamento será reformulada, assumindo uma distinção clara entre a hierarquia administrativa e a hierarquia funcional.</p> <p>A abordagem a assumir ao nível da hierarquia administrativa da rede rodoviária assegurará uma total conformidade com a identificação, designação, hierarquia e jurisdição das vias que fazem parte integrante da Rede Rodoviária Nacional, sendo igualmente assegurada a sua representação na Planta de Condicionantes - Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas.</p>	Recomendação acolhida
REG.03	6	Da análise do Regulamento, verifica-se que a Rede Rodoviária, com incidência na área do Plano, não se encontra identificada de acordo com a sua nomenclatura, classificação, jurisdição, nem está em conformidade com o PRN e nem com o supracitado no ponto 3 da presente análise.	Articular com a ponderação relativa ao contributo GER. 01.	Recomendação acolhida
REG.04	6	No Regulamento e na Planta de Condicionantes, na identificação das servidões rodoviárias e da rede ferroviária, devem observar-se os condicionalismos definidos no EERRN, bem como o regime de proteção aplicável ao Domínio Público Ferroviário, devendo remeter-se para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos.	<p>A salvaguarda das servidões administrativas associadas às redes rodoviária e ferroviária estão já asseguradas no Regulamento do Plano, designadamente na secção referente ao sistema de acessibilidades, mobilidade e transportes, que inclui uma abordagem orientada em função de cada uma destas redes, e assume uma referência expressa às servidões aplicáveis, determinadas em função da legislação em vigor.</p> <p>Sem prejuízo da identificação das servidões aplicáveis, serão representadas na Planta de Condicionantes – Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes, sempre que a escala gráfica o permita, as zonas non aedificandi a respeitar.</p>	Recomendação acolhida
REG.05	7	<p>A subalínea "iii./ii) Estrada Nacional Desclassificada: EN18; EN230;" do ponto "iii Rede Rodoviária Nacional:" da alínea "b) Infraestruturas" do número 1 do Artigo 6.º do Regulamento deverá ser retirada, uma vez que as Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IF até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IF e a Câmara Municipal; deverá ainda ser permutada a subalínea "iii.iii)" por um novo ponto "v." e colocado depois do ponto "iv.".</p> <p>No ponto "iv.", a menção "Rede Rodoviária Regional" deverá ser substituída por "Estradas Regionais" e deverá ainda ser acrescentada neste ponto a Estrada Regional "ER338", que está em falta.</p>	<p>Adequar a redação das subalíneas iii) a v) da alínea h) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento, tendo em consideração a sugestão da entidade.</p> <p>Assumir a correspondente compatibilização com idêntica abordagem assumida noutros artigos do Regulamento e noutros elementos escritos e desenhados que enquadrem referências à hierarquia rodoviária.</p>	Recomendação acolhida
REG.06	7	A proposta de hierarquização viária do concelho a constar do Regulamento (e também da Planta de Ordenamento) não deverá suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, de estradas regionais e de troços de estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IF, bem como a sua jurisdição.	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.02 e verter a representação das hierarquias administrativa e funcional nas respetivas plantas que a elas dizem respeito, respetivamente, na Planta de Condicionantes - Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas e na Planta de Ordenamento - Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes.	Recomendação acolhida
REG.07	7	A subalínea "iii) Estrada Nacional Desclassificada: EN18; EN230;" da alínea a) do número 1 do Artigo 138.º deverá ser retirada, uma vez que as Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IF até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IF e a Câmara Municipal; deverá também ser trocada a subalínea "iii" por uma nova alínea "c)" e colocada depois da alínea b).	Reformular a redação do n.º 1 do art.º 138.º do Regulamento, considerando a supressão da subalínea iii) da alínea a) e a sua integração numa nova alínea, a introduzir na sequência da atual alínea b), que informa sobre as vias que integram a Rede Rodoviária Regional.	Recomendação acolhida
REG.08	7	Na alínea b) do número 1 do Artigo 138.º, a menção "Rede Rodoviária Regional" deverá ser substituída por "Estradas Regionais" e deverá ainda ser acrescentada nesta alínea a Estrada Regional "ER338", que está em falta.	<p>Alterar a redação da alínea b) do n.º 1 do art.º 138.º, em conformidade com o sugerido pela entidade, assumindo a menção às "Estradas Regionais", ao invés de "Rede Rodoviária Regional".</p> <p>Complementar a identificação das vias que possuem um estatuto de Estradas Regionais, nomeadamente com a inclusão da ER338.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.09	7	<i>No número 9 do "Artigo 1. º Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias" deverá também ser feita referência as estradas regionais, que está em falta. De referir ainda que as Estradas Regionais integram a categoria de "Estradas Regionais", prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e não fazem parte da rede rodoviária nacional</i>	Complementar a redação da n.º 9 do art.º 139.º (Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias) com a referência às “Estradas Regionais”, uma vez que a estas estradas se aplicam igualmente as servidões instituídas pelo art.º 32.º do EERRN.	Recomendação acolhida
REG.10	11	<i>Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos propostos na revisão do PDM de Covilhã na envolvência das estradas sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis (edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, como utilização humana) em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído (RGR) — zonas de conflito. O Artigo 174. º do Regulamento proposto para a Revisão do PDM refere que nas zonas de conflito aplica-se o estabelecido no RGR. Contudo, sugere-se que o Regulamento, de forma clara e objetiva, interdite o licenciamentos e autorizações de novos recetores sensíveis no interior das zonas conflito, tal como estabelecido no Artigo 12. º do RGR. O Mapa de Ruído Municipal que irá acompanhar o PDM não foi disponibilizado para análise.</i>	<p>Articular com a ponderação relativa ao contributo ORD.01.</p> <p>Encontra-se já prevista no Regulamento (Vd. n.º 2 do art.º 175.º - Regime) a interdição ao licenciamento ou a comunicação prévia para novos edifícios habitacionais, assim como de novas escolas, hospitais ou similares e espaços de lazer nas zonas de conflito acústico. Esta interdição mantém-se válida enquanto se verificar a violação dos valores máximos admissíveis preconizados no RGR, sendo, contudo, assumidas situações de exceção, como tal definidas no n.º 3 deste mesmo artigo do Regulamento.</p> <p>Verifica-se a necessidade alterar o n.º 2 do artigo 175.º na medida em que se reporta apenas às zonas de conflito inseridas em perímetros urbanos, quando o RGR também admite (implicitamente) a possibilidade de zonas de conflito acústico em solo rústico.</p> <p>Será, igualmente, ponderada a exclusão do n.º 2 do artigo 175.º da condição “enquanto se verifique a violação dos valores máximos legais referidos no artigo anterior”. Na prática, durante a execução/implementação do PDM não haverá forma de averiguar se os valores máximos continuam a ser ou não ultrapassados, já que isso pressupõe a elaboração de Mapa de Ruído. As exceções ao princípio de interditar novas operações urbanísticas em zonas de conflito acústico terão de ter sempre enquadramento no n.º 3 (que decalca o n.º 7 do art.º 12.º do RGR).</p> <p>De relevar, ainda, que a proposta de classificação e qualificação do solo será revista, tendo em consideração as zonas de conflito acústico que venham a ser identificadas no Mapa de Ruído Previsional.</p>	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
PLANTA DE ORDENAMENTO – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.01	7	<p><i>De salientar, ainda, que a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal na Planta de Ordenamento não deve comprometer o nível de serviço e função inerente às estradas da RRN, às estradas regionais e às estradas desclassificadas sob jurisdição da IP, nem o cumprimento dos requisitos legais em matéria de ruído ambiente, desaconselhando-se, grosso modo, a qualificação de "espaços residenciais", "espaços de atividades económicas" e "espaços destinados a equipamentos" na proximidade dessas estradas. Sem prejuízo do respeito pela zona de servidão aplicável, trata-se de resguardar as estradas de futuras pressões urbanísticas e, ao mesmo tempo, de resguardar o ambiente urbano, e em particular os recetores sensíveis, do ruído proveniente da circulação rodoviária.</i></p>	<p>O modelo de ordenamento proposto teve em consideração, as preexistências de edificado e as funções que a elas se encontram associadas, considerando, entre outros, o sistema de acessibilidades, mobilidade e transportes, no qual se inclui a generalidade das vias que integram a rede rodoviária que serve o concelho da Covilhã.</p> <p>Inevitavelmente, e uma vez que, em termos históricos, a estruturação dos aglomerados observa uma relação direta com a presença das vias de maior relevância em termos de acessibilidade e mobilidade, esta coexistência é inevitável, cumprindo o Plano uma função de minorar potenciais impactes negativos decorrentes da relação da estrutura viária com os usos existentes e admitidos na sua envolvente.</p> <p>Atento a esta problemática, e de forma a resguardar o ambiente urbano, a proposta de Plano integra (Vd. capítulo V (Áreas de Salvaguarda) do Título III (Uso do solo)) já no Regulamento uma secção relativa à temática Ruído, na qual são já estabelecidas algumas disposições que sustentam, nos termos do Regulamento Geral do Ruído (RGR), a distinção entre as zonas mistas e sensíveis, às quais se aplica o disposto no referido RGR.</p> <p>As disposições já integradas no Regulamento asseguram ainda a ocorrência de zonas de conflito acústico, onde se verificam níveis de ruído ultrapassam os valores máximos definidos na legislação em vigor, salvaguardando, desde logo, a necessidade da sua sujeição a um plano municipal de redução de ruído.</p> <p>É igualmente salvaguardado no Regulamento, designadamente nas zonas de conflito acústico a representar na Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico, e estabelecimento do regime a observar nestas áreas, de modo a minimizar os efeitos da exposição ao ruído dos recetores sensíveis.</p>	Recomendação acolhida
ORD.02	7-8	<p><i>Ainda no âmbito das propostas de qualificação funcional do solo urbano deve assegurar-se que a articulação das futuras acessibilidades às estradas da rede rodoviária nacional seja sustentada na captação e ligação aos nós e intersecções existentes. As propostas de acessibilidades diretas constituem, regra geral, pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego e segurança da circulação.</i></p>	<p>Atendidas as atuais características do sistema viário e do concelho, assim como as carências identificadas e que devem ser colmatadas, a proposta de revisão do Plano considerou a realização de algumas intervenções ao nível do reforço das acessibilidades, importando relevar que estas intervenções evidenciam um âmbito estritamente local, enquadrando a necessidade de realização de algumas ações de requalificação (Requalificação e alargamento do perfil da estrada da Boidobra; Requalificação e alargamento do perfil existente ou criação de um novo entre o Complexo Desportivo e a Boidobra; Requalificação e prolongamento do perfil do existente ou criação de um novo da Rua de São Pedro (GNR – Covelo) em direção ao Data Center).</p> <p>Este conjunto de intervenções apresenta-se ainda complementado através da criação de algumas vias de ligação (Ligação Unhais da Serra/Serra da Estrela; Ligação Cortes do Meio/Serra da Estrela; e Ligação Verdelhos/Manteigas), prevendo-se, ainda, o prolongamento da Avenida Infante D. Henrique e a criação de um arruamento entre os Alagoeiros e a Escola de São Domingos.</p> <p>Estas intervenções assumem, como referido, um âmbito estritamente local, não evidenciando uma relação direta com o reforço das acessibilidades às estradas que integram a RRN, não resultando, nesta medida, na criação de pontos de conflito passíveis de comprometer o nível de serviço e condicionar a fluidez do tráfego e segurança da circulação nestas vias.</p> <p>De relevar que a única via prevista passível de interferir com outras estradas que integram a rede rodoviária nacional observa correspondência com o traçado do IC6, sendo que as obrigações decorrentes da execução futura deste eixo viário estruturante extravasam as competências do Município da Covilhã.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.03	8	<i>Da análise à Planta de Ordenamento - Qualificação e Classificação do Solo e relativamente à rede viária, verifica-se que é de difícil leitura e interpretação, uma vez que, na representação gráfica dos troços de estradas, falta a indicação/designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura, classificação e em conformidade com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, e ainda com o exposto no ponto 3 do presente parecer, o que facilitaria a leitura; igualmente constata-se que não distingue os troços de estradas da rede da IP, S.A. dos troços de estradas da rede municipal; também na legenda deverá ser indicada as vias associadas a cada nível hierárquico, de modo a não suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificados sob jurisdição da IP e os troços de estrada municipais; ainda na legenda, falta indicação/designação e hierarquização da rede rodoviária de acordo com o PRN e com o apresentado no ponto 3 desta análise, bem como falta indicação dos respetivos traços de estradas que representam graficamente os traçados dessas vias.</i>	Na Planta de Ordenamento - Qualificação e Classificação do Solo não se representa a hierarquia da rede rodoviária nem são identificadas as estradas/troços em conformidade com o PRN. As vias são apenas representadas enquanto tema da carta base. As propostas do Plano em matéria de rede rodoviária, hierarquia e novas vias, são matéria da Planta de Ordenamento - Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes. Será no âmbito da revisão desta planta desdobrada que serão verificadas as sugestões de representação/simbologia/legenda indicadas pela Entidade.	Recomendação parcialmente acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO - ESPAÇOS-CANAL, MOBILIDADE E TRANSPORTES				
ORD.04	8	<i>Relativamente à Planta de Ordenamento - Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes, verifica-se que é de difícil leitura e interpretação, uma vez que, na representação gráfica dos troços de estradas, falta a indicação/designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura, classificação e em conformidade com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, e ainda com o exposto no ponto 3 do presente análise, o que facilitaria a leitura; igualmente constata-se que não distingue os troços de estradas da rede rodoviária nacional de troços de estradas regionais, nem de estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP e nem de troços de estradas da rede rodoviária sob jurisdição do Município;</i> <i>igualmente, na legenda deverá ser indicada as vias associadas a cada nível hierárquico, de modo a não suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificados sob jurisdição da IP e os troços de estrada municipais.</i>	<p>Será incluído um <i>label</i> com a designação das vias. No entanto, a simbologia (cor e espessura associada à representação das vias) não distingue a sua nomenclatura relativa ao PRN, mas sim a sua hierarquia funcional.</p> <p>Na legenda da PO ECMT incluir, por nível da hierarquia funcional, a lista de estradas (âmbito nacional, regional ou municipal). Articula-se com a ponderação relativa ao contributo ORD.03.</p>	Recomendação acolhida
ORD.5	8	<i>As Plantas supramencionadas anteriormente e outras, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, ajustadas e melhoradas, de acordo com o citado antes e de forma a distinguir os troços de estradas da rede rodoviária nacional, troços de Estradas Regionais, troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estradas da rede Municipal.</i>	Todas as alterações assumidas, em conformidade com o sugerido pela entidade serão vertidas nos elementos e desenhados que a elas se encontrem associadas.	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
PLANTA DE CONDICIONANTES — EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E ATIVIDADES PERIGOSAS,				
CON.01	8	<i>Ainda, no que se refere à Planta de Condicionantes, em conformidade com a legislação em vigor, deverá a mesma contemplar a representação cartográfica das áreas incluídas no Domínio Público Ferroviário e das zonas de servidão non aedificandi aplicáveis aos troços da Rede Rodoviária Nacional, das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com desenvolvimento na área do concelho da Covilhã, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do Regulamento.</i>	Ajustar em consonância e em articulação com ponderações do contributo REG.04.	Recomendação acolhida
CON.02	9	<i>Analizada a Planta de Condicionantes — Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas, verifica-se que apresenta algumas incorreções na representação gráfica da rede viária e na legenda que deverão ser revistos/corrigidos; ainda na representação desenhada das vias da rede rodoviária, constata-se que falta indicação/designação nos traçados dos troços de estradas, de acordo com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas (EN) e com exposto neste e nos pareceres anteriores, o que facilitaria a leitura; igualmente, não distingue troços de estradas regionais sob jurisdição da IP dos troços de estradas regionais sob jurisdição da CM (ER339), uma vez que utiliza um traço com a mesma espessura e cor; verifica-se também que a representação gráfica do traçado da Estrada Desclassificada EN230 está incompleta, deve terminar na rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18-4, na freguesia de Tortozendo.</i>	<p>Integrar a designação dos traçados das vias que integram a RRN na Planta de Condicionantes, tendo em consideração a sua nomenclatura e classificação estabelecida em sede de PRN, assim como a jurisdição que a elas se encontra presentemente associada.</p> <p>A representação desta informação reforça a leitura e interpretação da informação relativa à rede rodoviária, sendo, ainda, complementada com a adequada correspondência na respetiva legenda, de forma a evidenciar a hierarquia e jurisdição.</p> <p>Será complementada a representação gráfica do traçado da Estrada Desclassificada EN230, atendendo ao sugerido pela entidade.</p>	Recomendação acolhida
CON.03	9	<i>Na legenda, a menção "Rede Rodoviária Regional", deverá ser substituída por "Estradas Regionais", uma vez que, de acordo com o PRN, o termo "Rede Rodoviária Regional" não existe e as Estradas Regionais integram a categoria de "Estradas Regionais", prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho; deverá igualmente ser indicada a Estrada Regional "ER338", que está em falta.</i>	Corrigir a legenda da Planta, em conformidade com o sugerido pela entidade e substituir a menção à "Rede Rodoviária Regional" por "Estradas Regionais".	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CON.04	10	<i>Ainda na legenda, deverá ser acrescentada o título "Estradas Nacionais Desclassificadas" antes da identificação "Estrada Nacional Desclassificada - EN18; EN230". Mais se esclarece que Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal.</i>	Corrigir a legenda da Planta, em conformidade com o sugerido pela entidade e incluir o título "Estradas Nacionais Desclassificadas" antes da identificação/ referência à "Estrada Nacional Desclassificada - EN18; EN230".	Recomendação acolhida
CON.05	10	<i>A Planta supracitada anteriormente e outras, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, ajustadas e melhoradas, de acordo com o aludido anteriormente e de forma a distinguir os troços de estradas da rede rodoviária nacional, troços de Estradas Regionais, troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estradas da rede Municipal.</i>	<p>A Planta de Condicionantes - Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas será objeto de uma revisão sistemática, considerando para o efeito as sugestões formuladas pela entidade, de forma a assumir uma distinção clara e efetivas dos troços sob jurisdição da IP e sob jurisdição da CM da Covilhã</p> <p>As alterações a realizar serão igualmente asseguradas nos diversos elementos escritos e desenhados que integram o conteúdo documental do Plano e, em particular nos elementos que constituem o Plano que lhes façam referência.</p>	Recomendação acolhida
RELATÓRIO				
REL.01	9	<i>Na "Tabela 23. Caracterização e classificação da rede viária atual do concelho da Covilhã" do subcapítulo "2.2.4.2 Rede Rodoviária" do Relatório da Proposta (página 98), falta referência da Estrada Nacional "EN232" e da Estrada Regional "ER338", pelo que esta tabela deverá ser revista e ajustada.</i>	Complementar a informação constante da Tabela 23 com a integração das referências à Estrada Nacional "EN232" e à Estrada Regional "ER338".	Recomendação acolhida
REL.02	9	<i>O conteúdo da "Tabela 36. Servidões e Restrições de Utilidade Pública com incidência no concelho da Covilhã" 36 (página 202) deverá ser revisto/corrigido e ajustado de acordo com o PRN e com o exposto no ponto 3 desta avaliação. Mas se esclarece que as Estradas nacionais desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, uma vez que estas estradas são vias não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal; também a menção "Rede Rodoviária Regional" deverá ser substituída por "Estradas Regionais", uma vez que, de acordo com o PRN, o termo "Rede Rodoviária Regional" não existe. De referir ainda que as Estradas Regionais integram a categoria de "Estradas Regionais", prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.</i>	Corrigir o conteúdo da Tabela 36 (Servidões e Restrições de Utilidade Pública com incidência no concelho da Covilhã), de forma a suprir as incorreções identificadas pela entidade e assegurar a necessária compatibilidade com a classificação estabelecida pela PRN	Recomendação acolhida
REL.03	10	<i>Na página 247 do subcapítulo "6.4 Infraestruturas" a menção "Rede Rodoviária Regional" deverá ser substituída por "Estradas Regionais", como já referido antes; deverá ainda ser acrescentada "- Estradas Nacionais Desclassificadas", uma vez que Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas são vias não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", como já aludido atrás.</i>	Corrigir a referência à "Rede Rodoviária Regional" e assumir, em sua substituição, a menção às "Estradas Regionais" e integrar a referência às "- Estradas Nacionais Desclassificadas" no ponto do Relatório relativo às Estradas Nacionais Desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional (PRN), de modo a complementar a referência já assumida às EN desclassificadas, ainda não entregues aos municípios	Recomendação acolhida
REL.04	10	<i>Nas páginas 258 e 259 do subcapítulo "6.4.5 Rede Rodoviária Nacional", onde é mencionado "... vias integradas na rede de estradas nacionais desclassificadas ..." deverá ser substituída por "... vias de estradas nacionais desclassificadas ...", uma vez que o termo "rede" para as estradas nacionais desclassificadas não existe, de acordo com o PRN, dado que estradas nacionais desclassificadas não formam uma rede.</i>	Assumir a correção sugerida pela entidade no parágrafo no parágrafo que remete para a identificação das vias em causa na Tabela 44.	Recomendação acolhida
REL.05	10	<i>Identicamente, na página 259 do subcapítulo "6.4.6 Rede Rodoviária Regional", onde é dito "... vias integradas na rede de estradas regionais ..." deverá ser trocada por "... vias integradas na categoria de estradas regionais ...", uma vez que o termo "rede de estradas regionais" não existe, de acordo com o PRN; de referir ainda que o título do subcapítulo "6.4.6 Rede Rodoviária Regional" deverá ser permutado por "6.4.6 Estradas Regionais", como já referido anteriormente.</i>	<p>Assumir a correção sugerida pela entidade no parágrafo no parágrafo que remete para a identificação das vias em causa na Tabela 45.</p> <p>Corrigir a designação do subcapítulo 6.46. e assumir a designação de Estradas Regionais.</p>	Recomendação acolhida
REL.06	10	<i>Na tabela 45 da página 259, falta referência da Estrada Regional "ER338", pelo que nesta tabela deverá ser acrescentada a EN338, que está em falta.</i>	Suprimir a omissão identificada na Tabela 45 (Vias ou troços de vias integrados na rede de estradas regionais) e integrar a referência à ER 338.	Recomendação acolhida
REL.07	10	<i>O segundo parágrafo do subcapítulo "9.2 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes" (página 340) deverá ser revisto/corrigido e ajustado, de acordo com o ponto 3 da presente avaliação e com o PRN. Mais se esclarece que as Estradas Nacionais Desclassificadas EN18 e EN230 não integram a categoria das Estradas Regionais, como erradamente é dito "Rede de Estradas Regionais" (termo este que não existe, de acordo com o PRN). De referir que Estradas Nacionais Desclassificadas são estradas não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal. Acresce referir ainda que não é feita referência das Estradas Regionais ER338 e ER339, que integram a categoria das Estradas Regionais, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.</i>	Corrigir o parágrafo identificado pela entidade, de modo a salvaguardar a identificação das EN18 e EN230 como Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, em conformidade com a informação disponibilizada pela entidade (Vd. informação relativa ao contributo GER.04). Complementarmente, integrar neste mesmo parágrafo a referência às duas Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP, designadamente a ER338 e a ER339.	Recomendação acolhida
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AAE.01	11-12	<p>No âmbito do procedimento de AAE, da análise ao RAP, elaborado em maio de 2024, no que respeita à representação da IP, SA, salvaguarda-se que o entendimento desta empresa tem sido o de que a pertinência do seu contributo decorre da sua qualidade como “entidade representativa de interesse a ponderar” (ERIP), ou seja, como entidade com competências específicas no setor rodoviário, e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).</p> <p>Mesmo na perspetiva de que as rodoferroviárias podem acarretar riscos e/ou danos ambientais (como é o caso do ruído enquanto fator gerador da poluição), é a Proposta de Plano, em última instância, que à IP, SA caberá avaliar (sendo que a defesa, em geral, contra as fontes de poluição sonora – para utilizar o mesmo exemplo – competirá a outras entidades).</p>	<p>Este entendimento é concordante com a não integração, desta entidade, no Quadro de Governança, estabelecido no RA Provisório.</p> <p>Deste modo, considera-se que este contributo já se encontra acolhido.</p>	Recomendação acolhida
AAE.02	11-12	<p>No âmbito do Quadro de Referência Estratégica (QRE), no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, reitera-se o já referido no parecer anterior, uma vez que consideramos que o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000),deverá ser tido como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, e de ser possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano com incidência no concelho da Covilhã. Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do FCD3.Ordenamento e Coesão territorial, o qual tem como critério de sustentabilidade "Mobilidade - Avaliação das propostas do plano ao nível dos sistemas de mobilidade urbana, do grau de cobertura territorial e qualidade dos serviços de transporte público e do potencial de transição para modos suaves e outros meios de transporte mais sustentáveis". Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.</p>	<p>O PRN será integrado no QRE na próxima versão de RA a apresentar.</p> <p>Serão adequadas as referências à rede rodoviária e rede ferroviária em conformidade com as alterações nos restantes elementos do Plano, decorrentes dos contributos assumidos pela IP no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva.</p>	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer do IMT

QUADRO 1

INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES (IMT)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS				
GERAL				
GER.01	1	<p>No que respeita às infraestruturas rodoviárias e a garantia da sua articulação com os respetivos Programas Nacionais e a observância do disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)2, verifica-se que:</p> <p>a) Os elementos que constituem o Plano, bem como os demais elementos que o complementam e acompanham devem apresentar-se em conformidade com o disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelas Lei n.º 98/99, de 26 de julho (1.ª alteração) e Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração).</p>	Realizar uma revisão sistemática dos diversos elementos escritos e desenhados que integram o conteúdo documental do Plano, de forma a assegurar uma adequada compatibilização e articulação das referências às infraestruturas rodoviárias com o PRN 2000.	Recomendação acolhida
GER.02	1-2	<p>b) A rede rodoviária a considerar no território do concelho da Covilhã, é a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rede Nacional de Autoestradas (Rede Nacional Fundamental - Itinerários Principais): o A23/IP2, integrado na Concessão Beira Interior• Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares – Estradas Nacionais): o EN18, entre o LC de Belmonte e a rotunda com a EN232 e com a EM18-desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A. o EN232, entre o LC da Guarda até à rotunda com a EN18 e a EM18• Estradas Regionais: o ER338, 3 troços, decorrendo entre os LC com o LC de Manteigas e o entroncamento com a ER339, dentro do concelho da Covilhã; o ER339, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã;• Estradas Nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA o EN18, entre o entroncamento com a EN18 e EN232 e o LC com o município do Fundão, a Sul, desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A. o EN230 entre LC com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo, assegurando corredor do previsto IC6; desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A (sob jurisdição da IP, SA).	<p>Adequar a informação relativa à rede rodoviária com o indicado pela entidade, e, em particular no Regulamento e nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes.</p> <p>Verter, igualmente, esta informação nos demais elementos do Plano que lhe façam referência, designadamente Estudos Setoriais e Relatório do Plano.</p> <p>Articular com a ponderação ao contributo GER. 04 da IP, SA.</p>	Recomendação acolhida
GER.03	2	<p>c) Nos elementos que constituem, acompanham e complementam a proposta do plano, devem apresentar-se em conformidade com o disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN). Pelo que, nos elementos desenhados e escritos, em particular no Regulamento, na Planta de Condicionantes, e na planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo, deve ser corretamente identificada a hierarquia da rede viária estabelecida no PRN designadamente as infraestruturas da Rede Rodoviária Nacional (RRN), a Rede Nacional de Autoestradas, Rede Nacional Complementar, as Estradas Regionais e as Estradas Nacionais Desclassificadas (não incluídas na RRN), de acordo com o referido na alínea a) anterior, o que não se verifica na sua totalidade.</p>	<p>Verificar e adequar as referências à hierarquia administrativa da rede rodoviária, conforme identificado no contributo anterior, nos diversos elementos escritos e desenhados do que integram o conteúdo documental do Plano.</p> <p>Articular com a ponderação ao contributo GER. 04 da IP, SA.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GER.04	2	<p><i>d) A proposta do plano deverá ainda adequar-se com as disposições constantes no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, o qual, nos termos do disposto no artigo 2.º, se aplica, para além das estradas que integram a RRN, às Estradas Regionais (ER) e às Estradas Nacionais desclassificadas, ainda não entregues aos municípios, as quais, de acordo com o estipulado no artigo 13.º do PRN, manter-se-ão sob jurisdição da IP, SA até à respetiva integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP, S.A. e a Câmara Municipal.</i></p> <p><i>Assim, importa salientar que às referidas Estradas Regionais, aplicam-se os limites das zonas de servidão non aedificandi estabelecidos na alínea d) do n.º 8 do artigo 32.º do EERRN, situação que deverá constar em todos os documentos do Plano que fizerem referência à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais desclassificadas, sob jurisdição da IP, SA, em especial no Regulamento do Plano, Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo e na Planta de Condicionantes, o que não se verifica.</i></p>	<p>Assumir a referência ao dimensionamento das zonas de servidão non aedificandi constituídas em benefício das infraestruturas rodoviárias da RRN, às Estradas Regionais e às Estradas desclassificadas, ainda sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal no Relatório do Plano e a referência à respetiva legislação no Regulamento</p> <p>Considerada a escala da representação cartográfica das zonas de servidão non aedificandi nas peças desenhadas, salvaguardar na legenda da Planta de Condicionantes a remissão para a legislação que determina a constituição das servidões para cada tipo de via.</p> <p>Caso a escala permita a representação cartográfica das zonas de servidão non aedificandi nas peças desenhadas, deverá ser integrada no Regulamento uma disposição com redação seguinte: “A presente representação gráfica das zonas de servidão non aedificandi aplicável à rede rodoviária nacional, às estradas regionais, e às estradas nacionais desclassificadas, sob jurisdição da I.P. S.A., existentes tem carácter indicativo, não dispensando o cumprimento da legislação vigente”.</p>	Recomendação acolhida
GER.05	4	<p><i>No que diz respeito à rede rodoviária programada/prevista, releva-se que qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, nas vias da Rede Rodoviária Nacional (RRN), Estradas Regionais e estradas desclassificadas sob a jurisdição da IP, S.A. e respetivas zonas adjacentes, deve ser equacionada em processo próprio (e não no âmbito de revisão/alteração do PDM), sendo objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, encontrando-se o projeto respetivo sujeito à observância das normas legais e regulamentares em vigor e a parecer das entidades competentes no cumprimento do EERRN.</i></p>	<p>A recomendação da entidade foi já acolhida, sendo integrada no n.º 8 do art.º 139.º (Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias) do Regulamento uma disposição que salvaguarda a submissão a parecer prévio e aprovação das entidades competentes para o efeito das eventuais propostas de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição da IP.</p>	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				
REG.01	3	<p>▪ O artigo 6.º, alínea h) Infraestruturas, sob alínea iii), subalínea iv), a identificação da “Rede Rodoviária Nacional”, deve ser revista tendo em conta a identificação da rede referida anteriormente</p>	<p>Reformular a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade, de forma a assegurar a compatibilidade das referências à rede rodoviária com o PRN2000.</p>	Recomendação acolhida
REG.02	3	<p>No artigo 138.º “Hierarquia da rede rodoviária”, deve a identificação da rede rodoviária ser corrigida de acordo com a identificada anteriormente e corrigida a designação de “estrada nacional desclassificada” para “estrada nacional desclassificada sob jurisdição S.A.”.</p>	<p>Corrigir a referência assumida e adotar a redação sugerida pela entidade e subsequente referência a “estrada nacional desclassificada sob jurisdição S.A.”, assegurando, assim, a distinção da jurisdição destas vias e a sua associação ao âmbito de aplicação do EERRN.</p>	Recomendação acolhida
REG.03	3	<p>No artigo 139.º “Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias”, e tendo em conta que o conceito técnico de espaço-canal estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de dezembro, no caso das infraestruturas rodoviárias (classificadas no Plano Rodoviário Nacional (PRN), incluindo as Estradas Regionais e as estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA) é defendido por servidão de utilidade pública desde a aprovação do seu estudo prévio, a referência às zonas de servidão non aedificandi, é aplicáveis nos termos das disposições legais constantes no artigo 32.º do EERRN.</p> <p>Nesta medida, o articulado n.º 2 do artigo 139º tem de ser revisto no sentido de ser aplicado exclusivamente às vias da rede municipal.</p>	<p>Clarificar neste artigo o que já decorre da Lei e quais as regras que o Plano introduz em matéria de proteção às infraestruturas rodoviárias.</p> <p>Reformular a redação da disposição constante do n.º 2 do art.º 139.º (Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias), de modo a assumir de forma inequívoca que as faixas de proteção mencionadas se aplicam apenas às vias da rede rodoviária municipal (isto é, não abrangias pelo regime de proteção previsto no EERRN).</p>	Recomendação acolhida
REG.04	3-4	<p>No mesmo artigo no n.º. 8 onde se lê “Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição da IP, tem de ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, salvaguardando os respetivos projetos o cumprimento das disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da Infraestruturas de Portugal, IP, SA, na qualidade de gestora das infraestruturas sob sua administração” deve ler-se ...”</p> <p>“Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, nas estradas integradas na RRN, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, e respetivas zonas adjacentes (incluindo desenho de nós de ligação) identificadas, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, no cumprimento do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.”</p>	<p>Assumir a alteração sugerida pela entidade e integrar a respetiva redação no Regulamento.</p>	Recomendação acolhida
REG.05	4	<p>Ainda nesse mesmo artigo no n.º 9 tem de ser acrescentando as estradas as Estradas Regionais, uma vez a estas se aplicam os limites das zonas de servidão non aedificandi estabelecidos na alínea d) do n.º 8 do artigo 32.º do EERRN.</p>	<p>Integrar na disposição constante do n.º 9 do art.º 139.º do Regulamento do Plano a referência às ER, uma vez que, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 2.º do EERRN, estas vias estão sujeitas às disposições contidas neste diploma, a elas se aplicando os limites das zonas de servidão non aedificandi mencionados pela entidade.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.06	4	<i>O nº 1 do artigo 140º “Rede Rodoviária municipal-parâmetros de dimensionamento”, não aplicável a infraestruturas rodoviárias classificadas no Plano Rodoviário Nacional, pelo que deve retirar</i>	Entende-se que, por uma questão de completude do Regulamento, a disposição será de manter.	Recomendação não acolhida
REG.07	4	<i>Recomenda-se para efeito da definição das características, (artigo 140.º) e parâmetros mínimos de dimensionamento das vias municipais/urbanas, a consulta do “Documento Normativo para Redes Viárias Municipais em Ambiente Urbano”, disponível no site institucional do IMT, I.P., destinado a orientar projetistas e gestores municipais no sentido da adoção de regras e parâmetros comuns de planeamento, projeto de vias municipais, incluindo a hierarquização da rede viária, com o objetivo da uniformização dos critérios aplicados, bem como de minimizar a sinistralidade rodoviária</i>	A definição das características funcionais e parâmetros mínimos de dimensionamento a adotar nas vias municipais / urbanas será reformulada, tendo em consideração a informação constante do documento sugerido.	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	4	<i>Ainda assim, a legenda da Planta de Ordenamento, onde é referido rede prevista deve ser substituído o termo “via coletora” por “rede nacional complementar” e complementado com a seguinte descrição: “IC6 aprovado por Declaração (extracto) n.º 188/2010, de 23 de setembro (2.ª Série), sem prejuízo de eventuais reduções que tenham ou venham a ser concedidas”.</i>	<p>Alterar a legenda da PO-ECMT, de acordo com o sugerido pela entidade, considerando a redução do corredor da zona de servidão non aedificandi aprovada através da Declaração n.º 94/2017, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 238, de 13 de dezembro.</p> <p>Articular a alteração da legenda com a hierarquia funcional e a hierarquia administrativa estabelecida no Regulamento do Plano, sendo que o que prevalece na Planta de Ordenamento é a hierarquia funcional (sem prejuízo de se detalhar na legenda a designação e nível administrativo da via em causa).</p>	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
CON.01	3	<i>Tendo em conta que a escala da representação cartográfica das zonas de servidão non aedificandi na Planta de Condicionantes, não permite uma leitura adequada, deve ser associada na legenda, relativamente a cada estrada da RRN, nó ou ramo de ligação à RRN, Estradas Regionais ou estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA a remissão para as regras estabelecidas nas normas suprarreferidas em articulação com o Regulamento do plano.</i>	Articular com a ponderação relativa ao contributo GER.04.	Recomendação acolhida
CON.02	3	<i>Acréscere referir que a representação da ZNA na Planta de Condicionantes, deverá ser apenas indicativa, prevalecendo sempre a legislação em vigor e os seus condicionalismos específicos. Pelo que, nas estradas que integram a RRN, nas Estradas Regionais (ER) e nas Estradas Nacionais Desclassificadas [EN(d)], ainda sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal (I.P.,SA) as zonas de servidão non aedificandi aplicáveis são as definidas na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, artigo 32.º, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do Regulamento, contemplando a seguinte referência: “A presente representação gráfica das zonas de servidão non aedificandi aplicável à rede rodoviária nacional existente tem carácter indicativo, não dispensando o cumprimento da legislação vigente”, o que não se verifica.</i>	Articular com a ponderação relativa ao contributo GER.04.	Recomendação acolhida
INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS				
GERAL				
GER.06	4	<p><i>Relativamente à Rede Ferroviária, verifica-se que o concelho é servido pela Linha Beira Baixa, pelas estações de Tordosendo e da Covilhã.</i></p> <p><i>Reforça-se que em todos os documentos que constituem e acompanham o plano deve ter-se em consideração o regime de proteção da rede ferroviária em vigor, definido pelo D.L. n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário e em particular o estipulado nos artigos 15.º e 16.º relativos a zonas non aedificandi associadas às linhas existente, que integram o domínio público ferroviário (DPF) e pelo D.L. n.º 568/99, de 23 de dezembro que aprovou o Regulamento de passagens de nível.</i></p>	<p>Integrar na legenda da Planta de Condicionantes a referência à legislação que estabelece as zonas de servidão <i>non aedificandi</i> das infraestruturas ferroviárias (Vd. Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro).</p> <p>Articular com a identificação desta SRUP no respetivo artigo do Regulamento e com o artigo relativo às áreas de proteção referentes à rede ferroviária (Vd. Capítulo do Regulamento relativo aos “Sistemas Territoriais” e Secção “Sistema de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes”).</p>	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer do IPDJ

QUADRO 1
INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE (IPDJ)
Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GERAL				
GER.01	1	<p><i>Sobre os documentos em apreciação para a presente reunião da CC nada há a referir, uma vez que não incluem novos desenvolvimentos no âmbito das matérias sobre as quais o IPDJ se pronuncia.</i></p> <p><i>Reitera-se, contudo, o teor do parecer OE_SC_DIE_0048/2022 de 29 de março sobre os ‘Elementos Iniciais’, que, sendo de sentido Favorável, aponta para a necessidade de a terminologia e classificação das instalações desportivas de base, corresponder ao descrito no Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso público (RJID), publicado no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho.</i></p> <p><i>A versão final do PDM deverá incluir este aspeto devidamente retificado em todos os documentos que a constituem, pressuposto em que se mantém a posição Favorável por parte do IPDJ, relativamente à presente fase do estudo.</i></p>	<p>Adequar as terminologias e classificação das instalações desportivas de base nos diversos elementos que integram o conteúdo documental, e, em particular no volume relativo aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico.</p> <p>As alterações a introduzir assumirão a correspondência com as tipologias e definições constantes do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público.</p>	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer do Turismo de Portugal - TdP

QUADRO 1
TURISMO DE PORTUGAL (TdP)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RELATÓRIO				
REL.01	7	<p><i>Para efeitos de ponderação ao Relatório, tecem-se os seguintes comentários:</i></p> <p><i>a) A menção a “NUT Beira Interior” (pp. 119) deve ser retificada para “NUTS III Beiras e Serra da Estrela”, nos termos da legislação aplicável;</i></p>	<p>A referência à NUT da Beira Interior é assumida num contexto de análise que observa a relação direta com o descritor “Enquadramento Regional”, estando associada a uma abordagem focada na proposta de PROT-C, que remonta a 2011.</p> <p>A abordagem em causa evidencia, entre outros aspetos, o eixo Guarda, Covilhã/Fundão, Castelo Branco, salientando o seu papel enquanto elemento que estabelece, em termos biofísicos, uma divisão da NUT Beira Interior em dois ambientes (sub-regiões): a Norte, a unidade geomorfológica da denominada Beira Transmontana e a Sul, “para lá da Gardunha e da Malcata”.</p> <p>Neste pressuposto, e sob pena de desvirtuar o conteúdo e contexto da análise desenvolvida, entende-se que, neste caso particular, se deverá manter a referência à NUT Beira Interior, importando relevar que as demais referências assumidas ao longo do documento consideram o atual sistema hierárquico de divisão do território em regiões e as adequadas referências à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos em que o concelho da Covilhã se integra.</p>	Recomendação não acolhida
REL.02	7	<p><i>b) Relativamente à Tabela 32 - Planos, Programas e Instrumentos de âmbito Nacional (pp.168), deve ser complementada a referência efetuada ao Parque Natural da Serra da Estrela, na medida em que o mesmo integra o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE);</i></p>	Completar na tabela 32 a referência ao Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas POAP, e evidenciar a sua relação com o POPNSE.	Recomendação acolhida
REL.03	7	<p><i>c) A ET27 apresenta um referencial que se consubstancia em cinco eixos estratégicos, contendo cada um deles, um conjunto de linhas de atuação, devendo a referência (pp. 170) “de acordo com três eixos” ser corrigida para “de acordo com cinco eixos”;</i></p>	Corrigir o lapso e integrar a referência aos 5 eixos da ET 27, ao invés dos 3 eixo inicialmente mencionados. Deverá ser feita menção expressa aos eixos estratégicos em que se estrutura a ET27.	Recomendação acolhida
REL.04	7	<p><i>d) Considera-se ainda relevante a inclusão no Relatório de capítulo destinado à definição de indicadores de avaliação e monitorização da atividade turística, incluindo as vertentes da oferta e da procura turística. No Anexo 3 do Guia Orientador – Abordagem ao Turismo na revisão de PDM4 é apresentada uma lista de indicadores básicos da oferta e da procura, devendo ser ajustados e/ou complementados em função das especificidades do modelo de desenvolvimento turístico preconizado para o município da Covilhã, em linha com o mencionado na Informação de serviço n.º INT/2022/3380 [DVO/DEOT/JC];</i></p>	Os indicadores de avaliação e monitorização da atividade turística, entre outros, serão integrados no Relatório do Plano, integrado, em razão da sua relevância, o conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos para efeitos de avaliação, nos termos do capítulo VIII (Avaliação) do RJIGT.	Recomendação acolhida
RELATÓRIO AMBIENTAL				
AAE.01	8	<p><i>Sobre o FCD 4 – Desenvolvimento Económico, e em concreto sobre o Critério de Avaliação “Turismo”, tecem-se os seguintes comentários:</i></p> <p><i>a) O indicador “Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)” agrega duas realidades muito distintas (empreendimentos turísticos e os estabelecimentos de alojamento local), sugerindo-se subdividir este indicador em dois “N.º de empreendimentos turísticos” e “N.º de Estabelecimentos de Alojamento Local”;</i></p>	Apesar de estar apenas identificado um indicador, a análise, do ponto de vista desse indicador, distingue estas duas tipologias de estabelecimentos de alojamento local e empreendimentos. Turísticos.	Recomendação acolhida
AAE.02	8	<p><i>b) Quanto ao indicador “Capacidade de alojamento turístico por categoria de estabelecimento (n.º de camas)”, considera-se mais adequado definir os seguintes Indicadores: “Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (camas/utentes)” e “Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local (utentes)”;</i></p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida
AAE.03	8	<p><i>c) Relativamente ao indicador “Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes” propõe-se retificar a redação para “Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)”. Lembramos que este indicador engloba as dormidas em empreendimentos turísticos e em estabelecimentos de alojamento local, de forma a englobar a globalidade de procura de alojamento;</i></p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida
AAE.04	8	<p><i>d) Sobre o indicador “Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)”, deverá a redação ser retificada para “Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)”;</i></p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida
AAE.05	8	<p><i>e) Considerando os critérios de sustentabilidade do FCD 4 (Desenvolvimento Económico), em que se alude ao aumento de atratividade para o turismo e duração de estadias (pág. 52), propõe-se acrescentar o seguinte indicador: “ Estada média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (N.º de noites)”.</i></p>	Acolher a recomendação.	Recomendação acolhida

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	9	a) Artigo 4º, alínea e): Deve ser efetuada a atualização, considerando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, publicada em Diário da República n.º 79/2024, Série I, de 22 de abril;	Atualizar a referência ao diploma legal, considerando para o efeito a recente publicação da RCM n.º 63/2024, de 22 de abril, que aprovou os PGRI do 2.º ciclo, de várias regiões hidrográficas, entre eles se incluindo o PGRI do Tejo e Ribeiras do Oeste.	Recomendação acolhida
REG.02	9	b) Artigo 19º, n.º 4 e n.º 5: Deverá ser ajustado o regulamento no sentido de serem aplicáveis aos empreendimentos turísticos as disposições do n.º 4 (e não as do n.º 5), proporcionando a possibilidade de ampliação de eventuais empreendimentos turísticos existentes por razões que não decorram, necessariamente, do respetivo regime legal;	<p>O artigo 19.º do Regulamento agrega um conjunto de normativos passíveis de aplicação às preexistências, entendendo-se como tal, que não se reportam apenas às edificações, mas também aos usos atividades, nas condições mencionadas no n.º 1 deste mesmo artigo.</p> <p>O n.º 4 do artigo 19.º estabelece uma situação de excecionalidade, e aplica-se em conjunto com o n.º 2, reportando-se à inexistência de desconformidades em matéria de cumprimento dos parâmetros urbanísticos preconizados pelo PDM e as condições em que a ampliação de edificações legalmente construídas que já excediam os parâmetros urbanísticos definidos para cada categoria e subcategoria de espaços, sendo aplicáveis à generalidade dos usos e atividades, entre os quais se incluem os empreendimentos turísticos.</p> <p>Face ao exposto, entende-se que não se justifica menção específica em relação aos empreendimentos turísticos.</p> <p>O n.º 5 aplica-se a legalizações de ampliações estritamente necessárias ao cumprimento das exigências decorrentes dos respetivos regimes legais – matéria distinta do n.º 4.</p>	Recomendação não acolhida
REG.03	9	c) Artigo 21º, n.º 4, alínea b): A dispensa do cumprimento de outras condições ou regras estabelecidas para as categorias ou subcategorias de espaço afetadas, não deve ser aplicável à altura máxima da fachada, de forma a assegurar a devida integração paisagística do edificado;	A dispensa do cumprimento de outras condições ou regras estabelecidas para as categorias ou subcategorias de solos assume um caráter de excecionalidade, apenas sendo admitida nas condições estabelecidas no n.º 4 do art.º 21.º.	Recomendação não acolhida
REG.04	9	d) Artigo 30º, n.º 3 - Princípios: Considerando a admissão de instalação de empreendimentos turísticos no solo rústico, conforme disposto no artigo n.º 1 do artigo 39º, sugere-se a inclusão do turismo no corpo do n.º 3 do artigo 30º, para harmonização com o mencionado artigo 39º, enquanto norma relativa aos princípios gerais a observar no solo rústico, no que se refere à admissibilidade de novas instalações e ainda a definição de medidas de discriminação positiva, no sentido de promover a recuperação, reabilitação e valorização do edificado existente;	Não se acolhe a sugestão da Entidade por se considerar que no n.º 3 do artigo 30.º se remete para usos que, nos termos do n.º 3 do art.º 16.º do Decreto Regulamentar, possam ser considerados como compatíveis com o solo rústico, por estarem “diretamente ligados às utilizações...”. Este n.º resulta, portanto, da necessidade de densificar o que está previsto no Decreto Regulamentar. O mesmo não sucede com os empreendimentos turísticos – facto que justifica a regulamentação em secção/artigo autónomo.	Recomendação não acolhida
REG.05	9	e) Artigo 39º, n.º 4: Para além da menção ao turismo no espaço rural (TER), propõe-se acrescentar o turismo de habitação (TH), cuja instalação apenas pode ocorrer a partir de edificado existente;	<p>Integrar na redação do n.º 4 do artigo 39.º a menção à admissibilidade da tipologia Turismo de Habitação, embora esta tipologia seja igualmente admitida em solo urbano.</p> <p>A admissibilidade deste tipo de estabelecimentos não isenta o cumprimento do disposto nesta em matéria, designadamente no que observa relação direta com a noção de empreendimentos de turismo de habitação, tal como estabelecido no art.º 17.º do Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos Empreendimentos turísticos (Vd. art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua redação atual).</p>	Recomendação acolhida
REG.06	9	f) Artigo 40º, n.º 2, alínea a): Propõe-se que as temáticas referidas sejam apontadas como exemplos e não em lista fechada de forma a acomodar outras temáticas, como por exemplo a agrícola, bem-estar, entre outras;	Estes artigos (39.º, 40.º e 41.º) são aplicáveis, apenas, aos empreendimentos turísticos no solo rústico.	Recomendação não acolhida
REG.07	9	g) Artigo 40º, n.º 3: O conceito de ETI, não se ajusta aos perímetros urbanos ou rurais, pelo que deverá ser eliminada a referência a “aldeias históricas”;	Reformular a redação da disposição e suprimir a referência às “aldeias históricas”.	Recomendação acolhida
REG.08	9	h) Artigo 40º, n.º 4: Sugere-se a eliminação da exceção feita aos hotéis e pousadas que resultem da reabilitação ou ampliação de edifícios preexistentes, ainda que a mesma conste da proposta do PROT Centro. Com efeito, considera-se que também nas situações de reabilitação ou ampliação de edifícios preexistentes são válidos os critérios das alíneas a) e b), devendo ser aplicável a todos;	Alterar a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.09	9	i) Artigo 40º, n.º 5: As pousadas não ficam vinculadas a estas disposições, tal como consta do PROT, com o objetivo de serem discriminadas positivamente, uma vez que reabilitam património;	<p>A proposta de PROT-C não foi publicada, pelo que os conceitos de ETI e NDT decorrem de mera associação das tipologias de empreendimentos turísticos a que se refere o RJET.</p> <p>Ainda que a proposta apresentada decorra do PROT-C, será ajustada atendendo às tipologias e regime que decorre da aplicação do RJET.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.10	9	j) Artigo 41º, n.º 2: De acordo com a proposta do PROT Centro, deverá ser incluída a tipologia de “conjuntos turísticos” que englobem as tipologias referidas nas alíneas a) a e);	<p>A proposta de PROT-C não foi publicada, pelo que os conceitos de ETI e NDT decorrem de mera associação das tipologias de empreendimentos turísticos a que se refere o RJET.</p> <p>Ainda que a proposta apresentada decorra do PROT-C, será ajustada atendendo às tipologias e regime que decorre da aplicação do RJET.</p>	Recomendação acolhida
REG.11	10	<p>k) Artigo 45º, n.º 2, alínea d), ponto ii): A definição de 600 m2 de área máxima de construção não permite a instalação de um hotel ou hotel rural, e inviabiliza totalmente a instalação de NDT, pelo que, a proposta deverá ser coerente em termos de área de construção. Lembramos, a título de exemplo, que os valores médios de referência para o caso de hotéis ou hotéis rurais de 4* são de 65 a 70 m2 / quarto duplo;</p> <p>Lembramos, ainda, que o próprio regime da RAN limita a eventual edificabilidade para empreendimentos TER a 600 m2 de área de implantação o que, atendendo à possibilidade de instalar 2 pisos, permite uma área de construção de 1.200 m2;</p>	<p>O art.º 45.º do Regulamento estabelece o regime de edificabilidade dos solos qualificados como Espaços Agrícolas de Produção, que correspondem, nos termos do art.º 43.º, aos espaços com uso agrícola dominante e incluem os solos integrados na RAN e as áreas abrangidas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, ou seja, os solos para os quais se estabelecem como usos dominantes a produção agrícola e a exploração pecuária.</p> <p>Embora sejam admitidos nestes solos intervenções associadas à edificação, esta apresenta-se fortemente condicionada pelos regimes jurídicos da RAN e das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola. Não obstante, será de promover a reformulação da redação da disposição, uma vez que a área de 600 m² (prevista no RJ da RAN) corresponde efetivamente à área de implantação e não à área de construção. Assim sendo, a “área máxima de construção” passa a ser de 1.200 m², por edifício. Manter-se-á o índice de ocupação do solo máximo de 25%, para minorar a afetação de solo agrícola ao uso turístico.</p>	Recomendação acolhida
REG.12	10	l) Artigo 48º, alínea b), ponto ii): Reitera-se que a área de construção é escassa para a instalação de um ETI nas tipologias Hotéis ou Hotéis Rurais;	<p>O art.º 48.º do Regulamento estabelece o regime de edificabilidade dos solos qualificados como Espaços Agrícolas de Conservação, que correspondem aos espaços com uso agrícola dominante e incluem os solos coincidentes com áreas classificadas, designadamente as áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e que se revelam importantes numa perspetiva da preservação e valorização dos valores ecológicos e da paisagem, para eles se admitindo como uso dominante o uso agrícola.</p> <p>Neste contexto, os parâmetros de edificabilidade propostos devem ser coerentes com o que se define no POPNSE, que estabelece, para as áreas de proteção complementar (o regime menos restritivo), uma área de implantação máxima de 500 m², para empreendimentos turísticos. Por essa razão, não se deverá adotar uma área máxima de construção superior a 1.000 m², como sugere a Entidade, sob pena de incumprimento do POPNSE.</p>	Recomendação não acolhida
REG.13	10	m) Artigo 51º, n.º 1, alínea c) ponto i): Reitera-se o indicado no ponto anterior;	<p>O art.º 51.º do Regulamento estabelece o regime de edificabilidade dos solos qualificados como Outros Espaços Agrícolas, que compreendem a generalidade dos solos com aptidão agrícolas não qualificados como Espaços Agrícolas de Produção e Espaços Agrícolas de Conservação.</p> <p>Estes solos têm como usos dominantes a produção agrícola e a exploração pecuária, admitindo-se, no entanto, algumas atividades complementares, entre as quais se incluem os ETI e os NDT, embora a edificabilidade seja condicionada, de forma a assegurar adequada integração das edificações com os usos dominantes envolventes e com a paisagem em que se enquadram. Por definição, esta categoria não integra solo integradas na RAN.</p> <p>Não obstante, por uma questão de coerência com a alteração que se vai introduzir nos Espaços Agrícolas de Conservação), e uma vez que nesta subcategoria de espaço não terá de se compatibilizar o regime de edificabilidade com o RJ RAN, é de se adotar um valor superior.</p> <p>Importa, igualmente, relevar que a área máxima de construção não é assumida na globalidade, mas sim por edificação.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.14	10	n) Artigo 54º, n.º 4, alínea a): Esta disposição contradiz o mencionado no n.º 2, alínea f) do presente artigo, bem como na alínea e) do Artigo seguinte;	A proposta de PROT-C não foi publicada, pelo que os conceitos de ETI e NDT decorrem de mera associação das tipologias de empreendimentos turísticos a que se refere o RJET. Ainda que a proposta apresentada decorra do PROT-C, será ajustada atendendo às tipologias e regime que decorre da aplicação do RJET.	Recomendação acolhida
REG.15	10	o) Artigo 55º, alínea e), ponto ii): Reitera-se o já referido quanto à insuficiência da área de construção;	É de ponderar a adoção de um valor superior para o índice “área máxima de construção”. O Regime Florestal e a perigosidade de incêndio florestal condicionarão, na prática, a instalação de novos empreendimentos turísticos, justificando, assim, que os regimes de edificabilidade que são estabelecidos para os empreendimentos turísticos nos espaços agrícolas sejam mais contidos.	Recomendação acolhida
REG.16	10	p) Artigo 57º, n.º 4, b): Uma vez que o disposto no nº 2 não contempla a admissão de instalação de núcleos de desenvolvimento turístico, prevendo apenas a instalação de empreendimentos turísticos isolados, sugere-se que seja eliminada a referência à interdição de núcleos de desenvolvimento turístico;	A proposta de PROT-C não foi publicada, pelo que os conceitos de ETI e NDT decorrem de mera associação das tipologias de empreendimentos turísticos a que se refere o RJET. Ainda que a proposta apresentada decorra do PROT-C, será ajustada atendendo às tipologias e regime que decorre da aplicação do RJET.	Recomendação acolhida
REG.17	10	q) Artigo 58º, alínea c), ponto ii): Deverá ser fundamentada a opção de "500 m² por edificação" no caso dos ETI;	O art.º 58.º do Regulamento estabelece o regime de edificabilidade dos solos qualificados como Espaços Florestais de Proteção, que compreendem as áreas com cobertos arbóreos e arbustivos diversificados que desempenham um papel em termos de proteção do solo e água, de conservação dos valores naturais, designadamente os integrados no corredor ecológico definido pelo PROFCI e na Reserva Ecológica Nacional. Assim sendo, o que está aqui em causa é a necessidade de adequar o regime de edificabilidade da subcategoria Espaços Florestais de Proteção ao RJ da REN. Constata-se que na versão atual o articulado não se encontra devidamente compatibilizado com o RJ REN, já que neste são definidas diferentes áreas de implantação/construção consoante se trate de operação urbanística de construção ou de ampliação. Por isso, o art.º 58º deverá ser revisto, em conformidade, de forma integral (isto é, os índices estabelecidos para todos os usos admitidos).	Recomendação acolhida
REG.18	10	r) Artigo 73º, n.º 2, alínea g): Por lapso esta alínea não apresenta qualquer descrição;	Suprimir o lapso de escrita e eliminar a alínea g).	Recomendação acolhida
REG.19	10	s) Artigo 74º, n.º 1, alínea c), ponto i): Reitera-se o mencionado acima quanto à área de construção. O índice de 5% não deverá ser aplicável à instalação de ET em edificado existente, de forma a promover a reabilitação do edificado, concorrendo desta forma para o objetivo estratégico definido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 2.º do presente regulamento;	O uso dominante estabelecido para estes solos visa sobretudo a manutenção dos valores ambientais e paisagísticos e, embora seja admitida edificação nestes solos, esta apresenta-se condicionada não apenas pelo regime de edificabilidade assumido no referido art.º 74.º, mas também, pelos regimes de salvaguarda associados às áreas classificadas em presença (POPNSE e RN2000).	Recomendação parcialmente acolhida
REG.20	10	t) Artigo 78º, n.º 1, alínea a): Reitera-se o referido acima quanto à maior abertura das temáticas associadas;	A redação será ajustada considerando as tipologias e regime do RJET.	Recomendação acolhida
REG.21	10	u) Artigo 87º, n.º 1, alínea c): Eliminar a menção a "isolados", não compaginável com a edificabilidade em aglomerado rural, conforme referido acima;	Alterar a redação da disposição e suprimir a referência à expressão “isolados”, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.22	10	v) Artigo 88º, n.º 4, alínea b), ponto i): Retirar a menção a "isolados", pelas razões já referidas;	Ver contributo anterior.	Recomendação acolhida
REG.23	10	w) Artigo 88º, n.º 4, alínea c), ponto ii): Por lapso esta alínea não tem qualquer descrição;	Corrigir o lapso e integrar a disposição que estabelece a área máxima de construção para os estabelecimentos comerciais e de serviços admitidos nos solos qualificados como Aglomerados Rurais.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.24	10	x) Artigo 88º, n.º 5: <i>Concorda-se com o proposto, devendo a redação acautelar, contudo, a altura da fachada estabelecida na alínea b), ou a existente, se superior, no caso de reconstrução ou ampliação de edificado existente;</i>	<p>A altura da fachada estabelecida na alínea b) do n.º 3, como referido pela entidade, observa relação com o cumprimento dos critérios morfotipológicos estabelecidos para os solos qualificados como Aglomerados Rurais, correspondendo a uma definição da altura da fachada com base na moda das alturas de fachada dos edifícios da frente edificada do lado do arruamento em que se integra o novo edifício ou conjunto de edifícios.</p> <p>A altura da fachada determinada com base no supra exposto será sempre salvaguardada pela alínea b) do n.º 3, importando igualmente relevar que a altura da fachada existente, quando superior, será igualmente assegurada (proteção do existente, RJUE).</p>	Recomendação não acolhida
REG.25	10	y) Artigo 90º, n.º 2: <i>Deverá ser usada a terminologia que referem ao longo do regulamento: “Atividades de recreio e lazer, culturais e de animação turística, e os respetivos equipamentos”;</i>	Alterar a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.26	10	z) Artigo 100.º, n.º 1: <i>De forma a harmonizar com a terminologia utilizada para os "Espaços Habitacionais", bem como para os "Espaços Urbanos de Baixa Densidade", propõe-se retificar a menção a "turismo" para "empreendimentos Turísticos";</i>	Alterar a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.27	11	bb) Artigo 124º, n.º 3: <i>Por lapso é efetuada remissão para o n.º 6 do artigo 123º, verificando-se que este artigo dispõe apenas de 4 números, situação que devera ser retificada;</i>	Corrigir o lapso. A remissão em causa refere-se ao n.º 4 do artigo 123.º.	Recomendação acolhida
REG.28	11	cc) Artigo 176º, n.º 6: <i>Destacando-se como adequada a medida de segurança de pessoas e bens que visa a interdição de construção de edifícios considerados “sensíveis”, nos termos do Regime Jurídico da Avaliação Gestão dos Riscos de Inundação, e pese embora, os empreendimentos turísticos não se enquadrarem no mesmo, propõe-se aditar a essa interdição os empreendimentos turísticos, os quais não deverão ser autorizadas, quando construídos de raiz, nas zonas inundáveis como tal identificadas na planta de ordenamento do PDMC.</i>	<p>Os empreendimentos turísticos não se enquadram no conceito de edifícios sensíveis estabelecido no âmbito do Regime Jurídico da Avaliação Gestão dos Riscos de Inundação.</p> <p>Na medida em que, independentemente da utilização em causa, a interdição de novas construções em zonas inundáveis decorre da Lei, e que, por essa via, apenas poderão ser admitidas intervenções em edifícios existentes (sujeitas a pronúncia da Entidade competente em matéria de Recursos Hídricos) não se justifica a proposta apresentada.</p>	Recomendação não acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	11	<i>Considerando que o concelho da Covilhã apresenta um conjunto de 19 percursos pedestres (Pequenas Rotas (PR) e outros percursos/trilhos), totalizando cerca 209 km que percorrem o território municipal, principalmente na área do PNSR, e ainda que o mesmo se encontra incluído em rotas supramunicipais, integrando a Grande Rota do Zêzere (GR33), Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal (GR22), Caminho de Santiago e a Rota dos Miradouros, devem os percursos/trilhos pedonais e cicláveis de fruição turística ser representados na Planta de Ordenamento, com traçado sinalizado e indicação da entidade gestora, com grafismo específico, visando contribuir para a promoção de um turismo sustentável, com a valorização dos recursos naturais.</i>	<p>Dada a escala da cartografia de base que sustenta a elaboração dos elementos desenhados do Plano, a representação de percursos pedestres elencados pela entidade, em razão da reduzida escala e expressão que observam, não serão representados na Planta de Ordenamento. Acresce que os percursos pedestres não se inserem na definição de “espaços-canal” (Decreto Regulamentar n.º 15/2015) e, como tal, não carecem de representação na Planta de Ordenamento.</p> <p>Não obstante, a identificação dos percursos (existentes e previstos) será devidamente assegurada nos Estudos de Caracterização e no Relatório do Plano, sendo para o efeito elaborados cartogramas que asseguram uma adequada leitura destes mesmos percursos.</p>	Recomendação parcialmente acolhida

Ponderação do parecer da CM de Pampilhosa da Serra

QUADRO 1

CÂMARA MUNICIPAL DA PAMPILHOSA DA SERRA (CMPS)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GERAL				
GER.01	1	<p><i>Em termos de infraestruturas, os interesses deste Município centram-se na garantia das ligações rodoviárias existentes e eventualmente na definição de um corredor regional entre Covilhã e Coimbra que passe pelo concelho de Pampilhosa da Serra, servindo deste modo também o concelho do Fundão e apresentando-se como um eixo estruturante para a região.</i></p> <p><i>Contudo da análise aos documentos apresentados verifica-se que tal não se encontra identificado nem mencionado como via de estruturação da acessibilidade externa, tendo a opção sido identificada como a ligação ao IC6.</i></p>	<p>A estrutura viária prevista no âmbito da proposta de revisão do PDM da Covilhã não contempla a criação de novas vias à escala supraconcelhia que sustentem a estruturação de novas acessibilidades externas</p> <p>Encontra-se, efetivamente, prevista a ligação ao IC6, cuja ausência é assumida, de acordo com a proposta do PROT-C, como penalizadora da coerência espacial da Região e evidencia a fragilidade da relação entre Coimbra e Covilhã.</p> <p>Entende-se que a mitigação destas debilidades e o reforço das acessibilidades do concelho ao exterior apenas poderão ser assegurados através da melhoria das situações de conflitualidade na atual rede de Estradas Nacionais e Estradas Regionais, ações que extravasam as competências do Município da Covilhã.</p>	N.A.